

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A CONSTRUÇÃO DA ARIDEZ

Representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca
(1877-1909)

RAFAEL WINTER RIBEIRO

T
1106
R484C8

Rio de Janeiro

2001

A CONSTRUÇÃO DA ARIDEZ

Representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca
(1877-1909)

RAFAEL WINTER RIBEIRO

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro

Orientadora: Profa. Dra. Iná Elias de
Castro

Rio de Janeiro

2001

A CONSTRUÇÃO DA ARIDEZ

Representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca
(1877-1909)

RAFAEL WINTER RIBEIRO

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Profª. Dra. Iná Elias de Castro, PPGG/UFRJ – Orientadora

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, PPGAS/MN/UFRJ

Profª. Dra. Ana Maria Lima Daou, PPGG/UFRJ

Rio de Janeiro

2001

T
1106
R 48400

RIBEIRO, Rafael Winter

A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909) / Rafael Winter Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG.

147p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.

1. Brasil – Nordeste – Ceará – Tese. 2. Seca – Combate à seca – IOCS – Tese. 3. Semi-árido – Tese. 4. Discurso – Tese. I. Título. II. Tese (Mestrado – UFRJ/IGEO/PPGG).

Para Ronaldo e Emília

Para Ciça, Márcio, Mauro e Alberto

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, preciso dizer que Iná Elias de Castro foi muito mais do que simples orientadora de um trabalho acadêmico. Crítica contundente em alguns momentos, incentivadora passional em outros, contribuiu de forma marcante para minha formação enquanto geógrafo desde os primeiros anos da graduação.

Ao professor Antonio Carlos de Souza Lima agradecer é pouco. A ele devo a leitura de meus trabalhos em diferentes fases, indicações bibliográficas preciosas e boa parte de meu treinamento como pesquisador, mas sobretudo, devo a ele incentivo, confiança e generosidade, atitudes que revelaram um laço de amizade que se consolidou ao longo do trabalho.

A professora Ana Maria Lima Daou foi a primeira pessoa a me apresentar os Relatórios de Presidente de Província, que acabaram por se tornar a principal fonte deste trabalho. O período em que trabalhei como seu auxiliar de pesquisa foi fundamental na construção e problematização de meu objeto, tendo seu trabalho sido uma inspiração constante.

No Ceará contei com o precioso auxílio de várias pessoas. Em Fortaleza, o professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, da Universidade Federal do Ceará, foi responsável por indicações importantes de pessoas e lugares a ver, mas também por um descortinar de um universo cearense distinto daquele que conhecia dos livros. Na Universidade Regional do Cariri, no Crato, contei ainda com a generosa acolhida dos professores Simone Ribeiro, Ivan e Maria.

Registro ainda o agradecimento à Elza Feijó Marinho Araújo, da biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – em Fortaleza, pelo auxílio à consulta e agilização de meu trabalho em função da escassez de tempo disponível para o trabalho de campo.

Devo ainda a Vanessa, da biblioteca do Clube de Engenharia, no Rio, por me ajudar a descobrir livros e relatórios fundamentais para este trabalho, muitas vezes escondidos em prateleiras empoeiradas, e por procurar sempre me facilitar o acesso e consulta a essa material.

A Renato sou grato pelo auxílio com os gráficos e quadros e na resolução de todos os problemas ligados à utilização do computador em geral. Entre panes e vírus, que tanto atormentam nossas vidas digitais, fui salvo de todos os problemas.

Agradeço ainda aos professores do Departamento de Geografia, em especial Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Lia Osório Machado, Ana Maria Daou e Roberto Lobato Corrêa, que contribuíram para minha formação acadêmica desde a graduação.

Para Leticia Parente Ribeiro, Márcio Viveiros e Mauro Gil Ferreira e Silva não agradeço. Aos amigos não se agradece. São parte de mim e, enquanto tal, também é deles este trabalho.

RESUMO

RIBEIRO, Rafael Winter. A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909). Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).

A seca de 1877 representa um marco na ação estatal sobre as estiagens. A partir dela, o governo central começa a criar mecanismos sistemáticos de intervenção sobre as áreas afetadas pelo problema, que culmina com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS – em 1909. Este trabalho analisa este período, chamado aqui de *pré-institucionalização do combate à seca*, e sua associação com as representações da natureza e do espaço, afetados por esse fenômeno, no direcionamento das políticas públicas. O processo de reconhecimento das áreas afetadas pelas secas como áridas e semi-áridas e o próprio recorte da região nordeste, antes inserida em um genérico norte, são identificados como produtos diretos do processo de formação do Estado no Brasil. A constituição de um organismo estatal encarregado da ação específica sobre uma área, como a IOCS, se fez a partir da representação daquele espaço como distinto dos demais e como carente dessas intervenções. Assim, no projeto de constituição e consolidação das políticas públicas de combate à seca, o reconhecimento de sua área de atuação como distinta do restante do país desempenha um papel central, contribuindo para uma nova regionalização do país que se consolidaria nos anos seguintes.

ABSTRACT

RIBEIRO, Rafael Winter. A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909). Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).

The 1877 drought represents a turning point in state action over dryness. From this moment on, the central government begins the development and application of systematic mechanisms to intervene with the affected areas, which culminates with the creation of the *Inspetoria de Obras Contra as Secas* (IOCS) in 1909. The purpose here is to analyze this period, called the *pre-institutionalization of the drought fight*. Furthermore, it is intended to establish the relation between both nature and space representations affected by this phenomenon and the orientation of public policies. The procedure of classifying the affected areas as arid and semi-arid and the delimitation of the northeast region itself, before part of the generic “north”, are identified as direct products of the formation process of the Brazilian Nation-State. The constitution of a state organ responsible for a specific action over a certain area, as the case of IOCS, was made possible by the representation of that space as different from the others and in need of those interventions. Therefore, the recognition of the drought area as a distinct space from the rest of the country plays a central roll in the new regionalization of the country, which would be consolidated in the following years.

Foto da capa: Caatinga, retirada de:

E. Aubert de La Rüe, *Brésil Aride (la vie dans la caatinga)*.

Paris: Gallimar, 1957, 7^a ed., pp. 208-209.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro I – População do Ceará entre 1775 e 1886, segundo diferentes fontes	39
Quadro II – Secas e seus intervalos no Ceará nos séculos XVIII e XIX	41
Gráfico I – Produção do algodão no Ceará entre 1860 e 1885, segundo dados da alfândega de Fortaleza	37
Gráfico II – Mortos em Fortaleza entre 1877 e 1879	43

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Presidentes da província do Ceará (1877-1889)	137
Anexo II – Decreto 7.619 de 21/10/1909, Aprova o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas	139
Anexo III – Publicações da IOCS até 1912	145

SUMÁRIO

Introdução	01
1. Referencial teórico-metodológico	10
1.1. Representação e gestão do território	10
1.2. A construção do discurso	18
1.3. Engenheiros e administradores: o saber técnico e a intervenção sobre o espaço	24
1.4. Metodologia, recortes e fontes	31
2. A seca de 1877-1879 e a fundação de uma problemática	34
2.1. A Corte descobre a seca	34
2.2. A seca no Ceará	41
2.3. <i>Pro Brasilia Connitamur</i> – O Instituto Politécnico e a seca	49
2.4. Os cronistas da seca de 1877 e a natureza cearense	55
2.4.1. O Senador Pompeu: crescimento populacional e a fertilidade do solo	56
2.4.2. André Rebouças: a arte da engenharia e as críticas ao governo	59
2.4.3. Viriato de Medeiros: o pessimismo e as críticas a Rebouças	61
2.4.4. Bezerra de Menezes e o problema nacional	64
3. A construção da diferença: a justificativa da idéia de aridez	69
3.1. As idéias de fertilidade	70
3.2. As idéias de esterilidade	79
4. Intervir é preciso: a afirmação da idéia de intervenção	89
4.1. Os pedidos de obras	90
4.2. As comissões	98
5. A institucionalização da diferença: a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas	107
5.1. O processo de criação da IOCS	107
5.2. Os trabalhos da Inspetoria e a invenção do semi-árido e do Nordeste	110
Conclusão	120
Referências bibliográficas	123
Anexos	137

INTRODUÇÃO

A divisão regional do Brasil no Império e mesmo nos primeiros anos da República Velha é razoavelmente simples. Havia duas possibilidades de regionalização do país: a divisão em norte e sul e a divisão em litoral e sertão. Evaldo Cabral de Melo, ao estudar o relacionamento entre o norte agrário e o Império aponta para a surpresa com que os congressistas acolhiam o discurso de um colega do Pará, Mâncio Ribeiro, que em 1888 falava em Amazônia. Nesta mesma sessão, um deputado mineiro, indaga pela localização “dessa Amazônia” e Coelho Rodrigues, do Piauí, lente da Faculdade de Direito do Recife, aponta para o perigo separatista da utilização de novas denominações (MELO, 1999: 15). O Brasil de então se dividia em dois grandes blocos regionais, nos quais as diferenças internas eram pouco ou quase nada reconhecidas, e para alguns, esse desconhecimento era até bem visto¹.

Mais especificamente ainda, a subdivisão deste norte em Nordeste e a idéia de existência de um clima semi-árido no Brasil é recorrente apenas a partir do início do século XX, fato que é possível constatar a partir dos textos da época. Em 1896, em um estudo sobre o clima do Brasil, Frederico DRAENERT (1896) divide o país, quanto à temperatura, apenas em zona tórrida e zona temperada. Quanto às chuvas, divide o Brasil em grupos, segundo o período chuvoso. Dessa forma, classifica como pertencente ao segundo grupo

os lugares da *região continental*, onde as maiores quantidades de chuva caem na primavera (setembro, outubro e novembro) e no verão (dezembro, janeiro, fevereiro). (...) a esta região pertencem o sertão do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande e Paraíba do Norte, Pernambuco, Bahia, São Paulo, todo o estado de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, isto é, quase todo o interior do Brasil intertropical (DRAENERT, 1896: 23)².

¹ O compêndio de geografia de Manuel Frazão, de 1883, pertencente a Coleção Princesa Isabel da BN, demonstra bem essa pequena distinção regional dentro do país: “O Brasil divide-se em vinte províncias e um município neutro. As províncias subdividem-se em marítimas e centrais. Chamam-se marítimas as dezesseis que ficam sobre o litoral, centrais são as quatro que ficam no interior.” (FRAZÃO, 1883: 50).

² A grafia de todas as citações apresentadas foi atualizada.

Não há, como podemos observar, uma distinção entre os estados do que hoje corresponde ao Nordeste e ao centro-sul, muito menos ao que se consideraria mais tarde as áreas de abrangência do semi-árido. Não é reconhecida ainda, portanto, no final do século XIX, a existência de uma região semi-árida no Brasil. A ocorrência de secas, apesar de já admitida, não faz desta um fator de distinção, uma vez que as áreas a elas sujeitas não se diferenciam das demais.

A despeito da pouca expressividade nacional do autor e da provável pouca circulação de seu trabalho, o não reconhecimento do meio e do clima do Ceará como possuidores de um caráter excepcional em relação aos dos outros estados da federação, é indicativo de que se esse reconhecimento existia, pelo menos ainda não era uma unanimidade naquele momento.

No entanto, cerca de duas décadas depois, em 1922, a classificação de clima semi-árido já era perfeitamente aceita, e associada também ao Nordeste. É o que mostra o trabalho de Henrique Morize, diretor do Observatório Nacional e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em trabalho preparado para o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, comemorativo do centenário da independência, o semi-árido já aparece como um subtipo do clima equatorial. É interessante observar, no entanto, como o autor logo no primeiro parágrafo de descrição do tipo climático, faz uma associação deste com a necessidade de obras que impõe.

Existe a Nordeste do Brasil vasta região, que, partindo do sul do Estado do Piauí e se estendendo pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, interior de Pernambuco, da Bahia até o norte de Minas, sofre, por intervalos irregulares, de desastrosas secas, que se manifestam como calamidades públicas, as quais o Governo Federal se vê forçado a acudir para salvar de cruel morte pela fome, pela sede e pelas moléstias epidêmicas, numerosas populações que fogem espavoridas para o litoral, em busca de socorro. (MORIZE, 1922: 95).

Tal fato aponta para o período compreendido entre final do século XIX e início do século XX como o momento de construção da idéia de que determinadas áreas do Brasil são afetadas pelo que veio a ser chamado de clima semi-árido, constituindo assim uma unidade regional distinta dentro do país. Idéia essa, que é criada em conjunto com

aquela de que é necessária uma intervenção sobre este espaço, seja para “salvar as populações desvalidas”, seja para torná-lo produtivo. Dessa forma, o semi-árido surge enquanto modo de classificar um ecúmeno e distinguir uma porção do território nacional, simultaneamente à idéia de que é necessária uma intervenção sobre este espaço. Analisar a construção dessas representações, sua relação com as ações estatais de intervenção sobre o território e a forma como o Estado se organiza para tal, é o objetivo deste trabalho.

A construção dessa idéia de um espaço semi-árido se fez, obviamente, também através dos avanços da climatologia, a partir do desenvolvimento que essa disciplina obtinha nos Estados Unidos e na Europa, e do crescimento dos pontos de medição meteorológicos no país em geral, e no Ceará em particular. No entanto, este trabalho se propõe a verificar a configuração da idéia de aridez e de intervenção ligadas ao Ceará, não através da própria evolução da climatologia, mas procuro analisar como estas mudanças se deram entre aqueles que efetivamente eram os responsáveis pela ação estatal de organização do território. Mais especificamente, pretendo demonstrar como a modificação das representações do espaço estiveram ligadas ao próprio processo de formação do Estado no Brasil, que passa ao longo do início do século por uma série de reformulações.

É verdade que nos dois últimos decênios do Império verificam-se modificações fundamentais no equilíbrio inter-regional brasileiro (MELO, 1999: 17), seja com o início da decadência do algodão e do açúcar, seja pela ascensão do poder dos cafeicultores do sul ou pelo início do ciclo da borracha, que põem por terra uma certa homogeneidade econômica que havia entre algumas províncias brasileiras tanto do norte quanto do sul. As novas formas de utilização do espaço brasileiro que se impõem a partir de então fazem com que sua percepção também passe a ser diferenciada, provocando o surgimento de novas regionalizações. É nesse contexto que um Nordeste do gado, do algodão e da cana começa a se distinguir mais fortemente de uma Amazônia da borracha e da floresta densa e úmida. No entanto, admitir apenas uma razão econômica para a criação dessa distinção é ser extremamente reducionista. Ela é causa e efeito também das próprias políticas do Estado de atuação sobre essas áreas e da forma como este se organiza para tal.

É meu interesse demonstrar como a idéia de uma natureza árida e semi-árida, fator que serviu como uma das bases para uma nova regionalização do espaço brasileiro, em conjunto com a construção da idéia de necessidade de intervenção sobre este espaço, se realizaram associadas à constituição de todo um aparato estatal para atuar sobre as secas. Assim, a organização do Estado para o combate às estiagens é feito a partir da construção de representações da necessidade daquele espaço dessas ações. Ao mesmo tempo, à medida que essas intervenções se realizam, elas intensificam, retrabalham e recriam essas representações sobre as quais estão apoiadas.

Tomando como ponto de partida a constatação de que os homens não agem sobre o real, mas da imagem que fazem dele (CLAVAL, 1997: 94), a forma como o meio e a natureza são representados importa significativamente nas opções e escolhas daqueles que fazem a gestão de um dado território. A ação sobre as secas está intimamente ligada à forma como este fenômeno, o território e a população por ele afetados, são imaginados pelos agentes responsáveis por essas ações, sendo eles também responsáveis por alterações na forma de representação.

O semi-árido até aqui tem sido estudado como uma existência concreta, independente da avaliação do homem. No entanto, neste trabalho procuro analisar as diferentes abordagens que este espaço possuiu antes de ser reconhecido como tal, provando sua multiplicidade de interpretações, além de analisar como estas interpretações diferenciadas influíram sobre o modo de atuação sobre aquele espaço. Procuro analisar ainda, de que forma um dado território foi paulatinamente sendo reconhecido como semi-árido e se distinguindo do restante do país, e qual a responsabilidade das políticas públicas de ação sobre este espaço na transformação dessas representações. Pretendo também romper com certas abordagens e visões evolucionistas e teleológicas na história do pensamento e das idéias, não “naturalizando” esse processo e não atribuindo a ele uma inevitabilidade.

A partir do final do século XIX, mais especificamente, desde a seca de 1877, o governo central procurou criar mecanismos administrativos que pudessem enfrentar o problema das secas. São criadas uma série de comissões que visavam dar combate às longas estiagens, através principalmente, da construção de açudes e da perfuração de poços. O primeiro alvo mais direto dessas comissões foi a província/estado do Ceará,

mas aos poucos sua ação se diversifica para outras unidades da federação. Após várias reformulações, em 1909 é criada a IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas, integrante do Ministério de Viação e Obras Públicas, que marca a institucionalização da(s) política(s) de combate à seca dentro do governo federal.

Assim, chamo esse período que começa com as primeiras discussões implementadas pelo governo central durante a seca em 1877, até a criação da IOCS em 1909, de período de *pré-institucionalização do combate à seca*, por marcar a afirmação dentro do aparato do Estado de que determinadas áreas do território nacional necessitariam de uma ação direcionada aos problemas ligados à sua natureza. Esse período é fundamental também para se compreender as transformações das representações sobre esse espaço e para a formação de políticas públicas.

A consolidação dessas políticas, que marca esse período, é fundamental na construção de representações sobre aquele espaço. Em primeiro lugar, para justificar a existência de órgãos que atuassem especialmente sobre aquela região, é necessário antes de mais nada, demonstrar que ela necessita dessas intervenções. Em segundo lugar é necessário mostrar também que esta é distinta do restante do país, criando uma nova regionalização, que justificasse a exclusividade da atuação desses órgãos sobre aquele espaço.

O Ceará se apresenta como um recorte espacial justificável para este estudo uma vez que durante o período em questão foi a unidade da federação privilegiada da ação contra a seca. Dentre os estados que mais tarde se reconheceriam como pertencentes ao Nordeste, o Ceará, é aquele que apresenta quase toda a sua extensão dentro da área de ocorrência das secas, fato este que provocou uma visibilidade muito maior dos problemas acarretados pelas longas estiagens.

Não é meu objetivo produzir mais uma periodização da forma como a questão das secas foi encarada ao longo da história, mas sim entender como o meio e suas potencialidades foram encarados no momento em que se criam as primeiras instituições ligadas à ação sobre a seca.

Assim, o que pretendo demonstrar é que a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909 não representa uma atitude isolada em um momento especial de sensibilidade aos problemas que enfrentavam as populações afetadas pelos problemas

que ela deveria resolver. Ela é fruto de um processo iniciado no final do século XIX de transformação da seca em um problema do governo central, de transformação do semi-árido como uma área carente de intervenção.

Na verdade, este trabalho pretende estar incluso dentro do debate sobre a própria emergência da região Nordeste como unidade regional distinta dentro do país, e do papel da formação de políticas públicas para essa transformação da forma de representação do território brasileiro.

Essas representações se manifestam sobretudo ao nível do discurso e, dessa forma, este trabalho tem seu aporte teórico apreendido sobretudo a partir das obras de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Assim, “a natureza cearense” será encarada como fruto de um trabalho social de construção ao nível do discurso. Será necessário assumir que a força de um determinado discurso corresponde à força política e ao capital simbólico de seu autor (BOURDIEU, 1983a, 1996). Nesse sentido, na análise sobre a produção acerca da natureza não cabe apenas uma análise dos textos em si, na medida que, ainda segundo BOURDIEU (1983a), o que fala nunca é o texto, mas toda a pessoa social; sendo necessário uma análise acerca dos responsáveis pela produção de tais textos, além de analisar sua relação com o campo de forças no qual estão inclusos (BOURDIEU, 1983b). O trabalho também se propõe a realizar uma *arqueologia*, procurando entender os *arquivos* e tratando os textos como *monumentos*, no sentido dado por FOUCAULT (1972, 1986).

Não se trata aqui, de pensar a questão tal como ALMEIDA (1998), que partindo dos mesmos pressupostos de que a construção discursiva sobre o sertão espelha a maneira como ele é pensado, procura fazer uma distinção entre um “olhar de fora” e um “olhar de dentro”, procurando elucidar nos dois quadros estilos, figuras de linguagem e cenários, pretendendo assim, desvendar o sertão enquanto paisagem e lugar/espaço vivido. Apesar desse trabalho tangenciar essas abordagens, elas não estão no centro do enfoque. O que estará em análise aqui serão as construções produzidas por técnicos, engenheiros, políticos e outros que se preocuparam especificamente em como tratar a questão das “secas do norte” e a ação que se faz em função dessas discussões. É claro que tal recorte dirigirá os resultados da pesquisa, que poderiam ser distintos se se tratasse de pesquisar exclusivamente as construções sobre os “invernos no Ceará. No

entanto, é necessário lembrar que, em um movimento dialético, a seca só pode existir em oposição ao inverno e vice-versa. Nesse sentido, um elemento não pode ser separado do outro. Assim, ao falar em “seca”, subtende-se imediatamente a existência também de invernos. No entanto, a despeito de alguns invernos intensos e desastrosos para a economia local, é a seca que se constrói como uma especificidade das províncias e estados por ela afetados e um problema a ser resolvido. Dessa forma, o recorte “seca” se justifica mais ainda se pensarmos que desde o século XIX este é o tema dominante da produção intelectual sobre a região. Trata-se de uma escolha metodológica que, se por um lado limita e dirige o amplo espectro de construções sobre o semi-árido, por outro, procura entender alguns aspectos da atuação do homem sobre o espaço regional, já que estas se pautaram em grande parte em função das estiagens, ou “dos métodos de se evitar os efeitos das secas”.

Fontes: Serão analisados aqui, os Relatórios dos Presidentes de Província e de Estado do Ceará, como os suportes para acesso a arquivos, tal qual deseja FOUCAULT (1986), que revelam as demandas e estratégias de intervenção dos administradores locais, capazes de revelar as representações da natureza daqueles diretamente responsáveis pela administração do Ceará. Serão analisados também as memórias, relatórios ministeriais e relatórios de trabalho associados à estratégia de intervenção do espaço em relação à seca.

Estado: No entanto, é necessário um cuidado especial ao se trabalhar com esse tipo de fonte, uma vez que eles estão ligados também a um caráter cênico do poder, analisado por GEERTZ (1991) e pensado para o Brasil nesse mesmo período por LIMA (1995). Assim, muitas das propostas e estratégias discursivas, na verdade se inserem dentro de uma encenação que procura justificar a existência de órgãos e de recebimento de verbas. Nesse sentido ainda, muitas das ações que são planejadas, não passam da tentativa de se dar uma resposta, pelo menos no nível do discurso e da encenação, às demandas da sociedade, permanecendo muitas delas, apenas nas intenções.

O trabalho se apresenta estruturado da seguinte forma: o capítulo I apresenta a discussão dos referenciais teórico-metodológicos que orientaram a pesquisa. Aqui são discutidos o caráter das representações da natureza e sua ligação com as ações sobre o território. Apresento também uma breve discussão sobre o trabalho com unidades

discursivas a partir de Foucault e Bourdieu, que balizaram toda a pesquisa. Em seguida discuto ainda as características dos principais produtores de representações aqui analisados, quais sejam, os presidentes de província e de estado e os engenheiros responsáveis pelos projetos e direcionamento das obras. No final do capítulo apresento mais detalhadamente as fontes, os recortes e a metodologia da qual me utilizei.

No capítulo II, procuro analisar os fatores que fazem da seca de 1877 um marco na ação sobre as estiagens e conseqüentemente sobre o espaço, que justifica o recorte temporal adotado. Procuro mostrar como a seca não se torna um problema do governo central devido à sua magnanimidade, mas sim por uma demanda que é criada. Nessa demanda, a forma como a natureza é representada desempenha um papel fundamental nas ações que são tomadas. Assim, além de analisar o caráter fundador da seca de 1877 e suas conseqüências, analiso também as discussões que se deram em função dela. Primeiro com a reunião que ocorre no Instituto Politécnico Brasileiro, primeira ação que se pretende mais séria contra as secas oriunda da Corte, e analiso ainda algumas memórias e propostas de ações que são apresentadas por diferentes agentes durante a ocorrência dessa seca.

Nos terceiro e quarto capítulos, analiso a construção das representações dos presidentes de província e de estado que serviram como fundamentação para a criação de mecanismos públicos de combate à seca, em outras palavras, que serviram a uma estatização das secas. Em primeiro lugar, analiso a construção da idéia de um espaço diferenciado, realizada através da incorporação da seca como uma característica inerente àquele território e no qual as idéias de aridez são colocadas em oposição com a umidade e fertilidade do restante do país. Procuro mostrar como, de uma forma geral, aos poucos as representações de fertilidade do Ceará vão dando cada vez mais espaço às de esterilidade. Essa transformação na apreciação da natureza é fundamental na construção das idéias que basearão a criação da IOCS, uma vez que se cria a idéia de um espaço distinto no país e que necessita de uma assistência maior.

No capítulo IV procuro analisar as representações ligadas à idéia de necessidade de intervenção sobre o território propagadas pelos administradores do Ceará, que também servirão de base para a criação de mecanismos nesse sentido. Nos relatórios dos administradores a queixa da não realização de obras é uma constante. No entanto, aos

poucos, a seca se constitui como a principal razão para uma intervenção mais ampla sobre o espaço.

Finalmente, no quinto capítulo discuto a criação da IOCS e as representações da natureza das quais ela é a responsável por criar e/ou reproduzir. Analiso brevemente o processo e as discussões que levaram à criação da IOCS, seus estatutos e seu caráter ambicioso de resolução dos problemas, bem como sua responsabilidade no reconhecimento de uma região semi-árida no Brasil e, conseqüentemente, na própria construção da região Nordeste.

CAPÍTULO I

Referencial teórico-metodológico

Este capítulo compõe o referencial teórico e metodológico que guiará todo o trabalho. Em um primeiro momento é discutida a relação entre representação social, imaginário e geografia, e suas ligações com a ação sobre o território. Procuo enfatizar a relação entre as representações sobre o espaço e as medidas que são tomadas sobre ele, que caracterizam a gestão do território. Como o objeto de estudo aqui proposto é a manifestação dessas representações enquanto discurso, são discutidas em seguida questões ligadas à produção de discursos e ao trabalho sobre as unidades textuais, em um aporte que se sustenta sobretudo a partir da obra de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu, entre outros. A utilização desses dois autores não se faz sem conflitos, mas é nessa relação conflituosa e de diferentes abordagens que reside a fertilidade de suas utilizações.

A partir da importância que toma o caráter do produtor desses discursos para essa abordagem, discuto os principais atores e categorias sociais para a formação e transformação de um discurso e de uma ação sobre o semi-árido na virada do século XIX para o XX, quais sejam, os presidentes de província e de estado e os engenheiros. Finalmente, em uma quarta seção, indico os tipos de fontes, os recortes e a metodologia empregada no tratamento dos textos.

1.1. Representação e gestão do território

Há pouco que as ciências sociais em geral, mas também a geografia, têm aceitado a existência de uma subjetividade do conhecimento científico de uma maneira mais ampla. Hoje boa parte desses cientistas já reconhecem que todo conhecimento é repleto de impressões e reflete a própria história de seu sujeito. A ciência cartesiana durante anos pregou a objetividade do conhecimento que se fazia às custas da anulação de qualquer subjetividade e de qualquer impressão do sujeito sobre o objeto. No entanto, nos últimos anos o avanço em diversos campos, desde a psicologia até a

hermenêutica têm enfatizado exatamente o caráter subjetivo de todo conhecimento e a ligação direta deste com seu sujeito e sua percepção. É assim que se assume hoje que muito da verdade que se pretende conhecer não está apenas no objeto, mas também no sujeito do conhecimento e no relacionamento do segundo com o primeiro.

A geografia tem avançado na incorporação de problemáticas ligadas ao modo como o mundo é representado sobretudo desde a difusão da geografia humanista que se deu a partir da década de 1960, acompanhada de sua refutação aos modelos positivistas. No entanto, este campo da geografia ainda se manteve muito ligado às experiências individuais do espaço, abordagem que dificultava qualquer tentativa de maiores teorizações e generalizações.

É na geografia cultural, a partir de seu movimento de renovação, que tem início na década de 1980, que ocorre uma maior incorporação de problemáticas ligadas às representações do espaço, utilizando como pano de fundo o conceito (ou noção) de cultura. A “nova geografia cultural” se colocava em oposição àquela praticada pela Escola de Berkeley, esta última com preocupações ligadas sobretudo à cultura material, enquanto a primeira se concentra em análises de caráter simbólico. A renovação desse campo fornece um novo impulso às pesquisas sobre a forma como determinados grupos representam e organizam seus territórios a partir de um dado cultural, que é desenvolvida sobretudo a partir de uma *démarche* ligada à simbologia da paisagem (RIBEIRO e SILVA, 1999).

Dentro da nova geografia cultural, alguns autores identificam o fato de que ao fazer geografia, isto é, ao produzir um relato sobre o mundo, não se está apenas representando certa realidade, mas se está criando sentido³. Assim, se aceitarmos que a construção e a representação do conhecimento são ideologicamente formados, nós precisamos reconhecer também que o problema da representação é de fato um problema

³ No entanto, é necessário lembrar que essa abordagem não é exclusiva da geografia cultural, outros autores, como por exemplo Vincent BERDOULAY (1988) que, trabalhando com a história do pensamento geográfico, afirma que a geografia, ao estudar o mundo é responsável pela elaboração de um discurso sobre ele, próprio a esta disciplina. É claro que os aportes conceituais e objetivos dos quais parte este trabalho são significativamente distintos daqueles da geografia cultural, mas é necessário verificar suas semelhanças na atestação de que o discurso ou a representação do mundo são responsáveis pela dotação de um sentido próprio àquilo que é descrito, e no fato de que a geografia, ao produzir um discurso, é responsável pela produção de representações sobre aquilo que é estudado.

ligado a quem e o que constrói um significado (COSGROVE & DOMOSH, 1993), mas também à toda a rede social e de conhecimento na qual esse produtor está inserido.

Nesse sentido, os conceitos de representação e de imaginário podem ser bastante úteis na compreensão do caráter intersubjetivo do conhecimento sobre o espaço e nos modos de ação sobre ele. O desenvolvimento deste conceito, que remonta a Durkheim nas ciências sociais, é feito baseando-o em um duplo aspecto, importante para este trabalho: o fato de que as representações possuem um aspecto informativo e um aspecto operatório. Elas contribuem para assegurar o tratamento do conjunto de informações sociais e constituem um guia indispensável à elaboração de condutas e de comportamentos específicos (GUMUCHIAN, 1991: 21).

Assim, ao mesmo tempo em que as representações constituem formas de olhares sobre o mundo, elas dirigem a ação sobre esse mundo. Ao tratar as informações para apreender a realidade, as representações também elaboram condutas de ação sobre essa realidade apreendida. É significativo o fato de que as representações de um dado objeto orientam a forma de ação sobre ele. Conseqüentemente, o que é interessante para a geografia é o fato de que as representações sobre o espaço interferem na forma como os indivíduos interagem com seu território. A ação humana sobre o território está intimamente ligada às representações que os agentes dessa ação fazem, uma vez que, como já foi dito, os homens não agem em função do real, mas da imagem que fazem dele (CLAVAL, 1997).

O discurso sobre o território, ao estar intimamente ligado ao seu produtor, que por sua vez está imbuído de características culturais, ligadas à sua posição em dada sociedade, é capaz de revelar a forma como esse produtor compreende e age sobre este território. É assim que GUMUCHIAN (1991) aponta para o fato de que dentre todos os materiais suscetíveis de serem incluídos em uma reflexão sobre o espaço e seu gerenciamento, o discurso é certamente um dos mais ricos.

Vários autores, seguindo diferentes correntes, já demonstraram como as formas de representação da natureza no mundo ocidental estão ligadas às atitudes que o homem toma em relação a ela. É bastante comum a identificação de uma mudança radical na compreensão da natureza, que se faz especialmente a partir da entrada em vigor do paradigma mecanicista nas ciências no século XVII e XVIII. Nesse momento, a

natureza deixa de ser vista como uma mãe protetora, passando a ser identificada com uma máquina, fato que é acompanhado por uma intensificação da exploração do meio natural, baseado na técnica (MERCHANT, 1992; SIMMONS, 1993; LIVINGSTONE, 1995).

No tocante ao gerenciamento do território, o discurso torna-se agente primordial para sua compreensão, uma vez que ele reflete diretamente o processo de produção do espaço que se pretende realizar. Gerenciar um território consiste em tomar decisões refletidas sobre a maneira como uma população deve utilizar uma parte do espaço terrestre. As opções de intervenção tomadas se inscrevem numa lógica teoricamente explícita em função de objetivos e de critérios precisamente enunciados, contabilizadas as condições atualmente conhecidas ou previstas a curto prazo (GUMUCHIAN, 1991: 95). No entanto, isso é feito a partir das representações construídas pelos grupos envolvidos nesse gerenciamento, que interferem nas suas concepções do que seria certo ou errado em matéria de gestão a partir de seus interesses envolvidos. Indo mais longe ainda, é possível afirmar que o tipo de conhecimento que se tem sobre um determinado território, a forma com a qual este é representado e as estratégias de intervenção sobre ele propostas compõem uma intrincada rede de relações, que não devem ser postas de lado quando da análise de qualquer projeto ligado à gestão do território.

No entanto, ao contrário de Gumuchian que está preocupado em como as representações do espaço de determinados grupos devem ser levadas em conta quando da gestão do território, neste trabalho, a preocupação está centrada na forma como as representações daqueles encarregados mais diretamente da ação sobre o espaço, estão associadas às escolhas e decisões por eles tomadas. Em outras palavras, o que interessa aqui é apontar como determinadas representações estão ligadas às ações diferenciadas sobre o território que o constroem como integrando “regiões” diferenciadas. A proposta então é de analisar não as representações dos grupos sobre os quais a gestão se dará, mas a dos responsáveis por essa gestão.

Um fato que deve ser levado em consideração é de que o território será valorizado segundo diferentes grupos, de forma diferenciada em diferentes tempos, em função do relacionamento destes grupos com os objetos existentes nesses territórios. A forma como esse relacionamento se dá, também é mediatizada pela técnica disponível

ao grupo, e pelas práticas realizadas, uma vez que são elas, em grande parte, que organizam o valor e os usos desses objetos no território⁴.

No entanto, assumir apenas a técnica como esse elemento mediatizador dessa relação representaria tomar uma posição materialista extremamente reducionista. Elementos como a cultura e a política interferem sobremaneira na valoração dos recursos de um território.

Assim, a forma como um determinado espaço é representado dependerá também da forma como o homem se relaciona com os recursos disponíveis em seu interior. Um espaço pode ser valorizado quando determinada matéria que dispõem passa a ser valorizada, transformando-se em um recurso, mas também pode passar a receber outros valores se o relacionamento com esses recursos forem transformados. Nesse sentido, os avanços tecnológicos, mudanças de padrões culturais e de ordem política podem ser responsáveis por transformações na forma como determinados grupos representam seus territórios.

Além disso, mudanças na constituição de determinados grupos podem trazer mudanças de interesses ligados a esse território e conseqüentemente mudanças de representações. Nesse sentido é necessário que se leve em conta quem são os produtores das representações hegemônicas sobre um dado território e na constituição de seus grupos e de seus interesses⁵.

Pierre Bourdieu, interessado na ação política de agentes sociais acredita que essa ação tem como objetivo produzir e impor representações do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, atuando sobre as representações dos agentes a seu respeito (BOURDIEU, 1996: 117). Assim, a pré-visão política na verdade seria uma pré-dição

⁴ RAFFESTIN (1993) coloca a prática, ou a técnica mediatizada pelo trabalho, como o intermediador entre a matéria e o recurso. É a disponibilidade de práticas e técnicas diferentes que é capaz de aplicar valor à matéria, transformando-a em um recurso.

⁵ Para o caso da própria região nordeste na atualidade, CASTRO (1994, 1996) mostra como diferentes interesses são capazes de representações significativamente distintas. Enquanto um grupo tradicional perpetua as representações da região como um espaço da pobreza, ligado à fatalidade do clima; um novo grupo que emerge na região, ligado a novas atividades, sobretudo à fruticultura irrigada, baseado em um outro relacionamento com seus recursos, muda consideravelmente esse discurso, vendo a natureza e o clima da região como fatores de progresso e de riqueza.

que pretende fazer acontecer aquilo que enuncia e a manutenção de seu poder está exatamente na capacidade de se fazer crível⁶.

Ainda segundo este autor, os grupos dominantes tendem a retaliar qualquer tentativa de instituição de uma nova divisão, uma vez que são os mais interessados na perpetuação de uma *dóxa* do mundo social, tendente a aceitar como naturais as divisões estabelecidas ou negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade mais alta. Segundo ele ainda, as categorias segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo (BOURDIEU, 1996: 123). O domínio por parte desses grupos do aparato estatal faz deste um produtor das representações ligadas a este grupo e o caminho mais lógico para alcançarem a imposição de seus ideais e visão de mundo.

No caso específico da relação representação ação no semi-árido nordestino, um fator importante torna-se então identificar quem são os responsáveis pelas principais intervenções sobre o espaço e quais as representações que são construídas. Sendo também o Estado o principal gestor do território no Brasil, sobretudo no século XIX, as representações que partem de seu interior, ou de círculos a ele ligados, detêm importante influência sobre as representações hegemônicas e a atuação direta sobre o espaço.

Nesse sentido, o Estado funciona como um elaborador de representações para a sociedade. Para DURKHEIM (1983: 46) o Estado é definido como sendo um grupo de funcionários *sui generis*, o qual elabora representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra desta. Assim, o Estado para Durkheim é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Esse caráter de produtor de representações faz do Estado no pensamento Durkheimiano uma entidade de caráter não ligado diretamente à ação, mas sim à deliberação, com uma função central que é pensar. Somente indiretamente, por sua administração, o Estado se ligaria à ação.

⁶ "Enquanto enunciado *performativo*, a pré-visão política é, por si só, uma pré-dição que pretende fazer acontecer o que enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de anunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo." (BOURDIEU, 1996: 118).

As representações produzidas e reproduzidas pelo Estado refletem aquelas associadas aos grupos a ele ligados, que têm na difusão destas representações um dos principais meios de imposição e de perpetuação de sua ordem.

Nas representações produzidas pelo Estado a natureza e o território ocupam um lugar importante, e apesar de Durkheim negar a associação direta e histórica entre Estado e território, mesmo ele a aceita como inevitável para as sociedades modernas⁷. A natureza e o território desempenham um importante papel nas representações produzidas pelo Estado funcionando, ao lado da noção de povo e de nação, como a base a partir de onde este se constrói e se justifica.

Assim, os diversos discursos que se formam sobre o espaço contribuem para fazer emergir e estruturar as representações sobre ele. Pensar a representação da natureza e do território como parte importante das atribuições do Estado nos remete à própria importância do desenvolvimento dos saberes a eles ligados para o próprio processo de construção e estruturação do Estado no Brasil.

É assim que o conhecimento sobre o espaço e sobre a história desempenhou um papel fundamental na construção dos Estados Nacionais, processo no qual o Brasil não é uma exceção. Sua importância está representada nos incentivos e ações ligadas ao desenvolvimento das duas disciplinas mais diretamente ligadas à formação dos Estados Nacionais, geografia e história, a partir do momento em que o Estado brasileiro se desvincula politicamente de Portugal em 1822. As representações oficiais produzidas e

⁷ Não cabe aqui uma discussão detalhada e de caráter histórico sobre a associação direta entre Estado e território, apenas ressaltar que este é um tema recorrente na geografia política desde Ratzel, para quem o Estado era um organismo eminentemente territorial, temática que já havia sido abordada também, entre outros, por Maquiavel. Na verdade, essa discussão funda a geografia política como um subcampo desta disciplina. Os argumentos de Durkheim para refutar uma associação direta e necessária entre Estado e território passam pelo caráter da organização política das sociedades nômades, muitas vezes muito bem elaborada, mas reside no fato também de que, para ele, em sociedades primitivas, era o número de cidadãos e não o território, o elemento essencial dos Estados. No entanto, ele não nega a importância que o território teria adquirido a partir de um certo momento da história, uma vez que a identificação entre as sociedades e o território seria algo inerente às sociedades mais avançadas (DURKHEIM, 1983: 40). Assim, podemos considerar o Estado moderno, que é o nosso interesse aqui, como eminentemente territorial, sem entrar em longas discussões sobre a natureza, territorial ou não, dos Estados primitivos. O que pretendo tirar dessa discussão para este trabalho é o reconhecimento da importância das representações do território e da natureza para o Estado. Sobre Ratzel e sua concepção de Estado territorial ver, entre outros: MORAES (1990) e COSTA (1992).

reproduzidas por estas disciplinas desempenharam um papel fundamental na construção da idéia de uma nação brasileira⁸.

A constituição de ações do Estado está muito ligada à capacidade que determinados grupos e suas representações tiveram de se fazerem críveis, e necessárias. Assim, a ação do Estado sobre a seca, por exemplo, esteve e está, muito ligada às representações que se fazem sobre ela e sobre as necessidades dos territórios por ela afetados. Mais do que isso, a ação sobre as secas só pôde se estruturar a partir do momento em que um determinado espaço foi reconhecido como afetado por elas, em que se recortou esse território e em que se produziu uma nova regionalização. Nesse processo, as secas, ou antes sua transformação em um problema de Estado, têm um papel fundamental na construção da idéia de uma natureza e de um território diferentes de seu entorno, capazes de produzir uma nova regionalização, qual seja, a criação do Nordeste.

Nesse sentido, a construção da natureza cearense como semi-árida é algo que remonta ao início do século XX e esteve ligada à própria ação do Estado sobre aquele espaço. É assim que a construção da natureza semi-árida, de uma maneira mais direta, faz parte do próprio processo de constituição do Estado no Brasil, uma vez que seu reconhecimento oficial representou a vitória daqueles grupos interessados na constituição de órgãos ligados à intervenção naquela área.

Assim, ao analisar as representações que se constituem sobre o espaço e sobre a seca no Ceará em um dado momento, de uma forma mais ampla, este trabalho analisa o papel das representações sobre o espaço no próprio processo de formação do Estado no Brasil e de (re)conhecimento de seu território.

Essas representações se construíram sobretudo através do discurso. Foi o discurso da necessidade de intervenção sobre aquele espaço que contribuiu para a sua constituição como uma unidade distinta, o Nordeste. Assim, é necessário antes de entrar na análise dos discursos propriamente ditos, entender um pouco de seu funcionamento e das possibilidades envolvidas nos trabalhos com este material.

⁸ Sobre o papel das disciplinas história e geografia na construção da idéia de nação no Brasil, que se faz primeiramente através da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, ver GUIMARÃES (1988). Para o papel específico de temáticas ligadas ao pensamento geográfico nesse sentido ver também MACHADO (1995).

1.2. A construção do discurso

Assumir a natureza semi-árida e o próprio Nordeste como algo representado e construído no discurso pressupõe algumas discussões sobre a natureza própria do discurso e de seus produtores, o que pode nos fornecer um instrumental adequado para trabalhá-lo empiricamente. Não cabe aqui procurar fórmulas prontas para a sua análise na vasta bibliografia e conjunto de técnicas desenvolvidas para análise do discurso e de conteúdo⁹. Entretanto, algumas discussões acerca do assunto impetradas por autores expressivos precisam ser recuperadas para este trabalho.

Pierre Bourdieu, preocupado principalmente com os mecanismos de produção e de circulação dos discursos, estabelece alguns pressupostos para o trabalho com unidades textuais. Para este autor, antes de mais nada, para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona, já que o grau de legitimidade do emissor definiria, em grande parte, o grau de aceitabilidade do discurso. Para ele, trata-se de um erro procurar a “força locutória” no próprio discurso, já que o que “fala” nunca é o discurso, mas como já dito, toda a *pessoa social* (BOURDIEU, 1983a: 167). Dessa forma, para realizar uma análise do discurso verdadeira é necessário identificar “quem fala” (o produtor), “para quem” (o leitor), “de onde” (a instituição a que pertence e o veículo) e “como” (a forma discursiva) estabelecendo seus graus de legitimidade.

Uma ciência do discurso almejada por Bourdieu deveria estabelecer as leis que determinam quem pode falar, a quem e como, já que todo o discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor. Uma questão importante que surge do trabalho de Bourdieu, é o fato de que, ao contrário do que fazia boa parte das teorias de análise do discurso que surgiram calcadas no

⁹ É partir da década de 1960 que uma grande quantidade de técnicas se desenvolvem e que se convencionou chamar de análise do discurso. Dominada pela corrente estruturalista, a análise do discurso surge enquanto campo ao tentar dar objetividade às interpretações textuais e se libertar da análise do conteúdo. Um debate significativo e que divide autores até hoje está ligado ao dualismo entre uma análise quantitativa ou qualitativa. Para uma revisão bibliográfica acerca do assunto e sua aplicação no estudo da constituição e gênese do discurso da seca a partir de uma instituição – o Instituto do Ceará, ver: RIBEIRO (1997).

estruturalismo a partir de 1960, para ele o discurso não é auto-explicativo, existindo, portanto, a necessidade de conhecer as condições de constituição do grupo no qual o discurso funciona para poder explicá-lo. Entretanto, é necessário observar não somente as relações de forças simbólicas que se estabelecem no grupo em questão, mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que *certas* categorias estejam ausentes (ou representadas apenas por porta-vozes). Essas “condições ocultas”, como chama Bourdieu, seriam determinantes para compreender o que pode e o que não pode ser dito num dado grupo. Dessa forma, um dado necessário é que o discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daquele que o domina. A estrutura da relação de produção linguística depende da relação simbólica entre dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (BOURDIEU, 1983a).

Nesse sentido, a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. A definição completa de competência é, então, *direito à palavra*. A competência implica o poder de se impor à recepção.

Assim, trabalhar sob uma abordagem discursiva com a história de uma idéia ou de uma disciplina requer alguns cuidados especiais. As ciências sociais, dentro delas a geografia, estão dispostas a receber do mundo os problemas que estudam e estes, por sua vez, são condicionados pelo tempo e pela sociedade em questão e, dessa forma, para a ciência social, deixar em estado impensado o seu próprio pensamento é ficar condenado a ser apenas *instrumento* daquilo que se quer pensar (BOURDIEU, 1989: 36). Por isso, é necessário fazer uma história social da *emergência* dos problemas e da sua constituição progressiva, do trabalho coletivo necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer determinados problemas como *problemas legítimos*.

Nesse sentido, a linguagem e as categorias de pensamento que ela expressa e estrutura, constitui um problema particular para o cientista social, na medida em que esta é um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção. A pedagogia da pesquisa científica deve transmitir ao mesmo tempo instrumentos de construção da realidade, problemáticas,

conceitos, técnicas, métodos e uma formidável atitude crítica, uma tendência para por em causa esses instrumentos (BOURDIEU, 1989: 45).

O pré-construído ao apresentar-se como evidência, adquire a força de uma aparência, percebida como natural. Nesse sentido, a ruptura é uma *conversão de olhar* (BOURDIEU, 1989: 49), que se faz necessária sempre que as ciências se colocam como objeto. É dessa forma que este trabalho pretende analisar a emergência do semi-árido e do Nordeste como problemas aceitos pela sociedade, aceitando que eles são construções relativamente recentes, que remontam ao início do século XX.

Enquanto Pierre Bourdieu está preocupado sobretudo com as relações sociais que se manifestam através do discurso, Michel Foucault atenta para a perspectiva histórica na elaboração de discursos, problemática de quase toda ausente na obra de Bourdieu.

Michel Foucault também desenvolveu uma obra na qual a palavra e o discurso representam um ponto central nas suas investigações. Para Foucault, o domínio do discurso “é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (que tenham sido ditos e escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é própria a cada um.” (FOUCAULT, 1972: 22). Dessa forma, é necessário para ele o projeto de uma *descrição pura dos fatos do discurso*, a qual se distingue da análise da língua, na medida em que uma língua constitui um sistema para enunciados possíveis, sendo um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de performances, enquanto um discurso é o conjunto sempre finito e altamente limitado pelas únicas seqüências lingüísticas que foram formuladas. Assim, a questão colocada na análise da língua é sempre segundo que regra tal enunciado foi postulado, enquanto a descrição do discurso coloca como questão, como um determinado enunciado apareceu e não algum outro em seu lugar.

A descrição do discurso difere também da análise do pensamento, onde também só poderia haver uma reconstituição a partir de um conjunto definido de discursos. Entretanto “esse conjunto é tratado de tal maneira que se busca reencontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito que fala, sua atividade consciente, o que ele quis dizer ou, ainda, o jogo inconsciente que aparece, *malgré lui*, no que ele disse ou na quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas” (FOUCAULT, 1972: 22-23).

Assim, a análise do pensamento é sempre alegórica em relação ao discurso que utiliza. Já na análise do discurso o que se pretende é entender “o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar, o mais precisamente possível, seus limites, de estabelecer suas correlações com outros enunciados aos quais possa estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 1972: 23). Nesse trabalho, Foucault manifesta uma forte presença do pensamento estruturalista e, dessa forma, a questão própria da análise do discurso seria “qual é essa irregular existência que surge no que se diz e em nenhum outro lugar?”.

Isolar um acontecimento enunciativo não significa tratá-lo como independente e soberano, mas isso deve ser feito para compreender como esses enunciados podem articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva.

Um aspecto importante do trabalho do autor para o nosso está no fato de que ele chama de *arquivo* o jogo das regras que determinam em uma cultura a aparição e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua supressão, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*. Ainda segundo ele, analisar os fatos de discurso no elemento geral do *arquivo* é considerá-lo não como documentos, mas como *monumentos*, seria fazer algo como uma arqueologia. No entanto, “é preciso manter bem presentes no espírito dois fatos: que a análise dos acontecimentos discursivos e a descrição do *arquivo* não estão de nenhuma forma limitados a um domínio semelhante e que, por outro lado, o recorte (“*découpage*”) deste domínio não pode ser considerado como definitivo nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir fazer aparecer relações que correm o risco de apagar os limites desse primeiro esboço” (FOUCAULT, 1972: 25).

Estudar construções discursivas do passado requer um cuidado específico para que problemáticas pretéritas não sejam trazidas para o presente de maneira descontextualizada. Aquilo que foi escrito no passado está ligado a um conjunto de referenciais próprios a cada época e, dessa maneira, estudar discursos do passado não é tentar trazê-los para o presente, procurando uma “atualidade no texto” mas entrar no conjunto de características que fizeram com que aquele texto pudesse ter sido produzido naquele momento e quais as que permitem a sua ressignificação em outro.

Assim, na análise dos textos, não se trata de procurar precursores, já que tal busca se revela ineficiente, na medida em que seria retirá-los de seu enquadramento cultural (CANGUILHEM, 1972) e também, ao querer tornar muito ativos pensamentos do passado, pode-se cometer verdadeiras racionalizações que atribuem um sentido pretérito a descobertas presentes (BACHELARD, 1972). Longe de procurar atualidades, neste trabalho pretendo reconhecer uma problemática, reconhecer diferentes construções sobre a natureza semi-árida nordestina e a seca e a que posicionamento elas estão ligadas.

O pensamento de Foucault tem influenciado uma série de trabalhos que procuram analisar a construção de discursos sobre determinados objetos e a emergência de determinadas problemáticas. Dentro dessa perspectiva, Edward SAID (1990) propõe como objeto não o Oriente, mas as construções ocidentais sobre o Oriente, ou ainda, o Orientalismo. O autor trabalha com a noção de discurso de Foucault, adaptando-a, já que para ele, “sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-iluminismo (SAID, 1990: 15). Ainda para ele, lugares como o Oriente e o Ocidente são feitos pelo homem e, dessa forma, da mesma maneira que o Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e tradição de pensamento, imagística e vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente.

Um ponto importante que também é levantado por Said, apoiado em Foucault, está no fato de que as idéias não podem ser estudadas sem que a força e a configuração de poder que as sustentam também sejam estudadas. É nesse sentido que o autor pretende trabalhar, investigando que configurações de poder puderam produzir um discurso sobre o Oriente a partir do Ocidente.

Arturo Escobar, (1995) seguindo uma abordagem por ele mesmo defendida como pós-estruturalista e discursiva, parte do princípio da importância do estudo da dinâmica do discurso e do poder em qualquer estudo da cultura. Seu trabalho também está fundado na discussão de como certas representações se tornam dominantes e modelam a forma com a qual a realidade é imaginada e a ação sobre ela é feita. O autor

pretende então traçar a construção do Terceiro Mundo enquanto um problema, a partir de construções operadas pelo dito Primeiro Mundo. No trabalho Escobar quer tratar o “desenvolvimento” analisando as características e inter-relações de: 1) as formas de construção e como elas são elaboradas em objetos, conceitos e teorias; 2) os sistemas de poder que regulam essas práticas; 3) as formas de subjetividade conduzidas por esses discursos, como as pessoas se compreendem como subdesenvolvidas ou desenvolvidas. Esse conjunto de postulados constituiriam o desenvolvimento enquanto formação discursiva (ESCOBAR, 1995: 10). A análise é também levada a cabo em termos de regime de discurso e representação. Para o autor, regimes de representação podem ser analisados como lugares de encontro onde identidades são construídas e também onde a violência é originada, simbolizada e gerida. Diferente do trabalho de Said, Escobar procura elucidar como o discurso se manifesta em práticas, mostrando que o discurso resulta em práticas concretas de pensamento e de ação pelas quais o Terceiro Mundo é produzido. Em outras palavras, ele pretende identificar como diferentes discursos se materializam em práticas que são levadas a cabo sobre aquilo que é representado, ou seja, os espaços reconhecidos como Terceiro Mundo.

Os trabalhos de Escobar e de Said, levam a algumas observações. Em primeiro lugar, ajudou a pensar a região Nordeste e o sertão semi-árido na perspectiva de uma construção, seja a partir do próprio Nordeste ou a partir do Centro-Sul¹⁰, seja a partir dos próprios nordestinos ou a partir dos sulinos. Em segundo lugar, mostram uma aplicação prática, com adaptações das problemáticas desenvolvidas por Foucault que podem orientar o desenvolvimento da problemática que é aqui proposta e levada a cabo.

Cabe agora uma análise mais detalhada da constituição dos principais agentes que foram responsáveis por representações sobre a natureza no Ceará dentro do Estado e para o Estado, e os responsáveis pela constituição dos discursos produzidos que serão analisados: os administradores provinciais e estaduais e os engenheiros.

¹⁰ No entanto, investigar de que forma a idéia de região nordeste foi construída especificamente a partir do centro-sul ou a partir do próprio nordeste e as diferenças entre essas construções daria uma outra pesquisa, não representando meu objetivo direto.

1.3. Engenheiros e administradores: o saber técnico e a intervenção sobre o espaço

A grande quantidade de textos produzidos sobre o Ceará e estados vizinhos aponta para a diversidade de representações produzidas sobre esse espaço. No entanto, ao se propor uma análise sobre a forma como essas representações influenciaram intervenções sobre o espaço, deve-se deter o recorte sobre aqueles agentes envolvidos diretamente no direcionamento de tais investimentos, aqueles envolvidos com a organização e ação estatal nesse sentido. Assim, serão aqui analisadas as representações sobre a natureza e o espaço cearense produzidas pelos presidentes de província, administradores provinciais, que representavam durante o Império o poder do Estado Central na província; os presidentes de estado, cargo que substituiu no regime republicano o de presidente de província, e também sobre os técnicos e literatos que se preocuparam com as necessidades de intervenção sobre a natureza na província, oriundos sobretudo de um pensamento técnico ligado à engenharia que durante esse período emergia no país.

Ao longo do século XIX, o cargo de presidente de província tinha como finalidade principal a representação do poder Imperial nas diferentes unidades que constituíam o Império, coordenando sua administração. Em função disso, os presidentes eram escolhidos através de nomeação direta por Carta Imperial, representando uma escolha direta do Imperador e do Conselho de Estado.

Era comum um mesmo presidente passar por várias províncias distintas dentro de um curto espaço de tempo. A prática de fazer circular os administradores pelo Império herdada dos portugueses fazia com que as administrações fossem bastante curtas e um mesmo administrador em um curto período de tempo presidisse várias províncias. A decisão de nomear um presidente alheio à província, isto é, que não tivesse laços políticos e econômicos, era uma tentativa também de, primeiro fazer o político em treinamento conhecer todo o país e seus problemas, mas também tentar fazer da administração o mais técnica possível, removendo o máximo dos interesses pessoais dos presidentes (CARVALHO, 1996).

A tentativa em não politizar o cargo partia do próprio Imperador, enfatizando o caráter técnico dos administradores e a profissionalização da carreira. Tentativa que é mesmo comprovada por um projeto de 1860 que colocava como pré-requisito para quem quisesse administrar as províncias mais importantes, ter passado pelas de menor peso. Mesmo que tal projeto não tenha alcançado êxito, é verdade que vários políticos nacionais foram nomeados presidentes de província com o objetivo de lhes permitir ganhar experiência (CARVALHO, 1996: 110).

No entanto, o caráter político do cargo nunca foi desfeito, como mostra José Murilo de CARVALHO (1996: 111), ser presidente de província, sobretudo das mais abastadas, era um caminho para aqueles que queriam tomar lugar importante na política nacional. Na verdade, tal fato representava um dos principais caminhos para a entrada na elite política do Império, ou como prefere aquele autor, para a entrada no “Clube Imperial”.

O curto período das administrações¹¹ também é verificado no Ceará, onde entre 1877 e 1889 a média de permanência dos presidentes é de 272 dias se descontados os períodos administrados por vice-presidentes. No entanto, retirando as três administrações mais longas, as únicas que demoram mais de um ano, Albuquerque Barros (847 dias), Enéas de Araújo Torreão (578 dias) e Antônio Caio da Silva Prado (399 dias), essa média cai para 181 dias. A diversidade de origem dos presidentes é também marcante: 5 são do Ceará, 3 da Bahia, 1 de Mato Grosso, 1 do Pará, 1 de Minas Gerais, 1 do Maranhão, 1 do Rio Grande do Norte e 1 de São Paulo; sendo que entre os 5 presidentes originários do próprio Ceará, 3 eram vice-presidentes que assumiram o governo por curto período de tempo no interregno de outras administrações¹².

No Império, a formação para aqueles que pretendiam cargos políticos era quase sempre tomar a direção das duas únicas faculdades de direito existentes no país, a de Recife ou a de São Paulo. É assim que ao observar a constituição da ocupação dos presidentes de província no Brasil, de um modo geral destacam-se os bacharéis de direito e desembargadores (CARVALHO, 1996).

¹¹ Constatada também, dentre outros, por ALMEIDA (1983) para o Maranhão e por DAOU (1998) para o Amazonas.

¹² Ver anexo I, que apresenta um quadro sobre os presidentes do Ceará entre 1877 e 1889, inspirado a partir daquele apresentado para o Amazonas por DAOU (1998).

Desse modo, dos presidentes da província do Ceará a partir de 1877, com informações disponíveis, 16 eram bacharéis em direito e apenas um formado em medicina e outro em farmácia. Dessa forma, a despeito das diferenças partidárias e de origem, os Presidentes de Província constituíam um grupo razoavelmente homogêneo do ponto de vista de sua formação, sobretudo se considerarmos que a formação em direito só era dada por duas faculdades no país, em Recife e em São Paulo.

O cargo de presidente de província era obtido em geral após a eleição para a Câmara ou mesmo após o exercício de algum cargo ministerial. A importância do cargo estava ligada ao fato de que dele dependia a vitória do governo nas eleições, no entanto, mesmo fora deste período, o presidente possuía atribuições estratégicas, como a nomeação de promotores, delegados e subdelegados de polícia e oficiais inferiores da Guarda Nacional. Cabia a ele ainda a indicação de oficiais do recrutamento militar, reconhecer a validade das eleições municipais e encaminhar ao Ministro do Império, com parecer pessoal anexo, os pedidos de concessão de títulos honoríficos, inclusive os de nobreza (CARVALHO, 1996: 109).

Ao presidente cabia também fazer a intermediação com os ministérios para que a província tivesse acesso às obras que considerava necessárias. Se ao presidente não cabia intervir diretamente nos trabalhos da Câmara Provincial, e muito menos na liberação de verbas pela Câmara Imperial, é verdade que podia fazer-lhe solicitações e tentar apressar votações que considerasse necessárias, o que dependeria muito também do seu grau de influências e da rede de relações que possuía.

Ao presidente em exercício da província cabia ainda, uma vez por ano, quando da abertura da legislatura anual, realizar uma “Fala” à Assembléia Legislativa Provincial, na qual exporia as condições gerais da província, sua administração, as obras e decisões que se faziam necessárias, prática que é seguida mesmo após a proclamação da República, pelos então chamados, presidentes de estado. Ao deixar o cargo, o presidente deveria ainda preparar um “Relatório” ao seu sucessor no qual também

expunha sua administração e as principais necessidades que possuiria a província naquele momento¹³.

Com o advento da República, os presidentes de estado passam a ser eleitos dentro das elites locais. No Ceará, é aberto o caminho para a consolidação de uma oligarquia local que veio a ser uma das mais fortes da República Velha, dentre várias formadas a partir da chamada política dos governadores de Campos Sales: aquela formada por Nogueira Acioli.

Acioli assume a liderança do partido liberal no Ceará com a morte do Senador Pompeu em 1877, seu genro, pedido que havia sido feito pelo próprio senador em carta a Sinimbu pouco antes de sua morte (MONTENEGRO, 1980). A partir de então, mais de uma vez governou o Ceará enquanto vice-presidente, tendo alcançado em 1889 a indicação para uma vaga no senado, que não chega a assumir devido à derrocada do Império.

No novo regime, Nogueira Acioli não demorou a aderir às novas fileiras republicanas, fato repetido por praticamente toda elite política cearense. Em 1891, Acioli dirigiu os trabalhos da Assembléia Constituinte e em seguida, em 1892, era eleito 1º vice-presidente do estado, consolidando assim novamente seu prestígio político. Nogueira Acioli presidiu ainda o estado nos períodos de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912 até ser deposto por uma revolta popular em 1912, indo exilar-se no Rio de Janeiro, constituindo assim uma das oligarquias locais mais fortes da República Velha.

Os presidentes de estado passam, a partir da proclamação da república, a contar com um mandato fixo de quatro anos e não mais realizam relatórios ao deixar a administração. No entanto, é mantida a prática de realização de relatórios anuais para a abertura das Legislaturas. Esses relatórios, tais quais seus congêneres do Império, dirigidos para a Câmara, davam ciência das condições materiais do Estado e divulgavam as necessidades e pedidos que haviam sido feitos ao Governo Federal.

¹³ Concordamos com ALMEIDA (1983) na afirmação de que os Relatórios, Discursos e Falas pertencem a um mesmo gênero, no qual apesar de possuírem muitas vezes destinatários distintos, os termos usufruem de uma sinonímia. Uma prova disso está, também, no fato de que ao passar a administração pouco tempo após a Abertura da Legislatura, os presidentes se excusavam de fazer novo relatório, direcionando ao novo presidente a leitura do documento dirigido à Câmara. Assim, doravante todos esses documentos serão chamados de Relatórios de Presidente de Província e Relatórios de Presidente de Estado, ou simplesmente RPP ou RPE, e para o Ceará: RPPCE ou RPECE.

Os Relatórios de Presidente de Província e de Estado constituem assim, um conjunto de documentos que revelam as ações tomadas pelas administrações, mas também revelam uma série de estudos e de impressões sobre a situação das províncias e estados. Esse relatórios dizem muito a respeito também do conhecimento e das representações que as administrações faziam do espaço por elas geridos. É assim que um estudo sobre esses documentos pode revelar mais sobre a forma como a natureza e o território eram encarados pelos administradores locais e as intervenções que essas interpretações suscitaram.

As recomendações e pedidos de obras, acompanhadas de suas justificativas, trazem consigo as representações da natureza produzidas a partir de dentro do próprio Estado. Ao identificar as representações sobre a natureza em que se baseavam esses administradores, para justificar as intervenções necessárias, e as transformações pelas quais essas representações passaram, pode-se entender muito sobre a própria atuação estatal sobre o espaço cearense e na própria constituição das categorias semi-árido e Nordeste.

Além dos administradores, um outro grupo ligado ao Estado vai aos poucos ganhando mais destaque e se impõe como técnicos nos assuntos ligados à intervenção sobre o espaço, qual seja, os engenheiros. Estes, à medida que ganham o reconhecimento como os detentores de um saber técnico, capaz de modelar a natureza a favor das atividades humanas, ganham cada vez mais poder dentro do Estado e conseqüentemente as representações que constroem sobre a natureza passam a ser cada vez mais veiculadas.

Durante a maior parte do Império o ensino de engenharia era monopolizado pelas escolas militares, daí a predominância de militares, durante muito tempo, nos círculos de engenheiros. Em 1858 é criada a Escola Central, na qual o estudante poderia optar por uma carreira civil. Na verdade esta escola representava uma escola civil com disciplina militar e, apesar de estar ainda sob o controle do Ministério da Guerra, os estudantes poderiam familiarizar-se com matérias inéditas até então como aterros e dessecação de pântanos, vias férreas, regime e melhoria dos portos, questões que passavam cada vez mais a interessar ao Império (COELHO, 1999: 195).

Em 1874 finalmente a Escola Central passa ao cargo do Ministério do Império e recebe o nome de Escola Politécnica¹⁴. Tomando como modelo a *École Polytechnique de Paris*, com um currículo centrado nas matemáticas, símbolo de superioridade intelectual e prestígio social, a Escola Politécnica possuía um ensino “livresco, teórico e enciclopédico” (COELHO, 1999: 196) que ainda não respondia às necessidades de um saber mais técnico para as intervenções de que o Império cada vez mais necessitava. Por causa disso mesmo, nos primeiros anos ainda, a maior parte das obras de que o país necessitava, como as Estradas de Ferro, que a partir de 1860 ocupavam cada vez mais lugar no tópico “Obras Públicas” do Orçamento do Império, eram realizadas por estrangeiros, ou pelo menos sob sua coordenação. Fora do Rio de Janeiro fundam-se ainda, em 1876 a Escola de Minas de Ouro Preto e em 1893 a Escola Politécnica de São Paulo.

A maior parte dos engenheiros formados pela Escola Politécnica era absorvida pela burocracia, e mesmo aqueles que se empregaram efetivamente em obras não deixavam de ser empregados públicos, uma vez que o Estado era praticamente o único empreendedor de peso na economia e o único a realizar obras de grande ou mesmo médio portes.

O ensino excessivamente teórico e pouco afeito a aplicações práticas, como apontados por vários autores¹⁵, fez com que o Brasil se constituísse em uma sociedade que valorizava a retórica, um país de iletrados onde o título de bacharel e de doutor mantinha-se mais como sinal de posição de classe do que para o exercício da profissão propriamente dito.

Assim, o caráter pouco prático e excessivamente teórico e enciclopédico da intelectualidade brasileira, ligado também à tradição do ensino religioso, único no Brasil

¹⁴ “O Decreto n. 5.600 de 25 de abril deste mesmo ano dava-lhe estatutos e organizava-a em seis cursos: o Geral, o de Ciências Físicas e Matemáticas, o de Ciências Físicas e Naturais, o de Engenharia Civil, outro de Minas e ainda outro de Artes e Manufaturas. Os três primeiros tinham cada um a duração de dois anos; os seguintes de três. A aprovação nos dois primeiros cursos especiais (científicos) levava ao título de Bacharel, e com a defesa de tese ao de Doutor, além da obtenção de uma ‘carta de habilitação’. A conclusão dos demais cursos especiais dava o título de Engenheiro.” (COELHO, 1999: 195).

¹⁵ Um dos primeiros a levantar esse aspecto foi Gilberto Freyre (1961: 573-631), que identifica no bacharelismo mais uma forma de ascensão social encontrada por membros oriundos de classes menos abastadas do que uma preocupação com o exercício prático da profissão propriamente dito. Dessa forma, a faculdade representava muito mais a forma de obtenção de um título, do qual o que importava mais era a demonstração de ilustração, do que de uma possibilidade de carreira.

durante muito tempo, fez do bacharelismo um exercício de retórica que valorizava a eloquência, pouco afeito a um caráter prático. A importância era dada então, não à prática mais ao conhecimento que os indivíduos adquiriam, no qual encontravam apoio para a expansão do seu prestígio de letrados, eruditos, juristas e oradores políticos. Se essa era uma característica principal dos formados em Direito, também era seguida de perto pelos médicos e um pouco mais distante pelos engenheiros (AZEVEDO, 1943).

Os engenheiros, no entanto, eram aqueles menos propensos à valorização da pura retórica. Tal fato é explicado por Fernando de AZEVEDO (1943: 163), como sendo decorrente do fato de estes trabalharem em um relativo isolamento, dado pelos serviços de campo, no qual trabalhavam não sobre material humano, mas sobre materiais como madeira, areia, ferro, sobre cálculos, sem estímulos na profissão para a vida intelectual, bem como para grandes realizações num meio de economia agrícola e com um espírito prático derivado do contato mais freqüente com as ciências físicas e matemáticas. Por todos esses fatores, o engenheiro nunca adquiriu poder de influência e a projeção social, que abriram aos bacharéis e doutores o campo da administração pública. No entanto, é verdade que alguns engenheiros, ao contrário de se isolarem em campo, permaneceram bem próximos ao poder, adquirindo as mesmas características dessas outras profissões.

A despeito disso, a partir do começo do século XX a engenharia aos poucos vai tomando um espaço cada vez maior, sobretudo quando os estudos de caráter teórico e bacharelesco perdem terreno para estudos de caráter prático e demonstráveis. É assim, por exemplo, que a engenharia toma o espaço da medicina nas discussões climáticas e sobre o saneamento, como mostra Edmundo Campos Coelho:

Em lugar das especulações médicas sobre os efeitos do 'metifismo', das 'emanações deletérias' e de outras fantasmagóricas entidades atmosféricas na propagação das doenças; e em substituição às propostas genéricas e freqüentemente inexecutáveis de intervenção no espaço urbano para fins sanitários, os engenheiros traziam estudos e sugestões em linguagem incisiva e precisa, a linguagem da 'ciência positiva'. A engenharia já levava sobre a medicina a vantagem de soluções tecnicamente demonstráveis com recursos da época e uma preocupação com seus aspectos econômicos que era

inteiramente estranha aos médicos, mas importantíssima para os governos. (COELHO, 1999: 215).

Os engenheiros também passam a produzir, por essa época, um pensamento extremamente importante sobre o espaço. O estudo das obras que consideram necessárias ao país faz com que sejam realizados também estudos de reconhecimento dos terrenos sobre os quais se intervirá, sobretudo estudos de caráter topográfico, climático, econômico, etc. É assim que os engenheiros passam a produzir um pensamento visando a intervenção sobre o espaço, de caráter eminentemente prático, que em muitas áreas do Império forneciam os únicos dados disponíveis sobre elas.

Na discussão sobre a seca os engenheiros ganham também cada vez mais destaque como aqueles capacitados a planejar a intervenção necessária para que se evite o problema. Ao pensar as soluções sobre a seca, os engenheiros também produzem um pensamento sobre o espaço, uma vez que necessitam de dados e de conhecer o terreno sobre o qual precisam intervir. É assim que seus estudos e memórias sobre as questões das secas estão cheios de representações sobre o espaço e a natureza que orientaram as intervenções propostas.

Dessa forma, no período em questão, em que o Estado inicia sua ação sobre as secas, os agentes ligados à administração estatal, sejam eles políticos de carreira e/ou engenheiros, são os principais responsáveis por um pensamento, que é vinculado às discussões e conseqüentemente às ações planejadas e tomadas sobre o espaço. É assim que no intuito de analisar como determinadas representações sobre o espaço constroem a região e como são materializadas em políticas públicas, que uma análise sobre esses dois agentes se faz pertinente.

1.4. Metodologia, recortes e fontes.

Para analisar as representações sobre a natureza no Ceará e o processo de institucionalização do combate à seca, foram eleitos como fonte de dados os Relatórios de Presidentes de Província e de Estado e os estudos e memórias publicados sobre a questão da natureza e da seca no Ceará.

O recorte temporal, como já ficou exposto, engloba o período de 1877 a 1910. Pretendo assim, incorporar o período que marca as primeiras ações do governo central ligadas a uma preocupação mais efetiva em relação à seca, que tem início em 1877, como será demonstrado no capítulo seguinte, estendendo a análise até a criação da IOCS, em 1909, e sua consolidação, que se efetiva nos anos seguintes.

No período em questão foram analisados um total de 28 Relatórios de Presidentes de Província e 20 Relatórios de Presidente de Estado¹⁶, os quais receberam fichas tipo resumo e tipo citação (ECO, 1993). Em seguida procedeu-se a um tratamento temático dos dados, isolando as abordagens em relação à seca, à natureza e ao território, realizadas nos relatórios e agrupando-as segundo semelhanças. O procedimento culminou com a elaboração de um quadro com as principais temáticas para a abordagem da natureza no Ceará presentes nos relatórios dos administradores.

Esse quadro temático foi então cruzado com os dados biográficos dos autores, levantados junto a dicionários bio-bibliográficos diversos e enriquecidos por uma bibliografia especializada, constituindo assim o material que é apresentado no capítulo III e capítulo IV.

Foram levantadas ainda uma série de memórias e opúsculos sobre a questão da seca e da natureza no Ceará produzidos durante o período, que foram também associados às temáticas predominantes nos Relatórios dos Presidentes de Província e de Estado.

A discussão que teve lugar no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro em 1877 mereceu tratamento particular. Tomada como momento fundador da problemática e onde uma série de engenheiros emitiram suas considerações sobre o problema da seca no Ceará, as Atas das duas reuniões do Instituto que foram consagradas à essa questão foram decodificadas. Cada um dos autores mereceu uma ficha, e em seguida procedeu-se novamente a um tratamento temático dos dados, de onde se pôde verificar as principais propostas do Instituto e suas principais representações sobre a natureza e o território no Ceará, a partir da discussão sobre a seca.

¹⁶ Ver listagem na bibliografia.

Esse material, em conjunto com os opúsculos e memórias produzidas por engenheiros, que também são analisados ao longo do trabalho, apontam de forma mais direta como a engenharia incorpora e trabalha a questão.

Além disso, foram analisados também os relatórios do Ministério da Agricultura e do Ministério da Viação e Obras Públicas. Neles são encontradas uma discussão e as medidas efetivamente tomadas pelo governo central sobre o espaço aqui em questão. Sobretudo o segundo, foi o responsável pela organização de comissões e pela própria estruturação da IOCS. Nesse sentido eles representam uma fonte que disponibiliza o discurso oficial de constituição desses órgãos.

A produção textual sobre as secas, sempre é intensificada no momento em que estas ocorrem, a partir da visibilidade que o fenômeno adquire. Em função disso, a seca que tem início em 1877 representa um momento significativamente rico para uma análise acerca das representações sobre as secas. Mais do que isso, mostrarei como, em função das escolhas metodológicas deste trabalho, a seca de 1877 é apresentada como um momento paradigmático na ação estatal frente ao problema. Nesse sentido, analiso no capítulo seguinte, várias representações produzidas por diferentes agentes ligados direta ou indiretamente à ação estatal sobre o espaço e que atuam no sentido de fundar o reconhecimento de um problema.

CAPÍTULO II

A seca de 1877-1879 e a fundação de uma problemática

Neste capítulo são discutidos os motivos que fizeram da seca de 1877 um marco na forma como a questão das estiagens é encarada e na forma de atuação sobre o espaço. A seca de 1877 marca o início da atuação do governo central no sentido de tentar resolver os problemas causados pelas estiagens nas províncias do norte. Dessa forma, ela funda um problema a nível nacional, cuja discussão não se faz sem se embrenhar na questão da natureza e de seu caráter.

O primeiro grande fórum de debate que se estabelece ocorre nas reuniões do Instituto Politécnico Brasileiro, presidido por Sua Alteza Imperial, Conde d'Eu. Essa reunião e as deliberações que são tomadas são aqui analisadas como um marco na forma de se pensar a seca, mas também, na própria forma de se pensar o território no Ceará.

Além da reunião do Instituto Politécnico são analisados alguns textos publicados, em sua maioria na imprensa, sobre o problema da seca no Ceará, durante a sua ocorrência, que serviram também para dar visibilidade ao problema e chamar a atenção para as medidas que deveriam ser adotadas.

2.1. A Corte descobre a seca

Desde o século XVI existem relatos sobre secas ocorridas no norte do Brasil (ALVES, 1982); que se intensificam ao longo do século XIX. O caráter periódico das estiagens já era reconhecido por aqueles que se preocupavam com o problema, tanto que em 1863, o Senador Pompeu já falava na periodicidade da ocorrência do fenômeno no Ceará (BRASIL, 1997).

No entanto, a despeito dos pedidos dos presidentes de província, a Corte ignorava o problema. É somente com a seca que atinge várias províncias no norte do Império, em especial o Ceará, em 1877 e que se estende por 1878 e 1879, que o problema passa a ser discutido em altas rodas no Rio de Janeiro. A migração intensa de

peças para Fortaleza, que chegou a contar com mais de 100 mil retirantes, e para outras cidades, associada a várias epidemias que dizimaram boa parte desses migrantes, provocou as primeiras discussões do assunto em instituições localizadas na capital do Império, que, a partir de então, iria tomar para si a discussão e tentar promover a resolução do problema, senão pela ação direta, ao menos na intenção.

Assim, pretendo demonstrar que a seca de 1877 representa um marco em vários sentidos. É a partir desse momento que a questão das “secas do norte” ganha destaque no litoral e sobretudo na capital do Império. É a partir desse momento também que se iniciam, de modo mais sistemático, as longas discussões sobre as formas para se evitar o problema que acompanharam todo o século XX. Também é a partir de então que o Estado inicia uma organização, no sentido de incluir o problema em sua pauta de atuação.

Para melhor entender o caráter da seca de 1877, e sua importância para a discussão em torno da problemática das regiões afetadas pelas secas, pretendo demonstrar que esse “caráter paradigmático” da seca de 1877 está ligado a vários fatores e não somente à dimensão da estiagem, apontada pela historiografia clássica como a maior do século XIX.

Em primeiro lugar, a maior visibilidade que o sertão e seus problemas adquirem a partir da segunda metade do século XIX já foi apontado anteriormente por Francisco de OLIVEIRA (1977), como realizado através do crescimento do poder dos agricultores ligados ao binômio gado-algodão e do relativo enfraquecimento dos agricultores ligados à cana na Zona da Mata. Para este autor, essa inversão de poder provocou uma maior visibilidade das questões desse primeiro espaço, fazendo com que surgisse o “Nordeste da seca”, contrabalançando o “Nordeste opulento da cana”. No entanto, é necessário lembrar que o Nordeste, seja o “da seca” ou o “opulento da cana”, ainda não existia enquanto tal, ele é uma criação do século XX, como discutirei mais tarde. No entanto, é verdade que, a transformação na configuração de poder também foi um dos fatores que provocou maior visibilidade do sertão, mas isto ainda não explica por completo a razão da seca de 1877 ter se transformado em um marco nesse sentido.

Para CARVALHO (1988: 195), o caráter paradigmático da seca de 1877 deve-se menos à variabilidade climática e mais às condições sanitárias da época e ao fato de esta

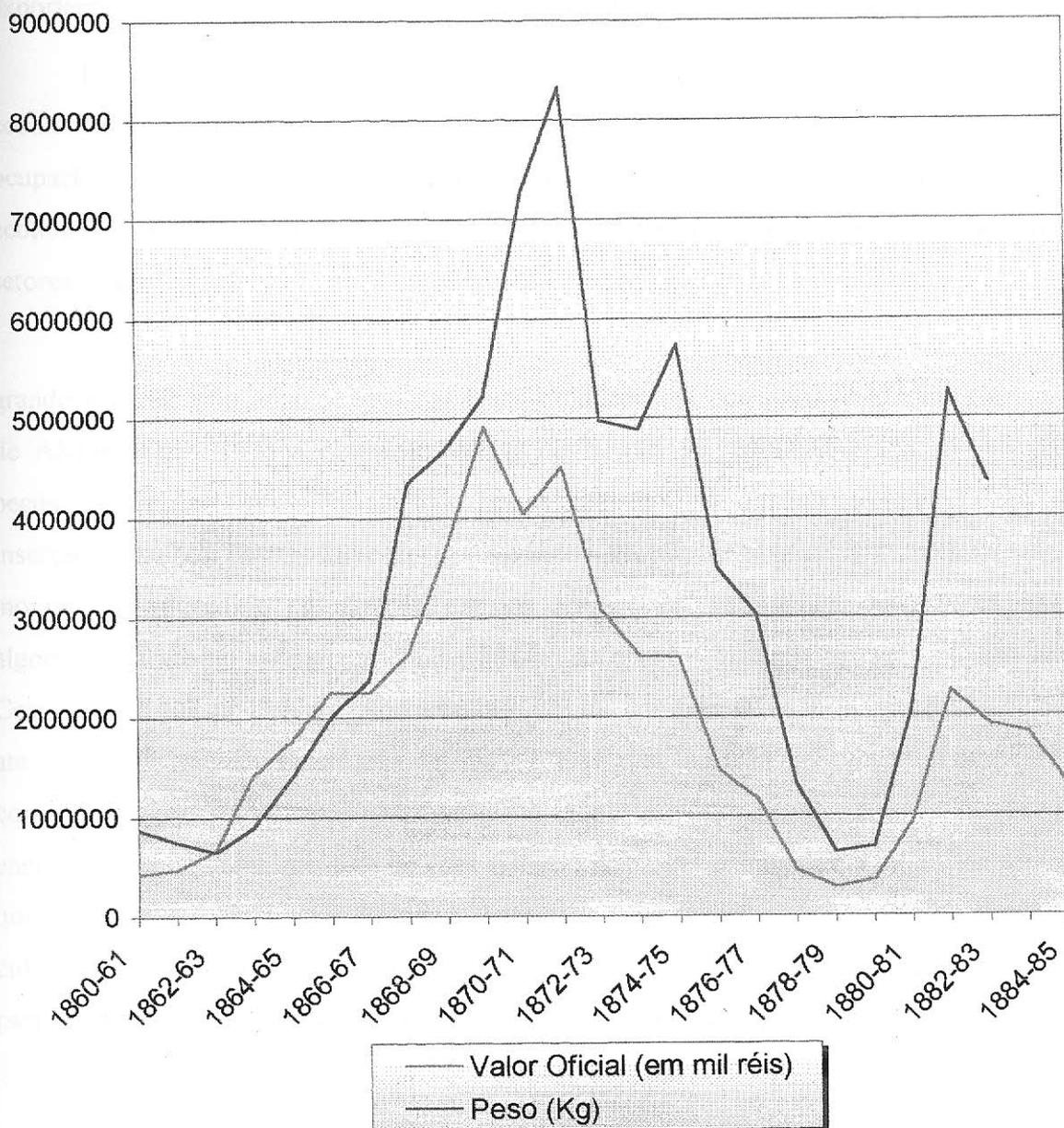
ter sido a primeira calamidade a ser objeto de estudos sistemáticos. No entanto, essa afirmação, apesar de verdadeira, não explica porque foi nesta seca que foram reunidas essas condições, nem porque foi essa a primeira a ser objeto de amplos estudos. Dessa forma, pretendo demonstrar que é lícito afirmar que o caráter paradigmático da seca de 1877 está ligado a três aspectos: o início da decadência da cultura do algodão após um período de grande produção; o adensamento populacional verificado em função do próprio crescimento desta cultura; e o longo período sem a ocorrência de uma grande seca, que contribuiu para um maior despreparo da população. Todos esses fatores fizeram com que fosse dada uma visibilidade à seca de 1877 como nenhuma outra obteve antes, daí a grande discussão realizada durante e após sua ocorrência.

Ao longo do século XIX, houve períodos de altos e baixos na cultura do algodão nas províncias do norte do Império. Essa variabilidade está muito ligada aos mercados externos, para onde era voltada a maior parte da produção. Como mostra GUIMARÃES NETO (1989: 31) o algodão marca presença na primeira metade do século na pauta de exportações brasileiras, declinando nas décadas de 1840 e 1850, para retomar na década seguinte seu crescimento em função da Guerra da Secessão Americana (1861-1865). O período da guerra, com a interrupção da produção algodoeira no sul dos Estados Unidos, corresponde a um dos picos das exportações de algodão no século XIX¹⁷. Durante esse período a cultura do algodão se espalhou rapidamente por várias áreas, especialmente pelo Agreste e pelo Sertão, provocando uma sensível acumulação de riqueza no Ceará. A cidade de Fortaleza se consolidou como principal centro da província, controlando o movimento de exportação do algodão por seu porto. A capital cearense vivenciou então um período de grande crescimento urbano, modernização e embelezamento que refletia os ideais de uma elite do algodão que se criava na província (PONTE, 1999).

¹⁷ Os dados apresentados por Guimarães Neto são os seguintes: em 1821-30 as exportações de algodão correspondiam a 20,6% do total das exportações brasileiras. No período 1831-40 10,8%, em 1841-50 cai para 7,5%, valor que é repetido na década seguinte. Na década de 1861-70 esse valor sobe para 18,3%, nos anos 1871-80 cai para 9,5%, na década seguinte para 4,2% e em seguida para 2,1% (EISEMBERG, 1977 *apud* GUIMARÃES NETO, 1989: 45).

Gráfico I

Produção do Algodão no Ceará entre 1860 e 1885, segundo dados da alfândega de Fortaleza



Fonte: RPPCE-XXIVa, p. 24

No entanto, esse auge foi bastante breve. Terminada a guerra, a produção americana foi retomada aos poucos, o que fez com que houvesse uma quase total desarticulação da cultura algodoeira no Brasil já na segunda metade da década de 1870, provocando a quebra desenfreada de vários setores ligados à exportação deste produto. O gráfico I mostra como poucos anos antes de 1877 o valor da produção e o total das exportações do algodão vinham declinando, para entrar em total colapso em 1877.

Tal fato foi responsável por a seca de 1877 ter encontrado essas áreas com sua economia já bastante desorganizada, com uma considerável parte de sua população sem ocupação. A seca apenas contribuiu para agravar ainda mais a total desorganização da economia da região. Mesmo antes da seca a quebradeira já era generalizada em todos os setores ligados ao algodão, afetando indiretamente toda a economia do Ceará¹⁸.

Associada a esse auge da cultura do algodão na década de 1860, verifica-se um grande adensamento populacional nas áreas produtoras. Como mostra Manoel Correia de ANDRADE (1975) a ocupação inicial do Sertão foi feita sobretudo através da pecuária, atividade que emprega bem pouca mão-de-obra em seu exercício. Com a inserção da cultura do algodão e sua necessidade maior de mão-de-obra, é verificado um movimento migratório em direção a essas áreas, uma vez que se empregava nos algodoads o trabalho assalariado em detrimento do escravo, naquela época já escasso no Ceará. Dessa forma, durante o período que vai da segunda metade da década de 1850 até a segunda metade da década de 1870 é provável que tenha havido um aumento considerável na densidade populacional no Agreste e no Sertão. A seca de 1877 encontrou então, um número de pessoas vivendo nas áreas sujeitas a ela muito maior do que qualquer outra estiagem anterior. Associado a isso está a decadência da própria cultura do algodão já discutida, responsável por esse adensamento, que fez com que boa parte dessa população em 1877 estivesse já desligada da produção e desocupada.

¹⁸ No relato de Rodolfo Teófilo, que a viveu, a queda do algodão tem um caráter dramático: "Em 1871, restabelecida a paz nos Estados Unidos, começou a baixar o algodão. Negociantes e lavradores tentam arcar com a crise, abrindo novas e imensas lavras que produzem 7.906.944 Kg; mas o preço baixava sempre; o prejuízo foi imenso. Empenharam os últimos recursos e atiraram-se à luta; a safra seguinte deu 7.382.748 Kg, e o preço a baixar sempre! Estavam os lavradores vencidos, pobres e endividados. O ricoço de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, que a tanto desceram logo os salários. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência que durou tão pouco! Dela apenas ficaram alguns prédios no sertão" (TEÓFILO, 1922: 23).

Quadro I

População do Ceará entre 1775 e 1886, segundo diferentes fontes

ANO	POPULAÇÃO	AUTOR
1775	34.000	Varnhagen
1808	130.396	Borba Alardo
1813	149.285	Sampaio
1812	150.000	Naturalista Feijó
1819	201.170	Desembargador Veloso
1835	240.000	Presidente Alencar
1839	208.000	Presidente Miranda
1858	487.000	Relatório da Polícia
1860	503.759	Senador Pompeu
1862	508.000	Presidente José Bento
1867	540.000	Notícia para Exposição
1868	550.000	Senador Pompeu
1870	641.850	-----
1872	721.686	Arrolamento Oficial
1877	900.000	Senador Pompeu
1881	750.00	Presidente Leão Veloso
1886	915.000	Thomaz Pompeu Brasil

Fonte: RPPCE-XXIVa, p. 08

O Quadro I mostra a evolução da população do Ceará. A dificuldade de fontes de dados estatísticos é um problema ao qual qualquer pesquisador que trabalhe com população em uma perspectiva histórica no Brasil está submetido, mais difícil ainda é encontrar uma série histórica proveniente de uma mesma fonte. Entretanto, nessa montagem realizada a partir de várias origens, com os problemas inerentes a esse tipo de colagem, é possível observar o grande incremento populacional na província a partir da década de 1860. É presumível que, em função de sua própria natureza intensiva em

mão de obra, as áreas produtoras de algodão tenham absorvido boa parte desse incremento¹⁹.

Outro fator importante ligado à 1877 está no fato de que houve um longo período sem a ocorrência de uma seca, fato esse narrado por vários cronistas. A última grande estiagem havia ocorrido em 1845/46, somando um total de 31 anos sem uma grande seca. Esse período é apontado por BRASIL (1983: 17) como o maior intervalo conhecido entre as grandes estiagens até aquela data²⁰. O quadro II mostra a ocorrência de secas no Ceará nos séculos XVIII e XIX.

Esse fato contribuiu para o despreparo da população para enfrentar uma longa estiagem, uma vez que tal não ocorria há bastante tempo. Isso se torna mais importante se considerarmos a imigração provocada pelo incremento da lavoura algodoeira, que trouxe para o sertão um certo número de pessoas de outras regiões, especialmente do litoral, que não haviam travado um contato anterior com a seca. Esse despreparo contribui mais ainda para fazer do ano de 1877 um ano de tragédia narrado por todos aqueles que fizeram a historiografia da região.

Em suma, o fato é que as secas que ocorreram antes desse período afetavam uma pequena população, distribuída de maneira dispersa pelo território, não havendo dessa forma, uma grande visibilidade no litoral da estiagem que ocorria no interior. A seca de 1877, diferente das outras, encontrou um grande contingente populacional vivendo nas áreas suscetíveis ao fenômeno e sem as condições adequadas para atravessá-la. Ao provocar o deslocamento de uma grande parte da população do Ceará, a seca levou o problema até Fortaleza, tornando-o visível. É assim que as notícias da seca e da grande mortalidade na capital cearense chegam cada vez mais aterradoras à Corte e aos seus

¹⁹ Apesar da falta de dados estatísticos para o crescimento populacional especificamente nos sertões, é possível verificar esse incremento nos relatos da época: "De um ano para outro, a província cobriu-se de algodoads; derrubaram-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição. (...) Próximo aos pontos mais produtores de algodão, levantaram-se arraiais, transformados logo depois em povoações." (TEÓFILO, 1922: 22)

²⁰ SILVA (1985:127) fala da ocorrência de uma seca em 1865 da qual ninguém mais fala, no entanto, como o próprio autor aponta, essa seca não obteve grande visibilidade devido ao grande desenvolvimento da cultura do algodão e dos grandes estoques desse produto que se encontravam na região em função da dificuldade de escoamento da produção. Apesar disso, o importante aqui é reter o fato de que mesmo que a referida seca tenha existido, ela não pode ter trazido maiores danos para a região na medida em que não é encontrada em nenhum outro relato.

jornais, obrigando o governo central a ver o problema e acenar para as primeiras medidas.

Quadro II

Secas e seus intervalos no Ceará nos séculos XVIII e XIX

ANOS DE SECA	INTERVALO ENTRE AS SECAS (EM ANOS)
1711	-
1721-1725	10
1736-1737	11
1745-1746	8
1754	8
1760	6
1766	6
1772	6
1777-1778	5
1791-1793	13
1804	11
1810	6
1824-1825	14
1844-1845	19
1877-1879	32
1888-1889	9
1898	9
1900	2

Fonte: Adaptado de ALVES (1982: 30, 240)

2.2. A seca no Ceará

Durante os três anos de seca, de 1877 a 1879, o Ceará observou uma total desorganização, tanto do ponto de vista social quanto econômico, de seu espaço. A seca representou um colapso geral no sistema produtivo da província. A agricultura, salvo nas áreas de serras, foi totalmente destruída, calculando-se que o rebanho bovino,

principal fonte de renda, tenha sofrido no mínimo 90% de perdas. No entanto a face mais consternadora e aquela que mais chamou a atenção de todos, foi o grande deslocamento populacional e grande mortalidade verificada, principalmente em função das epidemias, acarretadas pelas aglomerações de retirantes em péssimas condições sanitárias²¹.

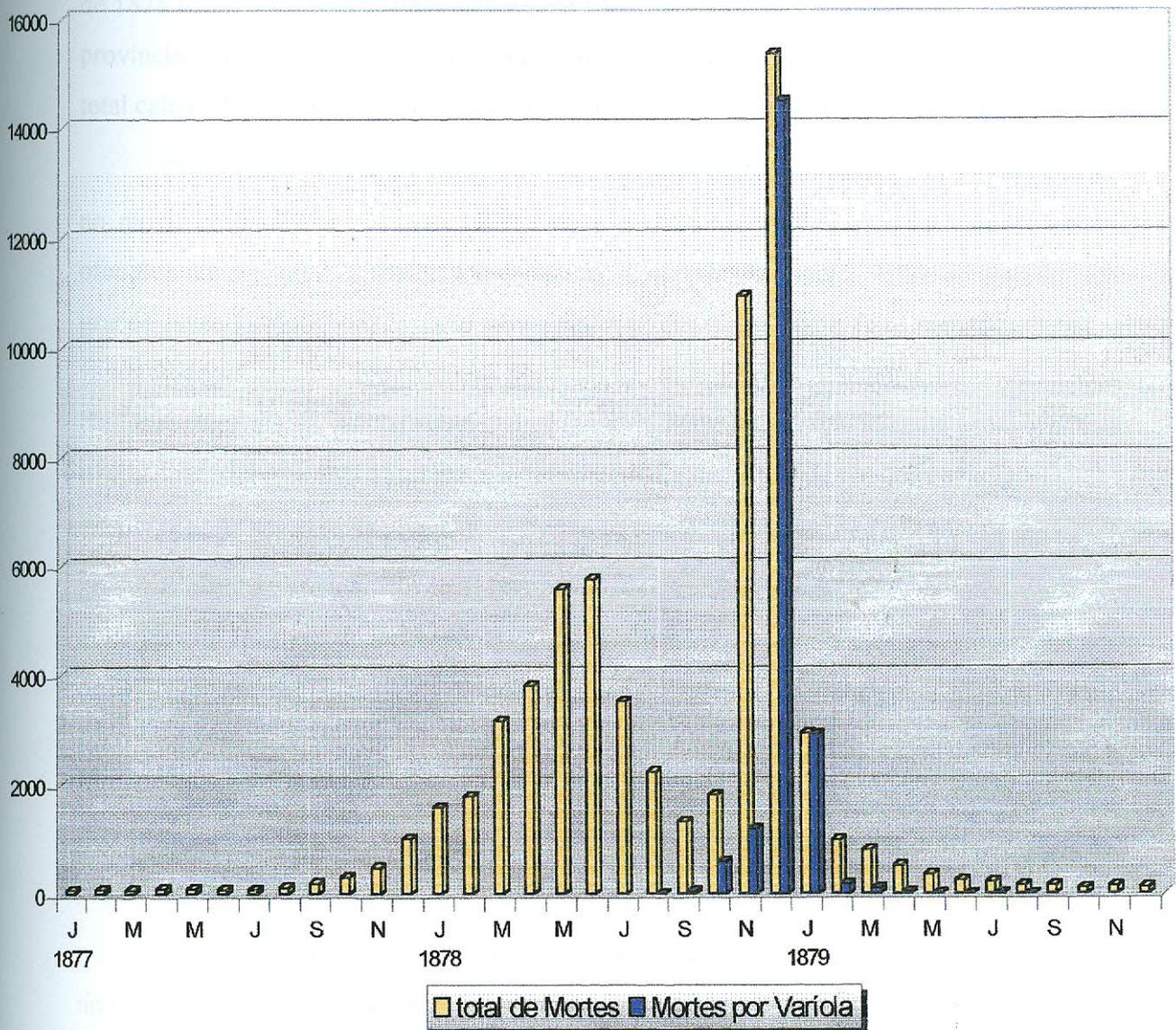
O reconhecimento de que o período chuvoso de 1877 não viria, provocou já a partir de março, a chegada dos primeiros retirantes vindos do interior para Fortaleza. A princípio, o governo conseguiu evitar uma grande migração enviando socorros para diversos pontos do interior, mas a medida que este envio foi se tornando mais escasso, seja pela precariedade dos transportes, seja pelos risco de saques, a imigração foi se acentuando.

Em 1878 o número de retirantes em Fortaleza alcançava 120 mil, espalhados pelos subúrbios de uma cidade que tinha sua população calculada em 1876 entre 20 e 30 mil habitantes. Os abarracamentos construídos em volta da cidade, além de oferecerem péssimas condições de higiene, não foram suficientes e boa parte dessa população vivia ao relento. Essas grandes aglomerações, sem as mínimas condições de higiene, representaram um ponto muito frágil para a aparecimento de doenças de caráter epidêmico, que não tardaram a chegar. A principal delas foi a epidemia de varíola que varreu toda a província em 1878, causando uma grande mortalidade, principalmente entre os retirantes, mas não somente entre eles, alcançando toda a população da capital, inclusive os membros das classes mais altas²². As informações sobre os óbitos registrados na capital fornecem uma visão sobre o crescimento da mortalidade durante o período da seca, apresentada no gráfico II.

²¹ As informações sobre a seca que apresento foram retiradas sobretudo dos Relatórios de Presidente de Província do Ceará, dos Relatórios Ministeriais e dos relatos de Rodolfo Teófilo. Farmacêutico e escritor, Rodolfo Teófilo deixou importantes relatos sobre a seca de 1877, que vivenciou ainda jovem. Produziu um romance ambientado nesse período, chamado "A Fome: cenas da seca do Ceará", publicado em 1890, e também uma obra de caráter historiográfico sobre a seca, em que narra mês a mês os acontecimentos no Ceará entre 1877 e 1879, reunindo um considerável volume de informações e dados estatísticos, intitulada "História da seca no Ceará", publicada pela primeira vez em 1883. Sobre sua biografia ver: LIRA NETO (1999).

²² Em dezembro de 1878, a esposa do presidente da província era mais uma a engrossar a estatística das vítimas de varíola.

Gráfico II
Mortos em Fortaleza entre 1877 e 1879



Fonte: TEÓFILO: 1922

Entre 1877 e 1879 foram enterradas em Fortaleza 66.213 pessoas, das quais 19.560 mortas pela epidemia de varíola, que se concentrou entre os meses de setembro de 1878 e abril de 1879²³. Para se ter uma idéia da perda de população que enfrentou a província, apenas no ano de 1878 registraram-se 118.927 óbitos, para uma população total calculada em 1876 em torno de um milhão de habitantes (TEÓFILO, 1922)²⁴.

Outro grave problema ligado à perda de população que enfrenta a província está no movimento migratório. Em 1878 foram registrados 54.927 pessoas que deixaram oficialmente o Ceará, a maior parte para o Amazonas e o Pará. Essa emigração, em grande parte subvencionada pelo governo, acarretou uma série de discussões sobre a validade de tal atitude, tendo como pano de fundo a discussão sobre a salubridade dos climas do Ceará e do Amazonas e o problema da falta de mão-de-obra na província que isso acarretaria, que analisarei mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

A questão da concentração de um grande número de imigrantes na capital era o principal alvo de atenção do governo provincial, cabendo a ele uma série de medidas que visavam resolver esse problema. Em um primeiro momento a questão principal era de oferecer os “socorros” às populações. Na Corte já havia sido organizada uma comissão para o recolhimento e envio de mantimentos para os cearenses. Alimentos e roupas chegavam de diversas partes do Império. A princípio idéia que encontrava vários opositores na província, o incentivo à emigração, aos poucos ganha destaque entre as soluções imediatas possíveis.

Mesmo que muito incipiente, a emigração para o Pará e o Amazonas tem início ao mesmo tempo que a seca, mas sem contar com o apoio explícito do governo provincial a princípio. No entanto, o número de retirantes nos arredores de Fortaleza se intensificava a cada dia. Assim, em 13 de agosto de 1877 chega ordem do governo central para que se facilitasse a emigração para o Amazonas e o Pará. Até então haviam saído pelo porto de Fortaleza 547 retirantes naquela direção, sobretudo com auxílio de particulares. A partir dessa ordem, ao final de 1877, haviam saído pelo porto de

²³ No dia 10 de dezembro de 1878, no auge da epidemia, foram contados oficialmente 1.004 óbitos em Fortaleza, imediatamente chamado pelo população e incorporado pela historiografia tradicional como “o dia dos mil mortos”.

²⁴ Essa rápida ascensão da curva de óbitos registrada no gráfico, bem como seu decréscimo repentino é característico das epidemias de tipo explosivas, que possuem um rápido poder de transmissão, mas ao esgotar os indivíduos suscetíveis à doença, o número de casos volta aos níveis de incidência anteriores (ver: PEREIRA, 1995).

Fortaleza 6.106 pessoas, das quais 1.496 para o sul e 4.610 para o norte (TEÓFILO, 1922: 148). Em 1878 esse número já se elevava a 26.875 pessoas saídas de Fortaleza, calculando-se os saídos pelo porto do Aracati em torno de 16.000 e pelos demais portos em torno de 12 mil, dando um total de 54 mil emigrantes, sem contar os que emigraram por terra para as províncias vizinhas (TEÓFILO, 1922: 256).

O processo de concentração da população em Fortaleza está ligado também às alterações na forma com que a administração província geria o problema. Durante o período da seca, o Ceará contou com três presidentes nomeados por carta imperial, Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (10/01/1877-23/11/1877), João José Pereira de Aguiar (23/11/1877-21/02/1878) e José Júlio Albuquerque Barros, Barão de Sobral (8/03/1878-02/07/1880).

O conselheiro Caetano Estelita enfrenta o início da estiagem, organizando comissões de socorros espalhadas em centros determinados por toda a província. No entanto, com o agravamento da estiagem, tornava-se cada vez mais difícil e custoso o envio de víveres para o interior. Além disso, passaram a ser constantes as denúncias de abusos cometidos e desvio de socorros por parte das comissões nomeadas, que em geral tinham seus membros escolhidos entre a elite política e administrativa das localidades eleitas para centros de socorros.

A mudança na administração provincial, com saída de Estelita e a entrada do Conselheiro Aguiar em 1878, marca uma mudança na forma de administração do problema. O envio de mantimentos para o interior da província é imediatamente suprimido. Assim, a emigração para a capital se acentua consideravelmente. Os emigrantes partiam de todas as partes da província em busca dos socorros que agora só eram oferecidos em Fortaleza. Com isso, no final de 1877 o total de retirantes na capital chegava a 83 mil, fato que intensificou as péssimas condições higiênicas da capital, facilitando a entrada das epidemias.

A forma como os socorros eram oferecidos aos retirantes variava, ora em dinheiro, ora em mantimentos. Desde meados de 1877 os retirantes já eram empregados em diversas obras em toda a província em troca de sustento. Ao todo, foram construídas no Ceará, com a verba vinda para socorros públicos: 73 açudes, 64 igrejas, 50 cemitérios, 60 estradas e ladeiras, 48 cadeias, 34 poços de alvenaria, 29 escolas, 25

casas de câmara, 19 pontes, 23 calçamentos de estradas e ruas, 27 aterros, 14 mercados, 7 canos de esgoto, 7 quartéis, 3 asilos, 30 obras diversas – um total de 513. Sendo que neste número ainda não estão compreendidas as obras de duas estradas de ferro, as do quartel de linha e paiol da pólvora de Fortaleza, abarracamentos, enfermarias, lazaretos, cacimbas, nivelamento e limpeza das cidades, vilas e povoados, olarias, roçados, cercas, entre outras (TEÓFILO, 1922: 356). Além disso, em junho de 1878 o governo encampa a estrada de ferro de Baturité, garantindo assim a continuidade de suas obras através do emprego da mão-de-obra dos flagelados. Nesse sentido, a seca representou um incremento significativo da infra-estrutura da província²⁵.

Apesar disso, em 1879 chega ordem vinda da Corte mandando que fossem paradas as obras, com a alegação de que a constituição garantiria o socorro à população em ocasiões de calamidades sem que essa fosse obrigada a trabalhar, voltando assim essas pessoas a passarem todo o dia nos abarracamentos.

Ao governo Imperial cabia o envio de verbas na categoria socorros públicos para a província. No entanto, esse envio muitas vezes era intermitente. Em 1877, com a seca já bastante adiantada, ocorre no Senado, uma discussão sobre a real existência da seca no Ceará que justificasse o envio de socorros públicos. O senador Teixeira Júnior argumentava que a seca já teria acabado e que em função do caráter do cearense, que por ociosidade preferia viver dos poucos recursos que mandava o governo do que trabalhar, e também pela classe política que estaria fazendo riqueza com as verbas, havia essa insistência dos pedidos de manutenção do envio de socorros. Em função dessa discussão, logo em seguida é emitida uma circular cancelando o envio de verbas para as secas. No entanto, em função das reclamações, essa medida é logo em seguida revogada e o envio de verbas é regularizado novamente (TEÓFILO, 1922).

Ao governo Imperial coube ainda a nomeação, em dezembro de 1877 de uma comissão de engenheiros organizada depois que o Instituto Politécnico envia uma série de recomendações sobre o combate à seca, tendo alguns de seus membros se oferecido

²⁵ Não cabe aqui entrar na questão, mas apenas ressaltar que a compreensão por parte de setores da elite das áreas afetadas pelas secas das benesses que poderiam vir do auxílio das estiagens viria a constituir o que vários autores chamaram de indústria das secas, já bastante analisada. Ver por exemplo: OLIVEIRA (1977), BURSZTYN (1984) e COELHO (1985). A utilização do discurso da seca por parte dos deputados como um mecanismo para o envio de verbas da União para o Nordeste também já foi estudado por CASTRO (1992).

para participar de uma comissão, como analisaremos a seguir. A comissão deveria seguir para o Ceará com as seguintes instruções:

1. Percorrer toda a província, fazendo estudos para prover a população de água, “de modo que, nas épocas das grandes secas, a população encontre aquele elemento em quantidade suficiente, não só para suprir as necessidades da vida, mas ainda para a manutenção do gado, e para o estabelecimento de um sistema de irrigações, que torne sempre possível a cultura das terras.” (*apud* TEÓFILO, 1922: 142);
2. Indicar os pontos que merecem a preferência em cada uma das localidades;
3. Informar os resultados desses depósitos de água e sua influência sobre a salubridade do clima;
4. Indicar as localidades para construção de depósitos de água pluvial, fazer planos e orçamentos;
5. Escolher as localidades para abrigo de flagelados em eventuais secas, sendo que tais localidades deveriam ser indicadas e minuciosamente descritas, declarando-se todos os elementos, que em cada uma delas concorrerem para torná-las aptas àquele fim;
6. Quais os meios de comunicação com tais localidades e quais os melhoramentos necessários;
7. Informações sobre os melhores meios de transporte da capital para o interior;
8. Essas deverão vir com plantas, orçamento e tempo necessário para a conclusão;
9. Auxiliar a administração da província.

A comissão era composta pelo Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan e dos engenheiros Antonio Paulino Limpo de Abreu, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Ernesto Antonio Lassance Cunha, Julius Pinkas, Henrique Folglare, Adolpho Schwarz e Leopoldo Schrimmer. Parte desta comissão chega a Fortaleza em janeiro e fica constatada a impossibilidade de viajarem para o interior da província da forma como pretendiam. A presidência incube então, os engenheiros de estudos ligados à construção do porto de Fortaleza, aos meios de se evitar as inundações no Aracati e do abastecimento de água da capital. No entanto, a maior parte dos membros da comissão

encontra logo emprego nos trabalhos de construção da estrada de ferro de Fortaleza a Baturité.

A despeito disso, a comissão ainda realizou alguns estudos sobre açudes em Quixadá, Quixeramobim e nas comarcas de Sobral, Granja e Acaraú, sem, no entanto, ir a campo. Apesar disso, em função da impossibilidade de realização do plano inicial, em 20 de junho o ministério dissolve toda a comissão (RPPCE-IX, p. 78).

Uma outra comissão, além daquela formada pelos engenheiros é enviada ainda no auge da seca. Durante a epidemia de varíola circula pelo império a notícia de que o Ceará havia sido atacado pela peste negra – a peste bubônica – e por isso o governo envia uma comissão de médicos para tentar remediar o problema, tendo no entanto, chegado ao Ceará quando a epidemia de varíola já estava totalmente controlada em Fortaleza, sendo enviada para o interior onde alguns focos ainda permaneciam, mas logo em seguida também desfeita.

Nos meses de janeiro de 1878 e de 1879, com algumas chuvas que caem, o governo provincial, inicia uma tentativa de retornar parte da população para o interior. No entanto, como nos meses seguintes o período chuvoso não se confirmava, uma população maior do que a que havia saída chegava à capital. Em 1879 as chuvas foram abundantes o suficiente para encher alguns açudes, sem no entanto, ser suficiente para a agricultura, permanecendo os retirantes na capital. Foi somente em 1880 que caíram chuvas suficientes, sendo em março deste ano decretado o final da seca.

O importante nessa discussão é que a seca de 1877-79 levou tanto os governos provincial e Imperial a pensar a questão da seca, e seu caráter de calamidade suscitou as primeiras discussões mais sistemáticas sobre as formas de se encarar o problema, dos quais a Reunião do Instituto Politécnico, de onde saiu a comissão de engenheiros que esteve na província em 1878, representou o primeiro fórum de discussão sobre o assunto.

2.3. *Pro Brasilia Connitamur* – O Instituto Politécnico e a seca

Às sete horas da noite do dia 18 de outubro de 1877 no prédio da antiga Escola Central de Engenharia no Rio de Janeiro, convocados pelo Instituto Politécnico Brasileiro, os nomes mais expressivos da engenharia na Corte se reuniam para discutir o problema das secas no Ceará.

Fundado em 1862, o Instituto Politécnico Brasileiro havia sido criado como uma associação dedicada ao estudo de temas técnico-científicos ligados às engenharias. Era uma entidade que congregava os engenheiros da Corte para discussão de temas gerais ligados a todos os saberes associados à engenharia. O modelo para a formação do Instituto foi a *École Polytechnique* de Paris, com um currículo centrado nas matemáticas, símbolo de superioridade intelectual e prestígio social. Assim, o caráter do Instituto refletia o ensino de engenharia realizado no Brasil pela Escola Politécnica, excessivamente “livresco, teórico e enciclopédico” (COELHO, 1999: 196). O Instituto era representante também de uma ideologia nacionalista e patriótica, presente em sua epígrafe, *Pro Brasilia Connitamur* – nos esforcemos pelo Brasil – crente no poder da técnica e da engenharia para a transformação do país e que representaria um campo fértil para o desenvolvimento do positivismo entre seus membros.

Presidida por Sua Alteza Imperial, Conde D’Eu, a sessão aberta ao público, fato pouco comum, contou ainda com a participação de outros 18 membros do Instituto²⁶, além de um público mais geral. A finalidade inicial dessa reunião, votada em 9 de outubro era a de “discutir os processos mais econômicos de realizar o projeto do finado Dr. Gabaglia, destinado a melhorar as condições climáticas do Ceará” (Atas das Reuniões do Instituto Politécnico, 9/10/1877, In: *Revista do Instituto Politécnico Brasileiro*, XI, 1878: 03)²⁷.

²⁶ Segundo a ata da reunião estavam presentes os seguintes membros: “Sr. Conselheiro Beaurepaire Rohan, os Srs. Drs. Luz, Coutinho, Rebouças, Paula Freitas, Vieira Souto, Alvaro, Pimenta Bueno, Silva, Victorio, Andréa, Cursino de Amarante, Placido de Amarante, Magalhães Castro, Schreiner, 1º Tenente Alves Camara, Roswadoski e Americo dos Santos” (*Revista do Instituto Politécnico Brasileiro*, XI, 1878, p. 9).

²⁷ Eloy de Souza atribui a André Rebouças a promoção dessa reunião extraordinária do Instituto Politécnico em função dos artigos que publicou na imprensa e por ter ele insistido na importância da questão (SOUZA, 1983).

Giácomo Raja Gabaglia (1826-1872) foi um dos integrantes da Comissão Científica de Exploração de 1856 que visitou o Ceará, entre outras províncias, responsável pela seção de geografia, que terminou por encerrar os trabalhos sem que houvesse produzido um relatório final. No entanto, em 1860 publicou os *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará*, tendo sido republicado em 1878 na própria Revista do Instituto Politécnico com o intuito de encetar as discussões.

Nesse trabalho Gabaglia faz um estudo sobre a província do Ceará e seus problemas. Apesar da seca, em seu discurso, a natureza no Ceará é sempre identificada como extremamente pródiga, e o problema da província estaria na incúria do homem cearense e não no seu meio.

Sim, dolorosa verdade, neste país situado na mais bela posição para uma perene vegetação, e com elementos para abastecer variada e constante produção!... aqui se tem sofrido de fome!(...) O clima das serras é ótimo; fresco, salubre e próprio para alimentar uma cultura constante. As baixas ou sertões cortados por muitas ribeiras, com temperatura média superior em vários graus ao das serras, possuem, além de clima sadio, tudo quanto é conveniente para desenvolver em vasta escala a criação de rebanhos, boiadas e cavalhadas. A província foi pródiga, mas os homens têm sido perdulários. (GABAGLIA, 1878:04, 07).

Para Gabaglia, o problema não estaria na natureza, mas sim no homem, que não soube aproveitar os elementos que foram dispostos pela natureza da forma correta. A concepção de Gabaglia do problema está em muito ligada ao pensamento determinista, nos moldes desenvolvidos por Montesquieu (1689-1755), atribuindo aos povos de regiões quentes uma índole ligada ao ócio, associando a incúria e o ócio do homem cearense à natureza “tórrida” e ao mesmo tempo pródiga da região.

É proverbial o caráter pouco ativo, que se atribui aos povos situados nos climas cálidos, mas é difícil o imaginar de longe o antagonismo para o trabalho perseverante nos povos situados em climas tórridos e favorecidos largamente pelos recursos que a natureza concede. Acha-se nos anos regulares, esta província, em magníficas condições, abundância de caça, farta colheita de vegetais e frutos alimentícios concorrem para que uma avultada parte da população encare o trabalho mais pelo lado de funesta calamidade, que pela justa interpretação do dever inerente à criatura social.

(...) Parte assaz avultada da população cearense se tem acostumado, nos dias felizes, a viver do dia para o dia, ou, se quiserem e talvez seja mais exato, de uma estação para outra estação. Sempre menos, nada mais. Trabalha-se dois ou três meses no ano, fazem-se as viagens de sacrifícios desinteressados para concorrer às urnas eleitorais, e o resto do tempo se engaja no ócio. (...) Enquanto os anos de maná, isto é, os de chuva se sucedem, tudo vai bem, mas logo que maus prognósticos são acompanhados pelas tristes conseqüências, há a esperança de esmolar, esmola-se depois em todos os tempos, por todos os modos e por hábito (GABAGLIA, 1878: 15).

O trabalho de Gabaglia é paradigmático de um tipo de discurso que, como pretendo demonstrar adiante a partir de outros trabalhos, identifica o clima e o solo do Ceará como bastante férteis, identificando no próprio homem a causa direta dos problemas por que passa a província. Essa associação do Ceará com a fertilidade de seu solo torna-se, no entanto, cada vez mais restrita, com o passar dos anos. A medida que as idéias de um clima seco, árido e inóspito ganham cada vez mais difusão, as idéias de fertilidade tornam-se menos visíveis. Apesar disso, a associação com a incúria do homem permanece, associada a uma visão de que a falta de emprego de técnicas eficazes é o principal responsável pela pobreza da província.

Neste trabalho, este autor realiza ainda um estudo hidrológico genérico sobre a circulação de água na província, no qual conclui que as chuvas não são escassas, recebendo a província do Ceará periodicamente uma quantidade suficiente de água. Com isso, ele identifica que a principal solução para o problema da água estaria a cargo da engenharia, uma vez que o problema se resumiria em discutir as formas de armazenar e distribuir a água, optando por um sistema de açudes e de canais de irrigação.

Profundamente convencido de que o céu concede ao solo cearense água em abundância, e que as condições topográficas e geológicas concorrem para que o precioso líquido seja na sua maior porção improficamente restituído ao primitivo leito do oceano; acrescentando que o homem nada, ou pouco mais de nada tem feito para aproveitar-se do que a Providência lhe concede, asseguro que a questão se reduz aos limites de distribuição de águas, pois fica nas raias dos trabalhos de engenharia, isto é, a questão passa a ser de importância secundária, tal qual ela realmente é, muito passível de completa solução (GABAGLIA, 1878: 45).

Dessa forma, Gabaglia inicia um discurso tecnicista da natureza que vê na engenharia a solução para os problemas da província, discurso esse que seria, em 1877 retomado com ênfase pelo Instituto Politécnico, do qual o próprio Gabaglia havia sido sócio, e que a partir de então se perpetuaria nas demais ações do governo sobre o espaço, como veremos adiante.

O Instituto Politécnico se reúne em 1877 para discutir esse projeto, a partir das notícias da seca que já chegavam à Corte. Na qualidade de sócio do Instituto, e de membro da Comissão Científica que havia visitado o interior daquela província, mesmo que não fosse o objetivo desta comissão estudar o problema das secas, o texto que Gabaglia publica torna-se uma referência para o Instituto. Na medida em que é um dos primeiros estudos considerados sérios e com propostas de uma série de intervenções, ele é tomado como ponto de partida para a discussão do problema no Ceará pelo Instituto. Nesse sentido, o Instituto Politécnico e a comissão que é convocada pelo governo a partir de sua reunião, a despeito da pouca ação que decorre deles, podem ser considerados os marcos de uma tomada de preocupação de pensar o problema das “secas do norte”, consolidando um discurso técnico sobre o espaço²⁸.

Durante as duas reuniões do Instituto pautadas para a discussão da seca, o debate que se segue é orientado pela crença nas possibilidades da técnica e no poder da engenharia. Entretanto, entre os expositores há uma diferenciação fundamental presente em toda a discussão e nas soluções propostas. Enquanto alguns acreditam na possibilidade da técnica em alterar o clima na província, outros não crêem na viabilidade de tal intento. Para os primeiros, a solução radical, permitiria o fim da ocorrência das secas, enquanto para os segundos, a seca é um fenômeno inevitável e restaria ao homem tomar medidas que tornassem possível o convívio com o fenômeno.

Essa discordância inicial acarreta uma divergência nas soluções propostas. Para aqueles que acreditam na possibilidade de mudança do clima, a falta de umidade seria causada pela inexistência de “superfícies de evaporação” na região. Assim, o problema

²⁸ Joaquim ALVES (1982) aponta para a criação da Comissão Científica em 1856, da qual faziam parte Gonçalves Dias, Guilherme Capanema e o próprio Gabaglia, como a primeira manifestação do Governo Imperial a respeito do problema. É verdade no entanto, que a questão das secas não constituía uma prioridade da Comissão, que tinha como intento fazer coleções de alguns produtos naturais para o Museu Nacional, além de verificar a existência de recursos minerais nas províncias. Além disso, muito pouco foi publicado pela comissão, a maior parte das seções não entregou seus relatórios, dentre os quais a seção de geografia, sob o comando do engenheiro Giacomo Raja-Gabaglia.

se resolveria com a construção de grandes açudes que, através da acumulação de água, proveriam umidade suficiente para a atmosfera acarretando chuvas contínuas. Outra medida que acreditam, teria resultado, seria a arborização, que também contribuiria para a retenção de umidade.

Para aqueles que não acreditavam na possibilidade de alteração do clima, as medidas propostas são pautadas em termos de convívio com as estiagens. Assim, mais uma vez os açudes aparecem como a principal solução, uma vez que a causa do problema é ainda a mesma – a falta de água –, no entanto, com uma finalidade diferente dos primeiros. Para alguns, a função principal dos açudes seriam prover água para consumo doméstico e do gado e umidade para a vegetação e lavouras próximas. Para outros, deveriam funcionar como alimentadores dos canais de irrigação para a lavoura. Os primeiros recomendam fundamentalmente a construção de uma série de pequenos açudes, enquanto os segundos preferem a construção de poucos, mas grandes reservatórios.

A capacidade hidráulica da província também é alvo de discordância. Para a maioria, o Ceará é absolutamente carente de água, havendo precipitação apenas no período de inverno que necessitaria ser retida para uso nos períodos secos. Para outros a província possui recursos hídricos suficientes. Uma prova disso seriam as inundações que periodicamente assolam o Ceará e causam maiores destruições que as secas. Tal qual Gabaglia, alguns acreditam que os problemas oriundos das estiagens seriam causa da incúria dos homens, da falta de trabalho adequado, abordagem que fica patente na apresentação do engenheiro José Jorge.

Nenhum país do mundo oferece melhores condições hidrográficas como o nosso, que, bem explorado e artificialmente libertado dos obstáculos naturais – por homens de bons costumes e aptidões profissionais de engenharia, não admite e nunca admitirá as miserinas queixas dos pobres aflitos, que não sabem ser úteis a si e aos outros, e que de preferência perdem dias e noites inteiras em caçar veados, do que trabalhar um só dia para melhorar as condições de suas propriedades territoriais. (Atas de Reunião do Instituto Politécnico, *op. cit.*: 24).

Assim, um outro ponto de divergência que permeia as apresentações está ligado às causas do atraso da província. É verdade que os engenheiros estão mais preocupados

em discutir quais são as medidas mais eficazes para, senão debelar, ao menos reduzir os efeitos das secas, mas é possível encontrar nas suas apresentações algumas considerações sobre as causas do atraso em que se encontrava o Ceará. Para alguns, a própria seca e as condições naturais da província seriam os responsáveis diretos pelas condições econômicas dos cearenses. No entanto, outros apontam para a incúria e a índole do próprio povo responsável pelo seu atraso, as secas não causariam grandes problemas se o homem fosse previdente e mais apto ao trabalho, adotando assim, a mesma posição de Gabaglia. No entanto, qualquer que seja a causa do atraso identificada, a solução central estaria a cargo da engenharia.

Terminada as duas reuniões, o Instituto redige um documento que é enviado ao Governo Imperial, no qual constavam as diretrizes principais do que deveria ser o combate à seca no Ceará, tomando como principal medida a construção de açudes. A partir dessas recomendações, o Governo Imperial nomeia uma comissão que se dirigiu ao Ceará para estudar o problema e propor soluções, no entanto, já em meados de 1878, a comissão é desfeita, em pleno auge da seca, como vimos anteriormente.

Daí por diante, uma série de comissões são constituídas e logo em seguida desfeitas, ao sabor da política. No entanto um engenheiro que se destacou, chefiando várias comissões durante o Império, foi J. J. Revy, tendo sido o responsável pelo projeto do açude de Quixadá e de suas obras até a proclamação da República em 1889. No Governo Republicano é somente a partir do governo Rodrigues Alves que se retomam as obras, agora sob a chefia do engenheiro Piquet Carneiro. Uma série de comissões são ainda formadas, no Ceará e Rio Grande do Norte, mas é somente com a criação da IOCS em 1909 que o projeto em larga escala de construção de açudes é deslançado. A solução hidráulica, como ficaram conhecidas as medidas tomadas nesse período, na qual a solução era vista apenas em termos de acumulação de água, está ligada à essa ascensão dos engenheiros nas discussões do problema. São essas idéias ainda que serão tomadas também pelos administradores provinciais, que apesar de dependerem de ações do governo central, estiveram mais próximos da ação estatal sobre o espaço e puderam reforçar as idéias que orientaram mais tarde a criação da IOCS.

O importante nessa discussão é reter o fato da fundação da seca como um problema a ser resolvido pelo governo central, através da técnica, que se torna uma das

balizas nos anos seguintes para a atuação contra as secas e na constituição, mais tarde ainda, da IOCS. No entanto, o segundo sustentáculo dessa atuação, a idéia de que as áreas afetadas pelas secas possuem uma natureza diferente do restante do país, de difícil convivência e ligada à aridez e pouca fertilidade, ainda não estão presentes em 1877 no Instituto, sendo só mais tarde desenvolvidas. Entretanto, alguns desses elementos já podem ser identificados nas crônicas que são publicadas em jornais ou em opúsculos ainda durante a seca, como apresentarei adiante.

2.4. Os cronistas da seca de 1877 e a natureza cearense

A seca de 1877 provocou uma grande quantidade de discussões sobre o problema e as formas de resolvê-lo como nunca havia ocorrido antes. Em função disso, existe uma grande quantidade de publicações realizadas durante e logo após a estiagem. Serão analisados aqui quatro dos mais expressivos trabalhos feitos em torno desse momento. Alguns deles foram publicados inicialmente em jornais, o que assegura uma difusão grande de suas idéias entre os meios intelectuais da época. No entanto, aliado à difusão dos textos em si, está a grande importância e renome que tinham alguns desses autores, como o Senador Pompeu e André Rebouças, que atuavam como difusores de idéias, ou para utilizar o termo desenvolvido por BOURDIEU (1996), como *porta-vozes* de partes da elite intelectual do império. Os autores que estão em foco são: Thomaz Pompeu de Souza Brasil; A. Bezerra de Menezes, André Rebouças e Viriato de Medeiros. Todos os trabalhos foram inicialmente publicados em 1877 sob o impacto da seca, com exceção do trabalho do Senador Pompeu, que apesar de publicado neste ano, foi escrito no final do ano anterior, cabendo ao autor apenas um apêndice sobre o problema em 1877 pouco antes de sua morte, que será então analisado.

2.4.1. O Senador Pompeu: crescimento populacional e fertilidade do solo

Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877), o Senador Pompeu, foi um dos membros mais expressivos da elite intelectual cearense no século XIX. Demógrafo e Geógrafo²⁹ renomado, produziu um Compêndio de Geografia pelo qual estudou grande parte da elite do Império, já que este foi durante muito tempo adotado pelos Colégios Pedro II e Militar. Membro do partido liberal, era ainda um dos chefes políticos mais importantes da província (STUDART, 1980, SOUSA NETO, 1997).

Pouco antes de sua morte, Pompeu escreveu as *Memória sobre o clima e as secas no Ceará*. Publicado inicialmente sob a forma de artigos no jornal *O Cearense*, o texto foi concluído em janeiro de 1877 sem que a seca tivesse se manifestado. No entanto, ao publicar esse material em forma de livro ainda no mesmo ano, o autor insere um apêndice onde já faz algumas considerações sobre a estiagem. Nesse texto, Pompeu faz uma descrição daquilo que entende por uma seca e suas conseqüências,

Quando, porém, passado o equinócio de março, não se declara a estação invernososa, então há o que se chama seca, terrível calamidade para as duas principais, quase únicas indústrias produtoras da província, a criação de gado e a lavoura. Segue-se o padecimento de toda a cultura, à exceção de alguns poucos brejos das serras, e morrinha dos gados no sertão, não tanto por falta d'água, porque esta sempre se encontra, cavando-se os leitos dos rios, mas de forragem, porque a pastagem do ano anterior tem desaparecido completamente e a nova não nasceu, ou não pôde vingar (BRASIL, 1983: 16).

A seca para ele é um fenômeno físico com grande repercussão nas atividades econômicas da província. É interessante notar que em sua explicação, o autor faz imediatamente uma associação da seca com os problemas para as atividades econômicas. É necessário lembrar também que Pompeu é um político e seus interlocutores neste trabalho são a própria elite cearense e a elite da Corte. Ele está interessado em apontar como as secas são prejudiciais ao progresso de sua província e

²⁹ Na verdade, o Senador Pompeu havia sido ordenado Presbítero e era também bacharel em direito pela faculdade de Olinda. Os títulos de geógrafo e de demógrafo eram utilizados por ele em função das atividades que exercia, ligadas a estas disciplinas, uma vez que estas carreiras não possuíam ainda uma institucionalização e não eram regulamentadas.

aos seus interesses. Através da ciência procurará meios para resolvê-la e espera conseguir de seus leitores a realização das medidas que são recomendadas neste trabalho. Um aspecto importante ligado à posição do autor, é que ao longo do texto, problemas quanto à distribuição de terras não são mencionados (ver também SOUSA NETO, 1997).

Apesar desta descrição tão desalentadora das secas, para Pompeu o meio do Ceará oferece excelentes condições para o homem. A natureza é fértil e benéfica, a seca é um fenômeno cíclico, uma adversidade, ou um tempo de exceção dentro dessa fertilidade. O argumento mais utilizado a favor da fertilidade do ambiente é o grande crescimento populacional verificado. Como estatístico e demógrafo, o Senador Pompeu reuniu durante sua vida os melhores dados relativos à evolução da população do Ceará existentes até então.

O eixo argumentativo utilizado é de que a seca é um mal que leva milhares de vidas cearenses, ou pela morte ou pela emigração, no entanto, terminada esta, a população retorna a crescer. Esse fato só comprovaria a fertilidade do solo e da natureza na região. Associada à fertilidade, está também a característica própria do cearense ligada ao trabalho, que a despeito das secas continua levando o progresso à região.

Quando vem uma dessas sinistras calamidades chamadas secas, leva parte da população, senão pela morte, pela emigração, e reduz à metade, e às vezes à décima parte, toda a riqueza de seus habitantes, trabalhadores econômicos, em 20 ou trinta anos tinham acumulado. Passada porém a calamidade da seca, o cearense laborioso, e descuidoso esquece o passado, e em poucos anos não só restaura, como aumenta consideravelmente a fortuna perdida (BRASIL, 1983: 17).

Tais elementos, o meio e a raça, representavam um dos grandes debates do Brasil na segunda metade do século XIX, quando a questão principal do pensamento geográfico brasileiro é o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias de progresso (MACHADO, 1995: 310), o que faz com que o pensamento de Pompeu esteja perfeitamente ligado às discussões de sua época.

O autor, ao defender a fertilidade dos terrenos no Ceará, afirma que basta supri-los de umidade para atravessar as estiagens e não mais haverá problema algum dessa ordem no Ceará, pelo contrário, a província obterá um progresso como nenhuma outra. Resolvendo a questão da umidade, através da açudagem, dificilmente outra província do Império encontraria progresso igual, na medida em que nenhuma outra teria uma natureza tão acertada para este fim.

Apesar de todo o cientificismo, o pensamento de Pompeu várias vezes cai em uma tradição identificada por PÁDUA (1997) como uma *retórica louvatória* da natureza, bastante simplista e que tem início ainda com os primeiros cronistas da coroa portuguesa, passando pelo nativismo colonial e incorporado pelo romantismo do século XIX.

No entanto, em seu discurso, essa natureza fértil durante os anos bons é também uma das responsáveis pela falta de medidas para a resolução do problema. A fertilidade do solo e da natureza fomentariam no cearense uma índole que faria com que este só se lembrasse da seca durante sua ocorrência. Podemos observar afirmação desse tipo no apêndice, escrito já sob o início da seca:

Infelizmente, está nossa índole e hábitos, que, só na ocasião do mal, são lembradas certas medidas; passado, ele volta-se ao indiferantismo costumado. Os 32 anos férteis de 1845 a 1877 iludiram o cearense, fizeram-no esquecer da repetição da seca (BRASIL, 1983: 45).

Dessa forma, o trabalho de Pompeu representa a visão da própria elite cearense do século XIX, que vê na sua província condições excepcionais para a *civilização* e o *progresso*, no entanto, para alcançar tal fim seriam necessárias algumas medidas corretivas da natureza para que esta possa ser aproveitada em todas as suas possibilidades, medidas estas que espera que sejam tomadas a partir de verbas liberadas pelo governo central.

2.4.2 André Rebouças: a arte da engenharia e as críticas ao governo.

O engenheiro André Rebouças (1838-1898) publicou em 1877 no Rio de Janeiro livro intitulado *A seca nas províncias do norte*; publicado inicialmente em artigos no *Jornal do Comércio*. André Rebouças, natural da Bahia, abolicionista e monarquista, além de engenheiro ficou conhecido pela sagacidade de sua pena como periodocista (LOUZEIRO, 1968) e nesses artigos não poupa críticas ao governo Imperial e provincial, apesar de monarquista declarado.

Para o autor, não há problema quanto à umidade na província, na medida em que esta sofre periodicamente com inundações. Tal fato indicaria que a natureza proveria as condições necessárias à vida humana, bastaria o homem saber aproveitá-las através da engenharia.

Por outro lado, se, na província do Ceará, as secas alternam com as inundações, não está a natureza claramente insinuando que é necessário fazer obras de arte para que não sejam prejudiciais as chuvas superabundantes, e para recolher e guardar o excesso de água para os anos de seca? (REBOUÇAS, 1983: 99).

O problema maior não estaria na natureza, mas no homem que até então não dispunha dela da forma correta. Assim como para Pompeu, um fato indicativo da fertilidade própria da natureza cearense é o grande aumento populacional que se teria verificado na província nas últimas décadas. Baseado nos mesmos dados populacionais que o Senador Pompeu fornece, Rebouças segue raciocínio idêntico, afirmando que a despeito de todas as crises, a população tem aumentado e isso só pode se dar pela fertilidade de sua natureza.

Estes algarismos [os dados de população do Senador Pompeu], por si só, demonstram quão prodigioso é o solo do Ceará. Esta província que persistem em afirmar como um deserto do Saara ou de Atacama, em cem anos elevou sua população de 34.000 a 800.000 habitantes. Estaria talvez em 2.000.000 de habitantes, se se tivesse realizado o projeto Gabaglia, publicado em agosto de 1861 (REBOUÇAS, 1983: 110).

As secas, apesar de cíclicas, são um período de exceção à fertilidade normal da natureza. No entanto, Rebouças enfatiza mais o fato de que a fertilidade dos períodos *bons* também poderia ser aproveitada nos períodos *ruins*. A constante durante todo o texto de Rebouças é a crítica à não realização pelo homem dessas medidas para esse aproveitamento.

O autor condena as esmolas dadas pelo governo e defende o emprego dos flagelados na “região sempre verde”, as áreas que não sofreriam com a seca. Dessa forma, o que Rebouças defende é a emigração da população do sertão para o litoral, para as serras e para as margens dos rios, que supõe serem sempre úmidas.

Demonstrando pouco conhecimento sobre a geografia do Ceará³⁰, o autor faz crer, através de um cálculo, que o litoral do Ceará “sempre verde”, poderia sozinho absorver a população completa de toda a província³¹, o que sugere que o autor teria partido de observações de sua terra natal – a Bahia, para tecer considerações sobre o Ceará. Assim, no texto, a solução do problema para essa população estaria fora do sertão. Com isso, o autor, apesar de festejar a fertilidade do solo, contribui para um tipo de pensamento de que a natureza do sertão cearense não é viável ao homem, ou pelo menos de que seria mais fácil ocupar uma área mais úmida. Associado à fixação dos colonos no litoral, caberia também ao governo a realização de algo bastante próximo a uma reforma agrária.

Do mesmo modo que o imortal Sebastião José de Carvalho e Mello soube aproveitar o terrível terremoto de Lisboa para restaurar a capital, dando-lhe melhores condições higiênicas e arquitetônicas, assim também um ministro de igual gênio e tanto amor à pátria, utilizaria a aglomeração dos retirantes no litoral para aí fixá-los e elevar, em poucos dias, essa região às belas condições de Suíça, do Ohio e dos outros estados da grande república norte-americana. (...) Fixar os retirantes nessas terras, subdividi-las em lotes coloniais, é irrecusavelmente o melhor dos projetos para combater e minorar a calamidade atual, e prevenir sua repetição no futuro (REBOUÇAS, 1983: 130).

³⁰ Consta que Rebouças teria estado em Fortaleza em 1864 realizando estudos sobre o porto desta cidade (LOUZEIRO, 1968: 19).

³¹ Segundo Rebouças, a província do Ceará possuiria 700 quilômetros de litoral, com uma largura média nunca inferior a 30 quilômetros, o que daria uma área total de 21.000 quilômetros quadrados livre das secas.

Com o sertão vazio, as obras necessárias para a manutenção durante todo o ano da fertilidade do solo que Rebouças defende no início dos artigos poderiam ser realizadas, para que depois houvesse um novo processo de colonização, pelo excedente populacional daqueles que ficaram nas regiões sempre úmidas. Assim, o texto de Rebouças representa uma exacerbação desse discurso tecnicista, uma vez que pretende retirar toda a população para realizar obras que, segundo ele acreditava, mudariam a face da província. Demonstra também o discurso de alguém sem compromisso com a elite agrária cearense, uma vez que preconiza uma espécie de reforma agrária, ao promover a distribuição dos colonos em lotes no litoral e nas serras. Em função disso, essas idéias de Rebouças não encontraram ressonância na província.

2.4.3. Viriato de Medeiros: o pessimismo e as críticas a Rebouças

Nesse mesmo ano, Viariato de Medeiros publica um trabalho no qual revê o artigo de André Rebouças e faz várias críticas às soluções propostas por este, algumas destas bastante contundentes. Partindo de uma visão bem mais pessimista do que Rebouças quanto à facilidade de resolução do problema e, portanto, da natureza da região, logo no início o autor tenta quebrar a argumentação básica de Rebouças de que o problema daquela região é mais fácil de resolver do que o da Índia. Para Medeiros, a solução para as províncias do norte é muito mais complicada, na medida em que esta região não possui os rios caudalosos como a Índia, além do fato de que se nem mesmo a Inglaterra, a maior potência na época, havia conseguido debelar a crise, o ainda fraco Império Brasileiro encontraria dificuldade bem maiores.

Se na Índia Inglesa, onde abundam todas estas coisas, as secas são de uma fatalidade, de que ninguém mais duvida, se tudo quanto a natureza, as ciências e as artes combinadas têm feito para tornar o seu solo mais apropriado a todas as indústrias, principalmente a agrícola, nada tem conseguido para minorar e prevenir a seca, isto é, a falta de chuvas, morrendo por isso milhões de habitantes, apesar dos tesouros que a nação mais rica do mundo gasta em socorrê-los, será justo, será razoável, esperar que o contrário aconteça no Ceará? Certamente, não. (MEDEIROS, 1985: 62)

Dessa forma, a posição de Medeiros é bastante pessimista quanto às possibilidades que o homem teria para resolver o problema através de obras. Sobretudo, a natureza da região é vista como algo inóspito, que a ciência do homem não conseguiria alterar a seu favor.

Medeiros também é contrário à solução que é apontada não só por Rebouças, bem como pela maioria dos autores que se ocupam do problema das secas: a açudagem e a irrigação. Para ele, o sistema de açudagem proposto não reservaria água no período das secas, bem como aumentaria as inundações nos invernos.

Se não tivéssemos profunda convicção do patriotismo do ilustrado escritor, e daqueles que o seguem nessas idéias, diríamos que o tal sistema de açudes era um verdadeiro presente de gregos, feito ao infelizes cearenses. (...) A pequena agricultura ao longo desses canais de irrigação pouco ao nenhum resultado apresentaria, pela absorção constante das águas em solo sedento sob uma insolação de temperaturas espantosamente elevadas. A grande agricultura seria impossível por maioria de razão, e impossível também a produção de pastagens nas campinas, em milhares de léguas quadradas para alimentar milhões de cabeças de gado; este fora de dúvida, não morreria à sede, mas a fome com certeza a mataria (...). Concluiremos a discussão a este ponto dizendo: nas estações de chuvas regulares, bem como nas extraordinárias, a açudagem de todos os rios e torrentes só servirá para produzir medonhas inundações. Nas secas extraordinárias não prestarão tais açudes para coisa alguma porque todas as suas águas serão impreterivelmente evaporadas. Nas secas ordinárias, ao findarem elas, estarão secos e até essa época darão apenas água mais abundante ao gado. Para este fim, porém, aos fazendeiros compete fazê-los, se os preferirem às cacimbas, que sempre abrem anualmente para o mesmo fim (MEDEIROS, 1985: 65-66).

Outro aspecto do trabalho de Rebouças que é refutado é quanto à transferência da população flagelada para as “áreas verde e marítima”. As serras não comportariam mais imigração e quanto à zona marítima livre das secas de que fala Rebouças, Medeiros acertadamente afirma que se trata de um engano, um desconhecimento de Rebouças da geografia do Ceará, na medida em que a província não possui tal zona.

Todas essas serras, os habitantes do Ceará sabem perfeitamente que são de uma população superabundante, não têm uma só braça de terra que não seja possuída, zelosamente guardada e cultivada, tanto quanto permitem as

estações chuvosas, e a qualidade dos terrenos de que são formadas. A sua população nunca emigra, aumenta de ano para ano, e nas ocasiões de calamidade, como atualmente, servem de refúgio a milhares de infelizes, que aí procuram manter-se por qualquer meio, e por sua vez tornam-se o flagelo dos serranos pela devastação das árvores, que lhe podem ministrar alguma alimentação, pelo roubo das plantações, que ainda resistem os efeitos da seca, de algum gado que para ali tenha sido levado, e finalmente pela caçada infrene de todos os animais silvestres. Semelhantes serras como as descrevemos, e na realidade o são, sem dúvida, não podem conter, e muito menos sustentar a maior parte da população de retirantes por meio de sua agricultura (...). Infelizmente o Ceará não possui essa zona marítima *livre da calamidade das secas*, que fantasia o escritor. Se ela existisse, podendo conter mais do que a população atual da província, em perfeita abundância, então os cearenses, em vez de serem homens ativos, trabalhadores e inteligentes que são, seriam os mais inertes, os mais preguiçosos e os mais ineptos, senão os mais estúpidos do mundo, e em lugar de merecerem as simpatias e a condolência de todos os corações caridosos, só deveriam merecer seu desprezo. Todos os cearenses devem protestar energeticamente contra semelhante asserção do ilustrado escritor (MEDEIROS, 1985: 68).

No entanto, ao final do trabalho, o autor tenta se desvencilhar de seu pessimismo e afirma que o Ceará, apesar de tudo, é uma terra fértil, na qual são as secas o seu verdadeiro problema.

Convençamo-nos, o Ceará, que não foi, não é, nem há de ser um Saara (nunca ninguém tal disse), será sempre um país fertilíssimo, porém, infelizmente sujeito a devassadoras secas extraordinárias, cujo tempo de aparição não é conhecido por causa de inércia, da ignorância e da falta de fé na ciência (MEDEIROS, 1985: 71).

No entanto, o que o autor deixou claro antes é que apesar de ser fértil, o Ceará está fadado à ser periodicamente devastado pelas secas e por isso ter comprometido seu progresso. A seca compõe um aspecto da natureza da região contra o qual o homem não pode lutar. Nesse sentido, seu trabalho apresenta um aspecto novo até então, uma vez que vê a seca como algo inerente à própria natureza daquela região e não como algo externo, uma mera adversidade temporária.

Medeiros representa um crítico do discurso tecnicista propalado pelos engenheiros. No entanto, seu trabalho é uma exceção dentro da ampla aceitação que toma este discurso alcançando assim, pouca repercussão.

2.4.4. *Bezerra de Menezes e o problema nacional*

Também em princípios de 1877, no início da seca, Bezerra de Menezes publica no Rio de Janeiro um trabalho dividido em duas partes, a primeira com as medidas que deveriam ser tomadas contra seca atual e a segunda “da investigação dos meios de remoção das causas que determinam o aparecimento do flagelo”. (MENEZES, 1986: 128)

Após uma descrição do regime das chuvas na região em que ocorrem as secas, o autor conclui que uma estação seca por ano é normal na região e que todos convivem bem com esse fato,

Se em qualquer ano chover regularmente durante quatro meses de inverno, a lavoura daquela ubérrima zona será abundantíssima; o pasto para os animais de criação não faltará; e não faltando esses dois elementos do bem-estar e da riqueza daqueles povos, tudo terá ocorrido como em poucos lugares no mundo. Por este ligeiro quadro reconhece-se: que no Norte, ao invés do Sul do Brasil, deixa regularmente de chover de 6 a 8 meses por ano; e que essa seca normal não faz sentir o menor incômodo ou prejuízo (MENEZES, 1986: 129).

Em seguida define como o clima do sul e do norte do Império são diferentes e cada uma dessas regiões está adaptada ao seu regime,

Há portanto, diferença profunda entre as condições meteorológicas do Sul do Império e do Norte até o Pauí. No Sul chove todo o ano; e se deixar de chover por um mês tudo sofre. No Norte chove, quando muito, metade do ano; e se acontecer chover, na outra metade é que haverá dano (MENEZES, 1986: 130).

Com isso, para o autor, mesmo sendo as duas regiões do país bastante diferentes quanto ao regime climático, ambas apresentam boa adaptação (apesar desse termo não ser explicitamente usado) em relação aos seus habitantes. As atividades do homem

realizadas no norte são condizentes com a natureza dessa região e não poderiam ser realizadas no sul, onde o clima é bastante diferente.

O problema para o norte não é a estação do ano em que não chove, mas sim quando não ocorre chuva na estação em que esta deveria ocorrer, havendo então a seca, com todo o seu conjunto de estragos.

Temos, então, que durante três estações seguidas, isto é, por ano e meio, deixará de cair chuva, ou só cairão insuficientes. É nestas condições que se dá o que se chama de Seca do Norte, esse flagelo daqueles míseros povos, que se traduz pela morte dos animais de criação à falta de pasto; pela penúria d'água, porque os mesmos poços dos rios secam; pela emigração dos povos dos sertões, onde faltam todos os elementos de vida, para as costas do mar, onde podê-los-ão; pela morte, à fome e à sede, na longa e árida travessia, pela acumulação nas cidades marítimas de toda a população dos centros, que logra escapar a via dolorosa; pela peste, que sempre se desenvolve no meio dessas aglomerações humanas, que não têm, nem podem ter, os cômodos e as condições higiênicas; pela miséria geral e até pela prostituição em larga escala, porque há, nesses tempos calamitosos, quem especula com as desgraças de um povo inteiro, para fazer fortuna; assim, como há almas danadas, que coagem a inocência faminta a vender-lhes a honra por um pedaço de pão! (...) A seca é principalmente para eles a morte, que não tem reparação, e a perda de honra que vale por mil morte (MENEZES, 1986: 131).

Em uma atitude tornada comum, ao lado da explicação do fenômeno da seca são colocados todos os estragos que esta traz consigo, todos os problemas de ordem econômica e social. O autor se prende especialmente à questão social da seca, colocando-se contra a emigração. A questão central ligada ao problema das secas para Menezes está ligado à emigração, o grande mal que deve ser evitado.

Há, pois, ainda, meio de evitar-se a calamidade da emigração, que é seguramente maior que a da seca. E ao governo não é indiferente deixar que os povos dos sertões permaneçam em suas localidades, ou emigrem para as cidades marítimas; visto como essa emigração trará a aglomeração, e com a aglomeração a multiplicação da miséria e produzirá epidemias, que arrasarão aquelas cidades. (...) nas atuais emergências, se o governo não julga a seca do Norte, coisa de pouca monta para o país, que certissimamente não julga, se quer prover do melhor modo para que seus estragos sejam, o menos que for possível, parece-me que o expediente a

tomar é: providenciar com a maior prontidão e energia, no sentido de evitar a emigração (MENEZES, 1986: 133).

Aqui mais uma vez a questão central não está no mal que ela traz para as regiões afetadas, mas aquele que ela pode trazer para as regiões que não são diretamente atingidas. O problema para o autor é a ida dos emigrantes para as cidades, contribuindo para a sua desorganização.

Em uma estratégia discursiva que será muito utilizada por aqueles que desejam chamar a atenção para o problema das secas, o autor diz que não se trata de um problema regional, mas nacional.

O mal, de que se trata, afeta profundamente os mais vitais interesses de todo o país; há de necessariamente influir sobre todos os que nele vivem, nacionais ou estrangeiros. Quatro províncias do império e grande parte de mais de duas arcam com a miséria, e serão reduzidas a grandes desertos, em troca da imensa produção, que daí nos vem, se o governo central, que é a única força real de nossa terra, e se os povos das outras províncias felizmente livres do flagelo, não estenderem àqueles desgraçados, pronta e eficazmente, suas mão protetoras. (...) e que perderá mais com o desbarato que se nos anteolha. Certamente não será a circunscrição batida pela seca, mas o país, em globo, que verá paralítico um de seus mais valentes braços, na luta pelo progresso e pelo engrandecimento comum (MENEZES, 1986: 132).

Desta forma, para chamar a atenção do governo central e a elite política do país, localizados fora da região. Menezes tenta fazer um deslocamento da escala do problema, afirmando que este seria uma questão que afetaria todo o Império e não apenas a algumas províncias.

Um aspecto importante da argumentação está no fato de que o autor aponta, como outros já o fizeram, que a natureza do Ceará é boa, resta resolver o problema das secas que a atrapalharia. No entanto essa ajuda necessitaria vir de fora, cabendo ao restante da nação “um sacrifício” que a fertilidade do Ceará recompensaria mais tarde.

E a província do Ceará, principalmente, merece bem alguns sacrifícios por parte da nação; porque incontestavelmente é uma das estrelas da nossa constelação política que maior esplendor lhe dá. Não somente o solo desta

provincia é dos mais férteis que se conhecem, tanto que com quatro meses de chuva, por ano, produz abundância tal, como não há em outra parte do Brasil; como ainda o gênio ativo e empreendedor de seus filhos os torna uma das exceções preciosas do gênio brasileiro em geral. E a prova é que, lutando com inúmeras dificuldades naturais para o desenvolvimento de seus elementos de riqueza e engrandecimento, tem-nos explorado paciente e tenazmente, ao ponto de já ser hoje um dos principais produtores de café, de algodão e de borracha, sem que o governo o tenha auxiliado, sequer, com o melhoramento de sue porto, por onde se faz um importante comércio com o estrangeiro. Uma provincia que marcha assim, por seu próprio impulso, na vanguarda do progresso da nação algum sacrifício, para ajudá-la a sacudir o julgo fatal de uma força, que não está em seu poder repelir; e que, abatendo-lhe o ânimo viril, retarda-lhe a marcha, prejudicando, a um tempo, seu próprio engrandecimento e o engrandecimento do pais; porque a grandeza do Brasil é à soma das grandezas de cada uma das provincias que o constitui (MENEZES, 1986: 137).

Esse tipo de discurso é aquele que século XX afora seria utilizado pela elite econômica e seus representante políticos para a obtenção de recursos e benesses do Estado. Caberia ao restante da nação a resolução do problema das secas, já que se este não for devidamente tratado, todo o país sofrerá. Quanto às causas da seca, o autor vê na ausência de grandes proporções de água no interior da provincia a razão principal das secas e conclui que a solução é acumulação de água.

A causa das secas periódicas no Norte é a falta de vapores próprios; é consequentemente, a falta de grande massas d'água que os produzam (...). Eis os remédios do grande mal; eis a medida de futuro, que abrirá àquela região, talvez a mais fértil do Brasil, ricos e esperançosos horizontes. (...) Fica, pois, fora de dúvida, que o meio mais eficaz de debelar as secas do Norte é criar, aí, na mais larga escala, grandes depósitos d'água, como imaginou e deu princípio de execução o Senador Alencar; e, mais, fazer acompanhar essa medida de outras, que garantam a conservação de matas existentes e que promovam a plantações de novas, na maior proporção possível, como fez o governo francês no Artois e como o imortal José Bonifácio praticou, com vantajoso resultado, em Portugal (MENEZES, 1986: 147)³².

³² José Bonifácio é apontado por PÁDUA (1997) como um dos fundadores de uma tradição ecológica no Brasil. Bonifácio acreditava que a natureza brasileira poderia ser um grande estímulo ao progresso, desde que tratada racionalmente, fato que não acontecia (PÁDUA, 1997: 22). A importância da obra de José Bonifácio para este trabalho está no fato de que ele é amplamente citado nos textos aqui em foco, como no trabalho do Senador Pompeu e no de André Rebouças. De fato, tal linha de pensamento é seguida não só por Menezes para o Ceará, bem como pelos autores supra citados.

Mais uma vez, se o problema é apenas falta d'água, então basta suprir a região desse líquido, tudo estaria correto e nenhum problema mais haveria.

A leitura de todos esses textos evidencia que as visões sobre as características físicas do Ceará e suas possibilidades são bastantes distintas nesse período. Contudo, dois tipos de visões sobre a sua natureza e suas possibilidades são bem marcadas. Para a primeira, mais recorrente, território do Ceará é bastante fértil, tudo estaria disposto para o seu progresso. O clima e o solo seriam muito bons e daí a excelente vocação do Ceará para a agricultura que faria desta província uma das maiores do Império. Contudo, essa passa periodicamente por secas que destroem aquilo que foi construído durante os anos bons. No entanto, a seca, apesar de cíclica, tem um caráter de exceção, ela não representa a norma do clima. Bastaria resolver o problema das estiagens, através da acumulação de água e a província caminharia para o progresso, seu destino final. Como vimos, o argumento utilizado por alguns autores (pelo Senador Pompeu e repetido por Rebouças) é o do grande crescimento demográfico. Uma província que apresenta o crescimento populacional que o Ceará apresentou só poderia reunir ótimas condições para o desenvolvimento do homem. Esse tipo de discurso se inclui em um ufanismo da natureza e solo pátrio, bastante comum no discurso científico do Brasil no século XIX, quando no projeto de construção de uma identidade nacional, a história e a geografia desempenhavam um papel central (GUIMARÃES, 1988).

Uma segunda abordagem, que se pretende mais próxima ao realismo, vê a seca como uma característica inevitável do clima do Ceará. Nessa visão, o clima e o solo são vistos como mais inóspitos ao homem. A agricultura encontraria então bastante dificuldade para se realizar nos moldes como é feita em outras áreas do país.

Capítulo III

A construção da diferença: a justificativa da idéia de aridez

A criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909 não representa uma atitude isolada, em um momento especial de sensibilidade às aflições pelas quais passavam as populações afetadas pelos problemas que ela deveria resolver. Ela é fruto de um processo iniciado no final do século XIX de transformação da seca em um problema do governo central. Esse processo de *institucionalização do combate à seca*, pretendo demonstrar, está mais de perto ligado a dois fatores. O primeiro é o reconhecimento do caráter diferenciado das áreas afetadas pelas secas, o reconhecimento de sua natureza como algo distinto do restante do país, ação que presumiria uma regionalização. O segundo é a transformação daquele espaço em uma área especialmente carente de intervenção, que justificaria a criação de instituições responsáveis por essa ação.

Este capítulo pretende discutir o primeiro desses fatores, através de uma análise das representações em torno da natureza cearense e seu reconhecimento como um espaço associado à aridez e à inferltilidade, representações que ao longo do final do século XIX vão ganhando cada vez mais espaço e que, associada à idéia de intervenção, analisada no capítulo seguinte, constituem as idéias motrizes para a criação da IOCS.

Assim, nesta parte do trabalho analiso como a idéia de aridez e de uma natureza problemática, na qual se embatiam as imagens de fertilidade e de esterilidade do solo, se desenvolvem a partir de 1877, nos relatórios dos administradores da província e do estado do Ceará.

A concepção de que áreas do norte do Brasil estão sujeitas a um clima diferenciado e um constante déficit de água nem sempre foi um consenso. A compreensão acerca da natureza do Ceará e suas potencialidades se constitui baseada na multiplicidade de enfoques. No entanto, a partir do final do século XIX a idéia de uma área de clima seco e carente de recursos se afirma sobre as demais, abrindo assim o campo para o desenvolvimento da idéia de necessidade de intervenção.

Nos relatórios dos administradores da província, a discussão sobre a natureza aparece com mais intensidade sobretudo em duas temáticas principais: quando são tratados os problemas da agricultura e da pecuária e quando é abordada a questão da emigração, sobretudo para o Amazonas e Pará, que tem início com a seca de 1877, mas que permanece e se intensifica, mesmo após seu término.

A agricultura e a pecuária, enquanto as principais, quase únicas, fontes de renda da província ocupam uma parte importante das preocupações de seus administradores. O estado relativo de atraso dessas atividades se comparado a outras províncias do Império suscita uma séria discussão sobre suas causas e os meios de melhorá-las. Nessa discussão, são três as causas mais atribuídas ao atraso do Ceará: o ócio da população, característica inata ou adquirida da raça; a própria natureza da província; e a falta de investimentos por parte dos governantes. Este último é um tema recorrente em quase todos os relatórios. No entanto, o papel desempenhado pela raça e pelo meio no progresso do Ceará varia consideravelmente segundo o administrador.

Uma distinção fundamental marca os trabalhos quanto a visão a respeito das possibilidades que o meio oferece. Um determinado grupo de autores baseia sua argumentação na fertilidade do solo, enquanto outro, ao contrário, faz crer a idéia de esterilidade ligada ao solo e ao clima. Dentro da categoria fertilidade ou esterilidade do solo, ao longo do discurso, podem ser considerados todos os elementos constituintes do meio. Assim essa distinção básica orienta, como veremos, as propostas de intervenção sobre o espaço. Em seguida serão analisadas essas distintas concepções de natureza no Ceará.

3.1. As idéias de fertilidade

A fertilidade do solo cearense é um assunto bastante citado nas preocupações dos administradores do Ceará. Uma parte considerável dos presidentes de província assinala em seus relatórios para abundância de recursos naturais e a fertilidade do clima e do solo. Nesses discursos, a partir da influência desses fatores, o Ceará teria uma propensão natural ao progresso. A seca, apesar de já reconhecido seu caráter cíclico, é

vista como mera adversidade pontual, mas que concorre seriamente para deter esse progresso.

Em 1877, o Desembargador Caetano Estelita, presidente do Ceará desde janeiro deste ano, ao mandar sua mensagem na abertura da legislatura em julho, já durante a seca, afirmava:

A província que descansava tranqüila em seus recursos naturais, e tinha posto no seu futuro toda a confiança de seu progresso e desenvolvimento viu-se de súbito ferida por uma seca dolorosa, que volvendo o círculo de sua renovação, veio impor-lhe como dantes, os mais pesados sacrificios e a sua população toda a sorte de sofrimentos e provações. (...) Seria penível recordar-vos que sertões, outrora verdejantes e ricos, **pela fertilidade de seu solo** e abundância de seu comércio, estão hoje reduzidos e desertos ... (RPPCE-II, p. 3)³³.

Assim, apesar da visão desoladora da seca, o solo do sertão é fértil e, na ausência das estiagens, é capaz de produzir e gerar riquezas suficientes para sua população. No relatório em que passa o cargo para seu sucessor, ainda neste ano, Estelita mais uma vez fala da contradição entre a abundância de recursos e o estado calamitoso acarretado pela seca.

Não dissimulo a V. Exc. o meu constrangimento pelo estado da província, **dotada de tantos elementos de progresso, que encerra em seu território**, e hoje quase aniquilada em sua saliente estrutura pela mão compressorá do tremendo flagelo, ariete demolidor. (RPPCE-III, p. 19).

Como já foi dito, estes trabalhos fazem parte de uma tradição ligada a uma retórica louvatória da natureza (PÁDUA, 1997) que se desenvolveu no Brasil desde o período colonial. Ainda, a fala de Estelita veicula com bastante força a idéia de oposição entre a riqueza do solo cearense e a destruição causada pelas secas. Tal eixo argumentativo torna-se comum entre vários administradores e membros da elite local, que através dessa oposição ampliam a repercussão das secas, uma vez que estas estariam destruindo a prosperidade natural do Ceará.

³³ Todos os grifos apresentados nas citações são meus.

José Júlio Albuquerque de Barros, terceiro presidente da província durante a seca, produz uma série de três relatórios nos quais apresenta uma preocupação bastante explícita com relação à agricultura e à pecuária no Ceará. Nestes relatórios é reiterada a mesma posição de Estelita.

Se eu seguisse a opinião daqueles que consideram a província do Ceará ingrata à vida animal e vegetal, talvez me pronunciasse pela emigração; mas o desenvolvimento de sua população, a multiplicidade de seus produtos, o crescimento de suas rendas protestam contra esse juízo. Penso, pelo contrário **que ela tem muitos elementos de riqueza**, e só precisa de indústrias para aproveitá-los e conservá-los, não sendo a falta de chuvas em alguns anos obstáculo invencível, desde que são mais freqüentes os invernos copiosos, e o terreno se presta à formação de grandes e inesgotáveis depósitos d'água. (RPPCE-V, p.41-42).

Apesar de identificado o caráter cíclico das estiagens que afetam o Ceará, nesse tipo de discurso, a seca ainda é vista como um fenômeno extraordinário e, embora cíclica, não é identificada como algo incorporado ao meio, mas externo a este, tendo em vista o fato de considerarem o clima e o solo férteis, enquanto a seca é vista como destruidora dessas características. Dessa forma fica aberto o campo para afirmações de que o Ceará possui uma natureza extremamente fértil e apta a qualquer agricultura, desde que realizada com alguma técnica que impedisse a ação das secas. O atraso da província seria causado então pelo não emprego de técnicas modernas na agricultura e na pecuária e/ou pela característica do cearense, ligado ao ócio.

Vários trabalhos que louvam a natureza cearense como fértil colocam na falta de instrução e na propensão do cearense ao ócio, como as causas principais do atraso na província, tirando assim pelo menos parte da responsabilidade da natureza e das secas³⁴.

Nessa linha, é possível ver que, ainda para Albuquerque de Barros, é sobretudo, o desleixo do homem cearense, que mantinha a província no estado de penúria em que se encontrava. Na mensagem que envia à Assembléia na abertura da legislatura de 1878,

³⁴ Tal pensamento também foi encontrado por ALMEIDA (1983). ao estudar os Relatórios de Presidente de Província do Maranhão. Apesar de não afetada pelas secas, um grupo de presidentes, atrelados às ideologias do progresso, reconhecem o solo do Maranhão como sempre fértil, culpando os indivíduos que nele trabalham pelo estado de atraso da lavoura maranhense. Esses autores desenvolvem assim, uma oposição constante entre a 'exuberância da natureza' e a incapacidade dos indivíduos (ALMEIDA, 1983: 169).

apesar de estar no auge da seca, este administrador não culpa apenas o fenômeno pela dizimação do gado, principal fonte de renda da província, mas o desleixo próprio com que os cearenses tratam essa atividade.

As principais indústrias da província, a criação de gado e a agricultura, continuam a sofrer os efeitos da calamidade que flagela o Ceará. Sem receio de exageração pode-se afirmar que a seca de 1877 a 1878 extinguiu 70% de todo o gado. **O atraso da indústria pastoril, não menos do que a falta de chuvas**, concorreu para este estado. Os gados são criados à lei da natureza, solto nos campos, confinados à mercê da providência divina, e à fé pública; não há estabulação; não se prepara feno; nenhum abrigo contra as intempéries, nenhuma defesa contra os abatores. Alguns currais em que se faz a ordenha durante o inverno, um cercado em que se conservam algumas pastagens, e a aguada, constituem, em geral, as benfeitorias de uma fazenda. (...) Enquanto o gado não começa a cair de inanição, nos anos em que tardam as chuvas, nenhum cuidado se presta à sua alimentação; (RPPCE-V, p.20).

Assim, em plena seca, o presidente da província vê outras causas para o atraso da região. A falta de comunicação, mais especificamente das estradas de ferro, é apontada como a principal causa do atraso do Ceará.

Enquanto a estrada de ferro de Baturité não chegar ao Vale do Cariri, e a de Sobral ao Vale do Ipú, os principais produtos dessas férteis regiões e da serra da Ibiapaba, que circunda a província de noroeste a norte, nos seus limites com as do Piauí e Pernambuco, não poderão ser exportados; **o que é, sem dúvida, a principal causa da lentidão do progresso agrícola e comercial do Ceará.** (RPPCE-V, p.23).

Albuquerque de Barros, dessa forma, retira a culpa da natureza e parte da culpa da seca pelo atraso da província e a coloca na cultura do cearense e na falta de infraestrutura. Esse procedimento é comumente utilizado na solicitação de verbas para a construção de escolas técnicas e para a instalação de infra-estrutura para a província, sendo portanto um argumento que também fundamenta o segundo item que pretendo analisar adiante, qual seja, a associação dos espaços afetados pela seca com espaços carentes de intervenção.

São dois os argumentos principais utilizados em favor da fertilidade do solo: o crescimento da cultura do algodão e o crescimento populacional verificados. O algodão, principal produto agrícola da província, enfrenta um baque muito forte com o retorno da produção dos Estados Unidos terminada a guerra civil neste país, como já vimos anteriormente, no entanto, a fácil adaptação que esse produto obteve na região não deixa de ser levada em conta para justificar a fertilidade do solo, como é possível observar no relatório de Miguel Calmon du Pin Almeida.

Se o baixo preço deste produto no mercado estrangeiro pode justificar o abandono em que vai caindo a sua cultura em outras províncias, é de notar aqui o baixo preço do salário, as tarifas cômodas das estradas de ferro, e **sobretudo a excelência do solo**, são causas que no Ceará modificam aquele inconveniente. (RPPCE-XXIII, p. 43).

O segundo argumento bastante utilizado em favor da fertilidade do solo e do clima como propulsores do progresso, são as estatísticas populacionais. Tradição iniciada pelo Senador Pompeu, principal demógrafo da província, já visto no capítulo anterior, a associação entre a “fertilidade” do clima e os altos índices de crescimento demográfico, fadando o Ceará ao progresso, é incorporada por vários presidentes de província.

O clima do Ceará é também visto de forma positiva quando a questão da salubridade é levantada. A constante secura do ar, a pequena superfície de áreas alagadiças e brejos, faz seu clima ser identificado como bastante salubre. Esta questão é levantada sempre para refutar a emigração para Amazônia, onde o clima é sempre apontado como prejudicial ao homem, sobretudo ao cearense, que estaria pouco acostumado com a abundância de umidade.

A intensificação da emigração de cearenses para o Amazonas e o Pará e a indisposição da elite local com essa idéia em função da preocupação com a falta de mão-de-obra que isso traria para o Ceará, anima um debate que tem início mesmo com as primeiras grandes levas de emigrantes durante a seca de 1877, mas que se intensifica durante os anos seguintes com o constante aumento do fluxo de emigrantes. No entanto, é sobretudo com a República, e a confirmação da ascensão de um grupo político ao

poder no estado, qual seja a oligarquia Acioli, que a discussão sobre a saída de emigrantes se faz mais intensa nos relatórios da administração.

Essa preferência dos migrantes pela Amazônia está muito ligada aos incentivos recebidos. Como mostra MORALES (1999), enquanto os seringalistas da Amazônia enviavam representantes para angariar mão-de-obra em algumas províncias do norte, dada a grande necessidade em função do surto da borracha, os fazendeiros de café do sul, estes também necessitados de trabalhadores, se aproveitavam da política de colonização européia promovida pelo governo central. Na verdade, a política de envio de emigrantes cearenses, potiguares e de outros estados do norte para a Amazônia e de europeus para o sul, fazia parte de uma estratégia do Estado, na qual “estava em jogo não apenas a localização diferencial de trabalhadores mas sim um gerenciamento da população brasileira no qual as variáveis raça e região eram estrategicamente articuladas e construíam a desigualdade no país.” (MORALES, 1999: 86).

A valorização da raça branca, européia, em detrimento dos mestiços, do norte, fez com que os fazendeiros do café se apropriassem das políticas de emigração européia, na qual o discurso sobre a natureza era um elemento importante (MACHADO, 1995). A inadaptação do europeu aos climas quentes do norte e a semelhança do clima do sul do país aos climas da Europa faria com que a direção natural do imigrante europeu no país seria o dos cafezais do sul do país, segundo esse discurso. Ao mesmo tempo, o sertanejo do norte, representaria uma raça menos valorizada, inclusive, segundo alguns, com uma propensão ao ócio, como já vimos, que não se adaptaria ao sul do país. Ao contrário, este estaria mais adaptado ao clima quente da Amazônia. É a partir desse discurso que o governo dirige a imigração no final do século XIX e começo do XX entre as diferentes regiões do país³⁵.

No entanto, essa política desagradava vários setores ligados à agropecuária da província que temem, com isso, a diminuição da força de trabalho no Ceará. É em função dessa constatação que esses setores internos à província procuram articular um discurso, oposto àquele em que o cearense se adaptaria fácil à Amazônia, no qual essa região é apontada como extremamente insalubre.

³⁵ Sobre o papel do racismo nas políticas de imigração nos primeiros anos da República ver: SEYFERTH (1996).

É assim que, em 1881, assumido a presidência com a saída de Leão Veloso, o primeiro vice-presidente, Torquato Mendes Viana, já demonstrava uma preocupação com o retorno dos Cearenses que emigraram em função da seca, e dá notícia de uma verba votada pela Assembléia para custear o retorno daqueles que se interessassem, “temendo pelo destino daqueles que lá permanecessem”.

Durante a administração de Sinval Odorico de Moura, seu relatório demonstra uma séria preocupação com a perda de mão-de-obra que enfrenta a província através da emigração para a Amazônia.

A emigração dos cearenses para a província do Amazonas, à procura de uma fortuna imaginada, nos **inóspitos** seringais daquela província, e que para muitos têm servido de túmulo, vai contribuindo para a desorganização do trabalho, e conseqüentemente para a escassez dos produtores da lavoura, que outrora abundavam no mercado da capital, e nos outros centros populosos do litoral. (RPPCE-XXI, p. 26).

O clima do Ceará, em oposição ao da Amazônia, é sempre apontado como excelente do ponto de vista da salubridade. Sua secura natural seria um elemento a seu favor e em detrimento dos demais climas do Império, em especial ao do Amazonas, aquele para quem estava se perdendo mão-de-obra.

Assim, no tópico saúde pública, comum nos relatórios, quase sempre o clima é apontado como um agente da salubridade do Ceará., como por exemplo, no relatório do General José Clarindo de Queiroz, que afirma: “Graças à **excelência do nosso clima**, tem-se mantido inalterável a saúde pública, exceto nesta capital, na cidade de Quixeramobim e no povoado de Caio Prado.” (RPECE-II, p.6).

O presidente José Freire Bezerril Fontenelle demonstra em todos os seus relatórios uma preocupação grande com a questão da emigração. Em todos as suas manifestações não deixa de externar o caráter insalubre do clima da Amazônia e a grande mortalidade dos cearenses ao encararem esse clima.

A população do estado se acha consideravelmente desfalcada pela emigração para o Amazonas. A corrente emigratória estabelecida para aquelas **inóspitas** regiões, onde um terço dos que para lá vão especia à insalubridade do ingrato clima, tem-nos roubado melhor de 150.000

peças, a partir de 1877 para cá. (...) Nada justifica semelhante êxodo. A continuar em tais proporções, a lavoura e a indústria, que já se ressentem bastante da falta de braços, se aniquilarão entre nós. (RPECE-V, p. 260).

Essa associação da pouca umidade do clima do Ceará com aspectos de salubridade, está baseado em teorias sanitaristas da época. Durante o século XIX, acreditava-se que os miasmas, emanções provenientes da decomposição da matéria orgânica, seriam grandes causadores de doenças. Assim, áreas onde houvesse maior calor e umidade, por favorecerem a putrefação, seriam aquelas de maior incidência de doenças, e portanto, detentoras de maior coeficiente de insalubre ao homem. Por esse raciocínio, o Ceará, se apresentaria como uma área bastante salubre, por sua falta de umidade, enquanto a Amazônia combinaria em grande escala os dois principais fatores causadores das emanções miasmáticas, o calor e a umidade.

No seu primeiro mandato como presidente do estado, Nogueira Accioly, mantém ativa a preocupação de seu antecessor com a questão da emigração. Aqui também, as causas da emigração são colocadas na índole própria do cearense e nos agenciadores, e não nos problemas internos da província. Muito pelo contrário, o Ceará é descrito como terra de clima salubre, enquanto o Amazonas, uma terra de clima impróprio, no qual boa parte dos cearenses acabariam morrendo.

Cedendo à atração irresistível de, aliás, **negativas vantagens**, a melhor porção dos braços válidos do Estado continua em crescente êxodo para as regiões do extremo norte, desfalcando cada vez mais as forças, já depauperadas, da nossa agricultura e indústrias. Improfícua têm sido a missão patriótica a que se há imposto a nossa imprensa de divulgar os perigos sempre certos e a desgraças quase sempre infalíveis a que se expõem os inexperientes que, prestando ouvidos à propaganda de desalmados aliciadores, abalam-se a romper os laços de família e da amizade, os cômodos da vida parcimoniosa, mais serena e tranqüila no **salubérrimo** solo natal, para ir pós a problemática acenação da tortura em longínquas paragens, em cujas florestas ínvias o próprio homem é o mais acérrimo inimigo do homem, tendo por auxiliares, talvez mais brandos a avidez das terras e das pragas, a **inclemência do clima** sempre **inóspito** para os recém chegados e, afinal, o embrutecimento, a seqüestração da liberdade e a morte. Nem ao menos atenua essa lastimável cegueira o explorado argumento da escassez de nossos invernos, que não podem ter sido mais abundantes e regulares. Entretanto, continua o fenômeno com intensidade assustadora, urgindo uma medida que a estorve e paralise. Diretamente, nenhum meio pode ser adotado, porque enfrentaria com o

respeitável direito de locomoção; de modo indireto, porém, alguns tem sido postos em prática, como o que entende com a indústria iníqua dos agenciadores, e o que tem procurado impedir o embarque de menores não sendo acompanhados de seus legítimos responsáveis. De ação imediata a anular o efeito do despovoamento das nossas terras, inculca-se naturalmente, a introdução de imigrantes; e assim, não poderia eu deixar de afagar essa idéia, desejoso de realizá-la (RPECE-VII, p. 26).

Esse tipo de associação é encontrado em quase todos os presidentes de estado no período analisado. A exceção é encontrada no relatório de Pedro Borges que, ao contrário de seus antecessores, não vê na emigração para fora do estado uma ameaça séria, muito pelo contrario, auxilia a saída da população que se encontra na capital vinda do interior.

Enquanto não são decretadas as medidas cuja execução depende do tempo, e que não podem remediar com urgência a situação penosa da população advéncia que se acumula na capital, a providência que pode ser tomada, no momento, é facilitar a sua saída, promovendo ativamente a emigração para o Amazonas e Pará. (...) Aos cearenses não afigura um exílio à emigração para esses dois estados do norte, ligados ao nosso por estreitas relações comerciais e outras de ordem de interesses há muito estabelecidas e que lhes facilitam pronto regresso à terra natal. (RPECE-XI, p. 29).

É assim que, interessado em enviar população para o norte, Pedro Borges não vê problemas em seu clima, não fazendo qualquer menção às questões de salubridade ou insalubridade, reconhecendo, inclusive, semelhança entre o clima das duas regiões em questão:

Aberta francamente a emigração para os dois estados do norte, que, de longa data mais afinidades de interesses tem com o nosso, e cujo clima mais se adapta aos hábitos da vida agrícola cearenses, era natural a preferência em busca daquelas regiões (RPECE-XI, p.32).

Em função do envio de emigrantes para o Amazonas, é fundado pelo presidente desta província, Silvério Nery, uma colônia para receber os emigrantes cearenses que recebe o nome de Pedro Borges.

No entanto, o discursos da natureza fértil no Ceará permanece durante o início do século XX apenas em relação à emigração. Sua associação com a agricultura e demais atividades no estado vai se tornando cada vez mais escassa. É assim que toma progressivamente mais força um discurso contrário a esse, baseado nas idéias de esterilidade e de infertilidade, que analisarei a seguir.

3.2. As idéias de esterilidade

A temática discursiva positiva em relação à natureza é recorrente apenas no final do século XIX, tornando-se a sua existência cada vez mais escassa no últimos anos daquele século e primeiros do século seguinte. A idéia de que o Ceará possui uma natureza adversa, na qual a seca é inerente ao meio, isto é, na qual ela deixa de ser um agente externo e pontual passando a ser tratada como uma característica própria da natureza e com isso responsabilizada pelo atraso da província, passa a ser cada vez mais difundida.

Pelo final do século XIX, difundem-se uma série de trabalhos que identificam o meio cearense como extremamente adverso. O solo e o clima são apontados como as principais causas do atraso e, em alguns casos, na tentativa de encontrar um contrapeso, de forma inversa ao discurso anterior, enaltecem a cultura e a raça. O grande crescimento populacional nesse discurso é utilizado para comprovar a adaptação da raça às adversidades do clima.

Tal idéia tem, por exemplo, respaldo nos trabalhos do Dr. Thomaz Pompeu. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, segundo filho do Senador Pompeu, reescreve e atualiza boa parte da obra geográfica e demográfica de seu pai. Tal qual o Senador Pompeu, vê no meio as causas do grande crescimento populacional no Ceará a despeito das grandes secas. No entanto, adiciona ao clima do Ceará, a característica de, além de incentivador do crescimento populacional, possuir um fator condicionante na raça. Para ele, a raça que se desenvolveria em função das adversidades por que passa o cearense, seria extremamente apta ao trabalho, renegando assim, a idéia desenvolvida por outros de que o cearense é dado ao ócio.

Em 1886 Pompeu Brasil prepara um extenso relatório, rico em dados estatísticos, sobre o estado da agricultura e da pecuária no Ceará, segundo solicitação do presidente da província, desembargador Joaquim da Costa Barradas, publicado em anexo à Fala com que este abre a legislatura de 1886, merecendo aqui uma análise mais atenta. Neste trabalho, Thomaz Pompeu identifica no meio e na raça as razões do atraso do Ceará.

Causas físicas e etnológicas explicam de sobejo a lentidão do desenvolvimento industrial do Ceará e sua inferioridade em relação a algumas das províncias limítrofes. (...) Essa declividade[do terreno], quase não interrompida, de sudoeste para Nordeste, do alto sertão para a costa, e a minguada porosidade do solo, que não armazena as águas da chuva, influem poderosamente sobre a secura da atmosfera, **esterilizando-o** na maior parte do ano. Os acidentes do solo, em geral de pouca importância, as serras baixas, graníticas, desnudadas de vegetação e de húmus, insuficientemente regadas por correntes, apresentam apenas raras elevações que fazem exceção a **aridez geral**, como Maranguape, Aratanha, Baturité, Uruburetama, e a cordilheira circular da Ibiapaba, espécie de **oasis** verdejante no meio da **secura** do sertão.(...) Território bastante espaçoso para assegurar a riqueza de seus habitantes, é, contudo, limitado, senão exíguo pelas causas que vão enumeradas para colocar a província no mesmo plano de fertilidade que as demais do Império. Como o Egito, só aproveita uma pequena porção de seu território. Se a essas causas de **inferioridade territorial** não acrescessem outras, senão mais contrárias, ao menos tão danosas, ainda se podia esperar do esforço e atividade cearense profundas e salutares [modificações?] na natureza. Infelizmente, a posição topográfica do Ceará em relação aos ventos gerais chamados alísios, suas condições orológicas e hidrográficas, ocasionam a instabilidade das estações, tão fatal à sua incipiente indústria agrícola, e de criação. (...) Inconstante como parecem ser as correntes aéreas, pelo menos enquanto a ciência não descobrir-lhes as leis de movimento, baldadas serão as tentativas para por termo às secas que periodicamente devastam essa parte do Império. (RPPCE-XXIVa, p.4-5).

Pompeu Brasil se encarrega de difundir uma visão extremamente pessimista da natureza do Ceará, na qual as idéias de esterilidade e inferioridade do meio são amplamente utilizadas. Apesar disso, não acredita que a província não possua vocação para a agricultura, devendo aos homens um trabalho mais árduo para resolver os problemas causados pelas secas.

Não quer isto dizer que os poderes públicos e a iniciativa individual esmoreçam, cruzando os braços a fatalidade dos agentes meteorológicos. Não. Por isso mesmo que a reprodução do mal é irremediável, cumpre não poupar labor para minorar-lhe os efeitos desastrosos. (RPPCE-XXIVa, p.4-5).

Tendo em vista a dificuldade de se entender e modificar o clima, a esperança para o progresso da província se encontraria em outro fator, para ele, mais fácil de se controlar: a população. Apoiado nos dados do crescimento populacional, Pompeu conclui que o Ceará possui uma natureza fértil para a propagação do homem, tal qual outros já o concluíram. No entanto, indo mais longe ainda, Pompeu acredita que os fatores climáticos da província desenvolveriam no homem cearense, apesar de sua atual falta de instrução, excelentes aptidões que poderiam levar ao progresso da província.

Crescimento tão rápido, a despeito das contrariedades cósmicas excede a tudo quanto a estatística de nações cultas nos patenteia. Donde vem pois, que, tendo sido escasso à colonização portuguesa, ele se desenvolveu tão rapidamente? Eis o segredo da prosperidade cearense e sua principal fonte de riqueza. A secura da atmosfera, a regularidade da temperatura, a ventilação franca do mar, a serenidade das noites, a ausência de tremedais ou pântanos, tornam-na eminentemente salubre e própria à procriação. Além disto, tendo a natureza obrigado o sertanejo à sobriedade, porque durante sete meses deverão viver das provisões guardadas do inverno, a fez a raça acostumada a uma existência simples, de limitadas ambições e necessidades, espécie de chins que se contenta com o arroz de suas lavras. Produção excessiva de população, rudeza do solo – eis os dois propulsores da civilização cearense: aquele operando no sentido de aumentar o capital social; este estimulando o homem a tirar de maninha herdade, por dobrada atividade, a subsistência de que carece. Se fossem exatos os corolários tirados da história humana pelo sábio historiador inglês Th. Buckle, de que a prosperidade de um povo depende do espaço que ele empregava para domar a natureza e dobrá-la as suas exigências, seriam para sorrir os destinos futuros do Ceará. (RPPCE-XXIVa, p.9).

Thomaz Pompeu completa o pensamento iniciado por seu pai com o desenvolvido por Henri T. Buckle. Historiador e sociólogo inglês, Buckle publicou em 1857 um livro intitulado *História da Civilização na Inglaterra*, no qual defende a tese de que o progresso da civilização européia marcava-se pela influência cada vez menor do mundo natural, e que na Europa em geral e na Inglaterra em particular, as forças mentais acabariam por sobrepujar as condições físicas. Entretanto, negava tal fato para

os demais continentes, nomeadamente para o Brasil, país que estaria acima de qualquer outro no que se refere à abundância de vida natural e onde a grandiosidade da natureza não deixaria espaço para o homem que, por isso mesmo estaria condenado a viver eternamente em condições primitivas (BUCKLE, 1900).

Este livro participou de grandes discussões no Brasil no final do século XIX, quando debates sobre questões como raça e adaptação do indivíduo ao meio estavam em voga. Intelectuais como Silvio Romero preocuparam-se em refutar veementemente tais idéias. Entretanto, até mesmo Romero não nega a ação do clima sobre o homem, apenas afirma que a natureza tropical é muito mais hostil do que pensa Buckle: o clima é variado, as serras não são todas férteis e o interior não é inteiramente coberto por florestas como o autor inglês imagina. Segundo Romero, a razão da barbárie do povo estaria ligada muito mais a ordem social prevalecente (MACHADO, 1995: 330).

Ao incorporar o pensamento de Buckle ao seu, Pompeu assume que o caráter adverso da natureza no Ceará, geraria no homem aptidão para o trabalho, fato que não se desenvolveria de todo no sul do país, mais bem dotado pela natureza. O Ceará, por sua natureza diferenciada teria muito mais condições de desenvolver uma civilização na qual o trabalho árduo alcançaria altos níveis de progresso. No entanto, por sua própria natureza diferenciada, a província deveria procurar caminhos distintos daqueles seguidos pelas províncias do sul. Assim, Pompeu conclui que a forma como se tem tentado a agricultura, aos moldes daquela realizada no sul do país é incompatível com o meio e a raça cearenses.

Do que fica exposto, segue-se logicamente que a grande lavoura, isto é, o regime da fazenda, tal qual existe em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, etc., não se pode implantar no Ceará por embaraços cômicos e etnológicos; e que no certamem da lavoura extensiva, em prática no Império, o Ceará lutará sempre com dificuldades, ocupando lugar secundário ao lado de outras, **favorecidas pelos dons da natureza. Não devemos inferir daí que o homem desampare a terra natal, e qual foragido maldito vá peregrinar por longínquas paragens.** Os terrenos agrícolas que a província possui, sendo aproveitadas com inteligência, podem compensar prodigamente o labor que se lhes dispensar (RPPCE-XXIVa, p.9).

No relatório que presta à Assembléia, Joaquim da Costa Barrada, o solicitante do trabalho de Pompeu, incorpora então parte daquela proposição de Thomaz Pompeu, no qual a idéia de esterilidade do solo também é veiculada.

O que convém, por conseguinte, é melhorar o estado geral da agricultura por meios indiretos, únicos que podem justificar a intervenção dos poderes públicos, preparando a revolução agrícola por meio do ensino fundamental, o qual formará agricultores cultos e práticos, que vencendo a **esterilidade do solo** e a irregularidade das estações por via de processos científicos, poderão elevar a lavoura do Ceará ao ponto de produzir gêneros que sustentem a concorrência dos mercados estrangeiros. (RPPCE-XXIV, p.16).

A idéia de um clima duro, gerando uma raça apta ao trabalho é retomada ainda pelo General José Clarindo de Queiroz, em 1891, na sua Fala à assembléia constituinte estadual.

Fareis, estou certo, uma lei ao nível das tradições gloriosíssimas do Ceará, que **aprendendo a lição da aspérrima disciplina na adversidade**, da escola do sofrimento, **reuniu aqui elementos sãos e fortes** que levassem a encaminhar-se impávido na luta que traçou e impôs à sua posição. (RPECE-I, p.6).

Voltando ao discurso de Pompeu, este faz ainda uso de um outro recurso estilístico que aos poucos também se difunde. Trata-se da utilização de palavras tais como *deserto* e *oásis* na referência ao sertão e às serras respectivamente.

A associação, principalmente nos relatos sobre as secas, de palavras que denotam espaços áridos, tais como *deserto*, na referência ao sertão, e *oásis*, na referência às serras, são incorporadas em vários discursos. Essas idéias dão sustentação para uma visão negativista da natureza do sertão, identificado como *locus* naturalmente pouco fértil e de difícil ocupação, enquanto as serras surgem como pontos que sobressaem à aridez geral.

Esse discurso evidencia uma associação clara com a existência da água. Ele aparece sobretudo na justificação de propostas de açudagem. Aqueles administradores que preconizam a construção de açudes, os defendem associando-os a oásis, onde os homens encontrariam um refúgio no meio da aridez geral.

Em 1877 ainda, em atitude de aparente contradição com sua posição em relação à fertilidade do sertão, o presidente Estelita, ao tratar da necessidade de construção de açude, não deixa de fazer tais associações.

Justifica-se por igual conveniência a construção de açudes e aguadas públicas que constituem, numa crise destas, verdadeiros **oásis** nos sertões **áridos** e **desertos** esparsos, onde a população vai desalterar-se da sede e buscar refúgio do desaparecimento das águas nas estações secas. (RPPCE-III, p. 19).

Em 1894, Bezerril Fontenelle dá notícia da ocorrência de um inverno chuvoso demais que é contraposto à normalidade da ocorrência das secas, nas quais a população segue em busca de um oásis.

Mal começavam a desaparecer os principais vestígios dos males e desgraças, legado do tristíssimo e último período das secas, eis que novo infortúnio nos visita. Não é mais o fenômeno costumado e fatal para nós, cearenses, e que sempre nos apanha de surpresa, desprovidos de meios para enfrentar e arcar contra os elementos naturais conspirador para a destruição da vida vegetal e animal, quando um sol abrasador faz secar rapidamente as fontes, produzindo a torrefação geral de tudo quanto se estende pelos campos, serras e vales, e transformando a grande e operosa população rural em bandos de mendigos que espavoridos, aterrados, súplices, fogem pisando terrenos em brasa à procura de um **oasis** que o acaso lhes depare, não! Contrariamente às **esterelizadoras** e horrorosas secas, o mal que veio piorar as difícilimas condições de nosso viver, nasce de um excesso de chuvas do mais copioso inverno que talvez o Ceará tenha visto neste século. Poderosas e enormes massas d'água se têm despenhado das serras para os vales, pelos apertados e estreitíssimos leitos das ravinas, escavando e carcomendo aqui, para soterrar além, inundando planícies, arrasando casas, arrastando criação, lavoura, pontes, açudes, enfim, tudo quanto constitui a riqueza do pobre e a fortuna pública, representada em obras de arte do Estado e da União. (RPECE-IV, p. 6-7).

O importante da utilização desses termos é que a associação do sertão à desertos, difunde a idéia de um clima árido, sem água, de difícil ocupação. A imagem forte de um deserto entrecortado por poucos oásis deixa pouco espaço para afirmações sobre a fertilidade do solo. Este tipo de discurso contribui para uma associação cada vez maior do Ceará com áreas áridas.

Há ainda um discurso que radicaliza a visão da natureza como árida e de sua adversidade para o homem, e que identifica no Ceará a impossibilidade de realização da agricultura e mesmo da pecuária. Todas as tentativas de implantação dessa atividade teriam se revelado infrutíferas economicamente e persistir seria manter ou intensificar a posição de atraso do Ceará. A solução apontada seria investir em uma atividade que não fosse tão dependente das condições ambientais como a agricultura, das quais a eleita quase sempre é a indústria fabril.

Esta é a opinião do presidente Enéas de Araújo Torreão, natural do Rio Grande do Norte e formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, serviu na magistratura do Império, tendo sido o Ceará a única província que administrou. No seu relatório afirma:

É intuitivo que, em futuro mais ou menos remoto, a atividade e os capitais hoje empregados na lavoura e na criação, cujos resultados as secas tornam tão incertos, procurarão na indústria fabril emprego mais remunerador e seguro ao abrigo das calamidades originadas nas irregularidades das estações. A meu ver, é este um dos assuntos que deve ocupar a vossa atenção. Não pode haver estabilidade na fortuna pública desta província, enquanto as suas bases assentarem exclusivamente na agricultura e na indústria pastoril, como ainda acontece. (...) Sem rios, nem grandes reservatórios d'água, a falta de algumas chuvas, basta para determinar enormes prejuízos, que, ferindo diretamente os lavradores e criadores, vão refletir-se desastrosamente em todas as relações econômicas e financeiras. A medida tão discutida e aconselhada da construção de numerosos açudes espalhados por toda a província, pode, sem dúvida, atenuar os males resultantes da escassez e irregularidades dos invernos; mas não me parece suficiente para por o Ceará ao abrigo das calamidades nas grandes secas. Além disso, a idéia é de difícil e morosa execução. (...) Conviria, portanto, que se estudasse outros meios que se não neutralizassem inteiramente, ao menos modificassem os efeitos das secas. De todos os que apresentam a nosso exame, o mais eficaz, segundo penso, é o desenvolvimento da indústria fabril, de que hoje temos apenas limitados ensaios. De fato, quando o Ceará possuir um bom sistema de vias-férreas, e conseguir que a sua fortuna tenha por base as variadas explorações desse ramo de indústria, terá resolvido em grande parte o máximo problema. Então as secas produzirão ainda prejuízos, mas não hão de ser ocasião das imigrações em massa e dessa pavorosa soma de misérias, que por mais de uma vez tem reduzido a província a condições aflitivas. (RPPCE-XXV, p.82, 88).

Estas idéias haviam sido desenvolvidas também por Alípio Pereira da Silva em 1885, quando publica no Rio de Janeiro uma memória intitulada *Considerações Gerais*

sobre as províncias do Ceará e Rio Grande do Norte. Natural do Aracati e oriundo de uma família de negociantes, o autor escreveu alguns trabalhos sobre o Ceará, deixando, ao morrer em 1900, inédito uma *monografia sobre a Serra de Baturité* (STUDART, 1980). Neste trabalho o autor apresenta várias idéias que vão de encontro ao que publicaram vários autores regionais. O autor defende a idéia de que essas províncias não são favoráveis à agricultura, devendo ser incentivada a extração do sal e a indústria têxtil, atividades que não sofrem com as secas. Segundo ele, haveria uma espécie de compensação da natureza, que não proveria todos os recursos em uma região, mas ao mesmo tempo, não deixaria nenhuma desprovida totalmente destes, restando ao homem saber aproveitá-los adequadamente.

Um aspecto importante neste trabalho reside no fato de que para o autor, diferente de todos os outros aqui analisados, as províncias do Ceará e Rio Grande do Norte não possuem vocação para a agricultura e todas as tentativas de dotá-las dessas atividades resultarão em nada, na medida em que o homem não deve tentar contra aquilo que a natureza estabeleceu.

É um engano manifesto este com que o governo procura iludir a si próprio, querendo convencer-se da possibilidade de tornar o Ceará uma província agrícola por meio de grandes açudes de irrigação, sob o fundamento de desenvolver ao mesmo tempo a uberdade do solo, dando assim nos períodos calamitosos das secas elementos de vida à província. A decepção não se fará esperar, estamos intimamente convencidos. Que fatalidade persegue aquela província! Tentar fazê-la à força uma região agrícola! Como? Com os elementos indicados? Não! Seria uma loucura (SILVA, 1985: 88).

A área que ocupa o Ceará e o Rio Grande do Norte não seria aproveitável pela agricultura, na medida em que o homem não possui condições de lutar contra a natureza. No entanto, cada região do globo foi dotada pela natureza de características próprias, existindo uma espécie de compensação, nas palavras do autor:

Quando observamos o Universo e lançamos as vistas para os cantos mais recônditos de cada país, nos maravilhamos do modo porque o Criador fez a partilha dos bens naturais, tão diversos entre si, dando a uns o frio intenso, a outros o calor abrasador; aqui o solo apropriado à cultura de cana, do café e do arroz; ali a do trigo e a da vinha; acolá a do algodão; em

um ponto do terreno próprio para a criação; mais adiante as salinas; em certa região a facilidade do preparo das carnes e dos peixes em conserva; em outra a do estabelecimento das manufaturas. O que não se pode ver, porém, é tudo reunido em um só ponto. A esta diversidade de distribuição harmônica da natureza está ligada, é certo, uma ordem geral a que se subordinam todos os países cultos, estabelecendo leis que garantam os direitos e o bem-estar dos povos e o desenvolvimento dos elementos de sua prosperidade, segundo as propensões, o clima e o meio, enfim, em que esses povos vivem (SILVA, 1985: 86).

Segundo essa lei de compensação, ao mesmo tempo em que a natureza não permite a agricultura na região, facilitou uma outra atividade: o sal. Tal atividade estaria em perfeita associação com a natureza da região e por isso estaria certamente fadada ao sucesso. A natureza, dotada de uma espécie de consciência não deixaria em lugar algum o homem desprevenido de suas necessidades. No entanto, caberia ao próprio homem saber utilizá-lo, fato que até aquele momento não estaria acontecendo nas províncias em questão, daí a origem de todos os problemas.

Esse trabalho representa uma novidade na discussão analisada até agora, na medida em que não identifica a seca como um problema, mas como um fator a favor do progresso da região. A solução para os problemas que a região enfrenta não estaria em tentar diminuir a atuação das secas, mas saber aproveitá-las como um recurso. Os projetos de açudagens, já então preconizados por vários autores, seriam lutar contra a natureza, e por esta razão de nada resultariam.

Este tipo de discurso radical em relação às possibilidades da natureza não encontra muito respaldo entre os cearenses, permanecendo circunscrito e sem grande difusão. Até mesmo Thomaz Pompeu, dono de uma indústria fabril, e entusiasta desta atividade, não vê o futuro do Ceará atrelado unicamente a esta atividade, identificando na agricultura ainda a vocação natural da província.

Essa análise realizada sobre as representações em torno da natureza no Ceará revela muitas contradições no interior dos discursos, mas é capaz também de mostrar uma tendência que se intensifica com o passar dos anos de identificação do Ceará como uma região árida, na qual as idéias de fertilidade encontram pouco espaço. Assim, a seca vai aos poucos deixando de ser algo externo ao meio, apesar de cíclica, passando a ser um agente inerente à própria natureza. É nesse contexto que o discurso sobre a

necessidade de intervenção ganha também cada vez mais força, apesar de ser uma constante nos relatórios de presidente, a identificação das intervenções necessárias para a província/estado, tal qual analisarei no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

Intervir é preciso: a afirmação da idéia de intervenção

A idéia de que existia a necessidade de obras, sobretudo açudes, para contornar ou mesmo transformar os efeitos do clima é bastante antiga. Antes da seca de 1877 alguns presidentes da província já haviam tentado soluções nesse sentido, dentre os quais destacam-se o Senador Alencar (1835), Inácio Correia de Vasconcelos (1847), Fausto Augusto de Aguiar (1848), Silveira de Sousa (1859) e Lafaiete Rodrigues Pereira (1864) (BRASIL SOBRINHO, 1982: 77). O presidente Antonio Herculano da Cunha em mensagem à Assembléia em junho de 1856 já falava da necessidade de construção de açudes (RPPCE-XXIVa). Além disso, como foi visto, em 1860 Raja Gabaglia, havia publicado um longo trabalho visando especificamente as obras que deveriam ser realizadas para “melhorar o clima do Ceará”, mas também já foi apontado como é somente durante a seca de 1877 que tal trabalho ganha discussão.

Não é nenhum erro afirmar que é somente a partir 1877 que a discussão acerca da seca e do clima ganha relevo, sobretudo nas esferas do poder central, tendo em vista o fato de que é somente a partir dessa data que este começa a atuar sobre o problema. Antes desse período, algumas administrações realizaram construções de pequenos açudes espalhados pelo interior sem, no entanto, contar com a intervenção do governo central e a discussão não se fazia tão intensa.

O caráter de catástrofe a que é ligada a seca de 1877, desorganizando toda a economia da região, fornece então um campo fértil para o desenvolvimento da idéia de que o meio do Ceará, ao contrário de outros lugares do Brasil, necessita de intervenção para se tornar produtivo ao homem. Somando-se a isso, a identificação da região com uma área onde o meio é problemático, analisada no capítulo anterior, tem-se a justificativa para a criação de um órgão que visasse a resolução do problema, assunto do capítulo seguinte.

O objetivo deste capítulo é analisar as idéias que se baseavam na necessidade de intervenção e sua construção a partir de 1877 até a criação da IOCS em 1909. Serão analisados os pedidos de obras que faziam os administradores provinciais, nos quais a atribuição deste fato como uma questão central para o futuro da província faz-se uma

constante. Serão analisados também os estudos realizados por técnicos e outros, que de certa forma calçavam esses pedidos, também atribuindo a estas obras um caráter inevitável de salvação. Em uma segunda seção, serão discutidas as comissões de combate à seca e de açudes que, a partir de 1877, são criadas e desfeitas pelo governo central, cabendo uma análise sobre os percursos e contextos que acompanhavam essas comissões, suas propostas de obras e suas interpretações do meio e das potencialidades que Ceará.

4.1. Os pedidos de obras

Os relatórios de presidentes de província, apesar de não se dirigirem diretamente ao governo central, mas sim à Assembléia, em geral apontam o que seus administradores acreditavam ser as principais necessidades da província. Sendo assim, os presidentes de província não deixam de imprimir nesses trabalhos as atitudes que esperam que o governo central tome, além de descreverem os auxílios que são por eles recebidos.

A idéia de que o Ceará é uma província carente de benfeitorias é comum a praticamente todos os administradores. No discurso dos presidentes de província e de estado, a ausência de infra-estrutura é uma das queixas mais recorrentes, fato que pode ser atribuído também à própria natureza do documento, que tem como uma das finalidades apontar as necessidades locais e justificar o pedido de verbas e de obras. Assim, o discurso da necessidade se faz perfeitamente cabível³⁶. No entanto, a discussão sobre os efeitos das secas e os meios de remediá-los fortalece e intensifica cada vez mais essas solicitações.

Ainda durante a seca 1877, em seu segundo relatório, o presidente Caetano Estelita, apontava a necessidade de obras, a partir da constatação de que nada havia sido realizado na província até então.

³⁶ Essa mesma estrutura é encontrada nos Relatórios de Presidente de Província do Maranhão por ALMEIDA (1983).

Numa província em que se pode dizer, **tudo está por fazer**, só com o emprego de largas somas se poderá levar a execução obras de necessidade e proveito para ela (RPPCE-II, p. 22).

A idéia de que quase nada tem sido investido na província, e de que por isso mesmo há muito ainda por fazer acompanha praticamente todos os relatórios. Essa idéia é utilizada também para calçar o pedido de verbas, uma vez que a constatação de que muitas obras são necessárias, reforça a solicitação de avultadas quantias para a província.

Apesar de esse aspecto ser comum à imensa maioria dos relatórios, as diferenças aparecem, quando esses presidentes apontam para as prioridades, e necessidades mais urgentes para a redenção da província. A isto, atribui-se os diferentes interesses a eles ligados, mas também as diferentes formas de encarar as causas do atraso do Ceará. Como ficou patente no capítulo anterior, várias eram as causas atribuídas à parca situação econômica da província. Essas diferentes concepções do problema repercutem na formulação das estratégias para debelá-lo. Assim, a associação muito comum do atraso regional à seca faz com que boa parte das queixas quanto à pouca assistência do governo central sejam dirigidas à falta de obras para resolução do problema. Nesse caso também, as diferentes concepções das causas e do que representava o problema da seca, também originaram demandas por diferentes obras.

O presidente Pedro Leão Veloso, em 1881, acredita na intervenção dos poderes públicos para fazer crescer o progresso da província atuando sobre “os influxos naturais”. Tal crescimento deveria ser tanto maior quando mais rápida a intervenção.

A produção há de crescer com a evolução natural da sociedade, **tanto mais apressada quanto mais estimulada pelos poderes públicos**, empenhados, no que deles depender, em neutralizar os influxos das causas naturais, que tanto concorrem para retardar a marcha progressiva da província (RPPCE-IX, p. 11).

A associação que muitos presidentes fazem entre a seca e o atraso da província faz com que as obras consideradas prioritárias sejam aquelas ligadas ao problema das secas. No mesmo relatório, em uma seção mais adiante, Leão Veloso afirma:

Se o Ceará deve permanecer como uma das mais belas estrelas que formam a constelação do Império Brasileiro, não podem os poderes nacionais olvidar que a província está sujeita periodicamente às secas, contra cujos efeitos cumpre resgardá-la, até onde foi possível a previdência humana. (RPPCE-IX, p. 23).

Assim, a permanência do Ceará enquanto uma província voltada para o progresso está diretamente ligada ao “resguardo” dos efeitos das secas. No discurso de Leão Veloso, assim como em tantos outros a construção de açudes é a principal medida indicada.

É assunto de interesse **vital** para esta província a organização de um sistema de meios adequados a **neutralização dos terríveis efeitos das secas** a que está ela sujeita. (...) Dentre as idéias suscitadas, há uma, que, apesar de combatida por alguns como improficua e até nociva, reuniu afinal adesões quase gerais, – conquistou a opinião. Refiro-me à **construção de açudes ou represas d’água** que após das discussões mereceu a sanção da ciência e da experiência, e a consagração oficial. A dolorosa experiência, por que passou a província com a última seca, veio em apoio da construção desses reservatórios. (...) **Sua construção hoje é idéia vencedora**, reclamando apenas realização sem que os poderes públicos esperem nova calamidade para levá-la a efeito. (RPPCE-IX, p. 77).

Leão Veloso faz menção à discussão dos engenheiros sobre a forma de se evitar as estiagens no Ceará, da qual o debate travado no Instituto Politécnico, analisado no capítulo II, faz parte. Leão Veloso assume o discurso tecnicista e intervencionista dos engenheiros e sua solução através da açudagem, como aquele capaz de dar solução, não só para o problema da seca no Ceará, bem como estabelecer o progresso na província. É assim que doravante, a maior parte dos presidentes assinalam essa solução como a mais proficua e os trabalhos que passam a ser realizados, seja pelas comissões de engenheiros nomeadas pelo governo central, sejam aquelas pequenas medidas tomadas pelo governo provincial, passam a tomar destaque nos relatórios dos presidentes como as medidas mais importantes que estejam sendo tomadas.

Durante a permanência da comissão do engenheiro J. J. Revy, enviada e coordenada pelo Ministério da Agricultura, os relatórios dão conta da esperança deste

empreendimento para a mudança do caráter atrasado da província. Carlos Honório Benedicto Ottoni, em 1885, demonstra fé nas obras da comissão:

Vivamente interessado pela realização deste maravilhoso empreendimento, **que sem dúvida mudará a face desta província**, vítima das mais dolorosas secas, realizei uma viagem à bacia do Reservatório de Quixadá, em companhia do chefe da comissão Dr. J. J. Revy, a fim de visitar os trabalhos preliminares da exploração e os vales irrigados do Satiá. Esta visita me deixou a mais grata das impressões. (RPPCE-XX, p.105).

Desta visita, Benedito Ottoni para garantir a perpetuação dos trabalhos da comissão e das obras sem interrupção, envia telegrama ao ministro da agricultura dando notícias do andamento da comissão e de suas impressões sobre o trabalho, do qual conclui:

Tive a melhor impressão desta visita, e tendo-a terminado dirijo a V. Ex. os agradecimentos e congratulações desta província pela iniciação de tão auspicioso melhoramento, **que é questão de vida para o Ceará**. (RPPCE-XX, p. 105).

Em favor dos projetos de açudagem e irrigação, Bedicto Ottoni utiliza os mesmos argumentos que Revy, apontando para o sucesso que obtiveram a Índia e a Itália com a realização dessas obras. Assim, nas palavras de Revy, citado pelo presidente:

A construção de reservatórios no Ceará pelo governo do Brasil, sob uma firme e generosa administração e uma providente política, nos limites que a natureza tem imposto pelas condições geográficas, **fará o Ceará ser para o Brasil o que Milão é para a Itália**; e ousou manifestar a esperança de que as ilustrações do governo imperial, por meio de seus juízos e decisões independentes, dará àquela província a prosperidade que os governantes da Itália, durante os séculos passados, concederam à sua feliz e florescente Milão. (RPPCE-XX, p. 106).

A comparação das obras de açudagem e irrigação que deveriam ser realizadas no Ceará com aquelas realizadas no Egito, na Índia e na Itália, é uma constante não só nos relatórios dos administradores, bem como nos trabalhos dos engenheiros responsáveis

pelos estudos de viabilização das obras, e em seus relatórios de atividades realizadas. Isso se dá também, sobretudo em função desses dois primeiros países serem fortes concorrentes do Ceará no mercado de algodão europeu. A intensificação da produção de algodão na Índia e no Egito, sob controle da Inglaterra, foi um dos fatores causadores da diminuição da produção de algodão no Ceará. Essa intensificação da produção desses países é sempre atribuída às obras de irrigação que teriam sido feitas sob a coordenação da Inglaterra, muitas vezes esquecendo-se que a concorrência deles também se devia ao fato de estarem eles submetidos politicamente ao Império Britânico, principal consumidor do algodão.

Quando presidente do Ceará, Miguel Calmon du Pin Almeida, também coloca a necessidade de construção de açudes para o estabelecimento do progresso na província, no entanto, ele também elege outras necessidades que, se satisfeitas em conjunto com a solução hidráulica, serão as responsáveis pelo avanço na região:

Quando forem construídos os **açudes projetados e for irrigada grande área agrícola da província**, quando, concluídas as **estradas de ferro**, ficar o centro em fácil comunicação com o oceano, podendo explorar em toda a sua plenitude suas riquezas; quando **escolas profissionais** habilitarem o trabalhador cearense a tirar da terra o produto que lhe é próprio e na maior quantidade, quando **bancos agrícolas** facilitarem ao agricultor inteligente capitais a juro baixo, para desenvolver a cultura de suas terras, será ocasião de conhecer qual a força produtiva da província, e então o Ceará, cujo solo é o mais apropriado à cultura do algodão **terá entre suas irmãs lugar proeminente pela sua agricultura**. (RPPCE-XXXIII, p. 56).

Assim, apesar dos açudes serem sempre a principal solução apontada, alguns administradores visualizam a necessidade de outros investimentos para combater as secas e para tornar a província produtiva. A construção de escolas, principalmente as de nível técnico³⁷, voltadas para a agricultura, a maior acessibilidade a financiamentos por parte dos agricultores e a construção de estradas de ferro são as outras medidas mais

³⁷ A solução de construção de escolas técnicas é apontada por alguns daqueles que identificam o ócio e a falta de técnica adequada no manejo com o gado e a agricultura como um dos principais problemas da província. Assim, o problema, bem como a solução, para estes autores estaria muito mais no homem que na natureza.

recomendadas. Esta última, facilitando a comunicação entre as diferentes regiões da província, além do escoamento da produção que se intensificaria com a promoção da açudagem e da irrigação, é bastante citada.

Thomaz Pompeu Brasil, em seu relatório sobre a agricultura apresentado ao presidente Costa Barradas em 1886 conclui, como já foi indicado no capítulo anterior, que o maior problema da província são as secas, dessa forma, a solução para os problemas estaria na nulificação de seus resultados. No entanto, além da seca, Tomaz Pompeu visualiza também no agricultor e na sua falta de instrução e de técnicas adequadas para a produção as causas do atraso da província.

(...) conluo que o maior obstáculo ao desenvolvimento industrial da província provém das secas e do espírito rotineiro do agricultor. A questão central, **o grande problema a resolver**, consiste em descobrir os meios de **debelar ou de minorar os efeitos das secas**, alargando ao mesmo tempo a esfera da **instrução dos camponeses**, em ordem a convencê-lo da necessidade de seguir processos novos no amanho de suas terras (RPPCE-XXIVa, p. 16).

Assim, Pompeu credita à açudagem a solução para os problemas da agricultura, bem como a instalação de escolas técnicas agrícolas por toda a província. A primeira solução, a açudagem, já estaria incorporada pela própria população como a melhor solução, para o problema, não havendo mais necessidade de discuti-la, a construção de escolas técnicas é que necessitaria de um maior apoio para que se consolidasse como uma solução viável para a província.

Predomina em geral entre as medidas aconselhadas a construção de reservatórios de maior ou menor extensão. Sejam, porém, quais forem os resultados esperados deste melhoramento, em relação às quadras climatéricas, está no ânimo de todo cearense, com especialidade dos que residem no alto sertão, que é o açude a principal condição de bom êxito na lavoura. É uma idéia que se popularizou na província e adquiriu certa consistência na opinião. (...) De fato, quando se considera que a água é o principal agente germinativo e que o meio mais fácil de havê-la é retê-la em cavidades do solo, ou represá-la no leito das torrentes e rios, não surpreende a primazia que os povos civilizados deram desde os remotos períodos históricos às obras deste gênero. (...) Irrigação é sinônimo de fertilidade. (RPPCE-XXIVa, p. 22).

O presidente Henrique Francisco d'Áquila, senador e ex-ministro da agricultura, fala no seu relatório de sua atuação no senado a favor do Ceará e, mais uma vez, identifica a seca como o principal problema da província, inerente a ela e que, como tal, deve ser combatida energicamente.

Prosegui no Senado, nessa santa cruzada da regeneração do Ceará, e em todas as reuniões daquela Câmara do nosso parlamento, minha franca voz se fez ouvir em prol dos interesses vitais desta província, chamando a atenção dos poderes públicos nesse sentido, lamentando e profligando a sua desídia, inércia e abandono em questão tão momentosa, e que hoje constitui uma das maiores vergonhas do Império do Brasil, unidos cancores que lhe corroem mais rapidamente as entranhas, e o desacreditam perante as nações do Universo! E na realidade, como poderá o Brasil pedir honestamente braços ao velho mundo, quando falta-lhe patriotismo e civismo para libertar grande parte dos que possui em seu agigantado solo, da miséria, da fome e dos desastres da seca?! (RPPCE-XXVII, p. 4).

Dessa feita, Francisco d'Áquila conclui então da necessidade das obras de “salvação” do Ceará, que seriam, sem dúvida, o acúmulo de água para as populações mais desamparadas:

Sejam as obras de salvação do Ceará nossa exclusiva preocupação. Sacrificai a elas tudo, e ficai certos de que nossos vindouros nos abençoarão, e o Ceará não terá rival em poder e riqueza de todo o gênero. (RPPCE-XXVII, p.6).

Com a instauração do governo republicano e conseqüente transformação na forma de escolha dos presidentes de estado, a identificação da açudagem como a solução final para o atraso do Ceará continua forte. Nogueira Accioly faz questão de reafirmar o caráter imprescindível das obras de açudagem para o estado e com isso garantir os investimentos do governo federal. Em seu relatório de 1898 afirma:

É portanto lugar comum afirmar-se que a açudagem e os meios rápidos de comunicação são a solução capital e prática do problema das secas periódicas. (...) Os socorros públicos prestados sem plano, urgidos pela crise, se não inteiramente perdidos para o tesouro federal por melhorarem

a sorte dos indigentes, pouco aproveitam na previsão de futuras secas. (...) Se nesse intervalo ou melhor, nessa trégua de infortúnios, ou mesmo no declínio das crises, os governos tivessem a visão clara das necessidades reais da zona por ela flageladas, se a medida que favorecessem e promovessem o povoamento dos Estados do sul cuidassem em tornar permanente, estável, a população batida e expulsa dos seus lares pelas secas, não só evitariam parte dos enormes dispêndios, que elas acarretam como pelo fomento da produção, pela multiplicação da atividade, da riqueza e da população, pela valorização do solo, retirariam indiretamente compensações mais que remuneradoras do capital empregado nas grandes obras de irrigação e transporte (RPPCE-VIII, p. 26).

Para Nogueira Acioli, além da açudagem, o segundo item a ser pensado também como solução para a província é o estabelecimento de meios de comunicação adequados que, como vimos anteriormente, em conjunto com a criação de estabelecimentos de ensino, representa a segunda medida mais recomendada.

O presidente Pedro Borges, administrando a província durante a ocorrência de mais uma seca, envia uma carta ao presidente da República, Campos Sales, relatando a situação em que se encontrava seu estado e solicitando medidas que resolvessem o problema.

Sendo as secas que devastam o Ceará, determinadas por causas meteorológicas, incertas e variáveis, não está nas forças do homem impedi-las, mas somente neutralizar seus perniciosos efeitos. Os que, com reconhecida competência, têm feito estudos sobre a matéria, hão expostos as diferentes medidas que julgam mais acertadas e convenientes para debelar o flagelo. Mas afastando quaisquer considerações sobre divergência de opiniões, são idéias vencedoras a construção de reservatórios d'água e de estradas de ferro. (RPPCE-XI, p. 26).

Com isso, Pedro Borges aponta para a necessidade da extensão da estrada de ferro de Baturité até o Cariri e para a construção do açude de Quixadá como as medidas mais importantes.

A construção de estradas de ferro é vista também como a grande redenção para o Ceará e representa o segundo pedido de intervenção mais comum nas estratégias de melhoramento das condições da região, vindo atrás apenas da solução da açudagem. Isso se dá também pelo fato apontado por Evaldo Cabral de MELO (1999: 191) de que

durante o Segundo Império, as estradas de ferro constituíam a forma predominante que tomaram os investimentos públicos de caráter reprodutivo, representando um sinal visível de ação governamental nas províncias.

Nesse sentido a seca de 1877 representou um incentivo ao Governo Central na construção de estradas de ferro no norte, fazendo com que a crescente diferenciação de tais investimentos entre o norte e sul não se fizesse tão grande, através da construção das ferrovias de Baturité e Sobral no Ceará e de Paulo Afonso, ligando o baixo e médio São Francisco.

São essas representações que servem como fundamentação para o estabelecimento de todas as comissões e finalmente da IOCS. São elas também que orientam o estabelecimento das atividades que são definidas como as prioridades de ação.

4.2. As comissões

Após a dissolução da comissão de engenheiros que visitou o Ceará em 1877, foi somente em 1880 que uma nova comissão retorna à província com o intuito de estudar as obras de engenharia necessárias. Um aviso do Ministério da Agricultura de 19 de julho de 1880 incumbe o engenheiro Júlio Jean Revy de proceder a estudos para exame e escolha de localidades apropriadas para a construção de depósitos de água “que para no futuro atenuem os efeitos das secas, fornecendo aos habitantes do interior o necessário para a alimentação e irrigação” (RPPCE-VIII, p. 34), tendo sido posto a sua disposição um crédito de 30 contos de réis para todas as despesas. As recomendações que esta comissão recebeu podem ser vistas no Relatório do presidente André Augusto de Pádua Fleury.

As instruções que acompanharam ao referido aviso, indicaram algumas localidades que de preferência devem ser estudadas, como o boqueirão de Lavras, na vizinhança da vila de mesmo nome; boqueirão de Arneiroz e Saboeiro; boqueirão de Quixeramobim, a uma légua da cidade deste nome;

e finalmente o açude conhecido pelo nome de Satiá. Os estudos devem ser divididos em reconhecimentos e explorações, aqueles para se julgar das condições favoráveis locais e fornecer os elementos de comparação e determinativos da preferência, e estes para, resolvida a preferência, habilitar o perfeito conhecimento das localidades preferidas e organização dos projetos definitivos dos reservatórios. Fizeram-se outras recomendações no sentido de habilitar o governo a empreender a realização deste grande melhoramento, do qual depende, em parte, o futuro da província. (RPPCE-VIII, p. 35).

Assim, a comissão já veio ao Ceará com algumas localidades preestabelecidas, devendo realizar o reconhecimento desses locais e sua viabilidade que, uma vez constatada, seguiria a organização do projetos dos açudes. Essa constatação revela um conhecimento anterior de algumas áreas mais propensas à construção dos açudes, a partir de reconhecimentos que já haviam sido apontados anteriormente pelos estudos de Gabaglia e da própria comissão que havia visitado a província no final de 1877 e começo de 1878.

O engenheiro Revy era incumbido de expor mensalmente o seus trabalhos ao presidente da província, e de trimestralmente enviar um relatório à secretaria de Estado. Dessa forma, Revy envia relatório ao ministro da agricultura em 1 de janeiro de 1881. Desse relatório, tudo o que é sabido, através do relato do presidente André Augusto de Pádua Fleury é que nele eram tratados os seguintes temas: Vale do Jaguaribe; Boqueirão da Lavras; Reservatório das Lavras; irrigação das planícies de Icó; irrigação das planícies do Limoeiro; Russas e vizinhanças; porto do Araracti; e por final, além da conclusão, a soma das despesas orçadas. (RPPCE-VIII). Vê-se portanto que os trabalhos da comissão avançaram bastante daquelas áreas que haviam sido preestabelecidas pelo Ministério da Agricultura, revelando um amplo trabalho de estudos por parte da Comissão.

Em 23 de julho de 1881 chega nova ordem do governo central autorizando a presidência da província a realizar alterações nas preferências estabelecidas pelas instruções anteriores. Com isso, o presidente Pedro Leão Veloso ordena que seja priorizada a área de Quixadá. A partir de seus estudos, Revy havia projetado três

grandes açudes para o Ceará, em Lavras, Itacolomy e Quixadá, sendo este último o de menores dificuldades para a construção e de menor custo orçado³⁸.

A partir dessa resolução, a construção desse açude passa a tomar caráter de prioridade entre as obras necessárias à província. O objetivo da construção desse açude era, para a comissão, não somente acumular água, mas também criar uma bacia de irrigação que visasse a produção de algodão para o mercado externo³⁹, sem no entanto, se preocupar suficientemente com o regime de produção ou com a divisão das terras.

Em 12 de maio de 1882 é expedida pelo Ministério da Agricultura uma portaria pela qual deveria reger-se uma comissão encarregada da construção do açude de Quixadá e que liberava a encomenda de várias máquinas na Europa, necessárias à obra. No entanto, com a troca de ministério, no ano seguinte a portaria é revogada, por julgar-se que esta deveria primeiro ser votada pela Assembléia Legislativa, arcando-se com as encomendas que já estavam em andamento na Europa, que ao chegar ao Brasil, ficam armazenadas em diferentes pontos da província. Esse mesmo Ministério envia mensagem ao Congresso sugerindo que as obras do Açude de Quixadá fossem aprovadas como uma espécie de laboratório para futuras outras intervenções, como se vê:

Permitir-me-eis, entretanto, sugerir-vos a conveniência de decretar a construção deste primeiro reservatório, como padrão e exemplo, que poderá incitar a iniciativa particular a custear, mediante concessões, este novo ramo industrial. A primeira construção não só mostraria praticamente a influência dos reservatórios de tal natureza, mas, realizada sob direção de especialistas, serviria a preparar pessoal idôneo para este gênero de trabalho, inexperimentado entre nós (Relatório do Ministério da Agricultura, 1883: 244).

³⁸ O açude de Quixadá foi orçado em 1.084:000\$000, devendo formar uma bacia central com uma área de 631 hectares e capacidade para armazenar 80.000.000 m³ de água, além de três ramais, pertencentes a vales distintos que conteriam 60.000.000 m³ de água, o que elevaria a capacidade de acumulação de água para um total de 140.000.000 m³ (Relatório do Ministério da Agricultura, 1883: 243).

³⁹ Mais de uma vez a produção de algodão aparece como a principal atividade que se beneficiaria da construção dos açudes nos relatórios de Revy, tendo inclusive estado presente no Relatório do Ministério da Agricultura, como pode-se ver: "O distinto engenheiro Jules Jean Revy, autor dos projetos, pondera a este respeito que plantações irrigadas produziriam até dez vezes mais do que a cultura atual extrai do solo, acrescentando que, por este método, a província do Ceará poderia rivalizar na cultura do algodoeiro com a privilegiadas zonas do Alabama, Luiziana, Geórgia e outras da América do Norte" (Relatório do Ministério da Agricultura, 1883: 243). Na verdade, essa idéia é prontamente aceita pela administração provincial e boa parte da elite, como uma forma de se tentar reverter o quadro de declínio por que passava a produção algodoeira.

Em 31 de outubro de 1884 é nomeada uma comissão pelo ministério da agricultura para a construção do açude de Quixadá, tendo como chefe ainda o engenheiro J. J. Revy, no entanto, desde o início dos trabalhos, o relacionamento entre o chefe da comissão e parte de seus quadros técnicos é problemática, tendo sido remetidos ao Ministério vários ofícios dando conta da situação atribulada no seio da comissão, tendo este realizado várias intervenções, reduzindo drasticamente o número de funcionários e paralisando os trabalhos. Revy, chamado à Corte para dar satisfações, nem retorna à província, sendo logo incumbido das obras de saneamento do Rio de Janeiro. Em função desses fatos, em 6 de maio de 1886, é baixada uma portaria dissolvendo definitivamente toda a comissão, ficando o material por ela deixado a cargo da Estrada de Ferro de Baturité.

A idéia de fertilidade do solo cearense, comprovada pelos altos índices de crescimento populacional verificados no Ceará, desenvolvidas, dentre outros, por Revy, aparece também no relatório do Ministério da Agricultura de 1881, no qual o ministro afirma:

Na opinião deste engenheiro é o Ceará uma das províncias mais férteis e salubres do Império: do que é prova, por um lado o desenvolvimento da população que, antes da última seca, era a mais densa do Brasil – 7 pessoas por quilômetro quadrado, segundo recenseamento geral de 1872 – e por outro o vigor da vegetação e a qualidade e variedade dos produtos agrícolas. (Relatório do Ministério da Agricultura, 1881: 169).

Tem-se assim, como em outros, ainda uma visão idealizada do Ceará, na qual aparecem as idéias de vigor da vegetação, contrastando com a forma áspera com a qual a caatinga passa a ser reconhecida mais tarde, mas também a idéia de qualidade e variedade dos produtos agrícolas, em uma província onde o principal produto, o algodão, sofria com a queda do preço, tendo sua produção cada vez mais desorganizada, como já vimos anteriormente.

Em 1888, o ministério da agricultura encarrega novamente o engenheiro J. J. Revy da chefia para a construção do açude de Quixadá. Encarregado do saneamento do Rio de Janeiro, Revy impõe seu aceite à condição de lhe ser dado plenos poderes sobre

a comissão, para que se evitasse os problemas anteriores. Concedida sua exigência, Revy chega a Fortaleza em janeiro de 1889, sendo recebido com festa por centenas de pessoas, com fogos, banda de música e jantar com o presidente Caio Prado, o que evidencia o prestígio que o engenheiro e os trabalhos de açudagem haviam alcançado no Ceará. Trabalhando em plena ocorrência de mais uma seca, Revy se vê acusado de ter utilizado parte da verba das obras no socorros às populações afetadas pelo flagelo, mas denúncias essas que não vão adiante. Em agosto, o Príncipe d'Orleans visita as obras e declara que concluído o açude de Quixadá, seria o maior do mundo.

Além da Comissão do açude de Quixadá, em janeiro de 1889, o governo contrata a firma de B. Dixon Armstrog para proceder à perfuração de 10 poços artesianos no Ceará, no prazo de quatro anos, que durante a seca deveriam abastecer a população. Os trabalhos prosseguem mesmo com a proclamação da República em novembro, mas de forma extremamente morosa.

Com o a derrocada do Império, Revy é destituído da chefia da comissão, mesmo assim, prepara ainda um relatório ao novo presidente do estado Luiz Antonio Ferraz no qual expõe o andamento das obras durante sua chefia, terminando por afirmar que:

Depois de anos de lutas e contrariedades sem igual com jornalistas e advogados em questões meramente científicas, e inteiramente estranhas à política dos partidos, venceu no espírito público a idéia de alguns Grandes Reservatórios contra muitos Pequenos açudes para suprimento d'água em grande escala à agricultura cearense. Porém, a questão de irrigações continua ainda hoje na obscuridade, mesmo com espíritos adiantados; e pode-se dizer, que sobre o sistema de "irrigação" de grandes superfícies do terreno, ainda nada se sabe no Ceará; e que nenhum cearense pode apreciar o valor e a importância de tais obras para o futuro desenvolvimento de seu Estado. É preciso ver a irrigação de uma fazenda de uns 50 hectares de superfície, para apreciar e entusiasmar-se da fonte produtora de terrenos assim lavrados; fonte garantida mesmo em anos de secas devastadoras (REVVY, 1890: 22).

Revy é então substituído pelo engenheiro paulista Ulrico Mursa, formado na Alemanha, que realiza algumas alterações no projeto anterior, aumentando a área que seria alagada pelo açude. Pouco tempo depois, um acidente obriga sua substituição pelo engenheiro José da Cunha Figueiredo que, por sua vez, foi substituído pelo engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, que em pouco tempo ocuparia a lugar de Revy como a maior

autoridade e grande responsável pelas obras de açudagem no Ceará na primeira década do século XX.

Piquet Carneiro, além de encarregado das obras do açude de Quixadá, ficou responsabilizado também pela construção de outros quatro açudes e dos canais que deveriam fazer a irrigação dos terrenos próximos a Quixadá.

Em 1899 Piquet Carneiro prepara um relatório sobre o açude de Quixadá e a irrigação no vale do Satiá que é publicado somente em 1906. Trata-se de um estudo de caráter eminentemente técnico, mas baseado em alguns conhecimentos sobre o espaço cearense, oriundos sobretudo dos trabalhos do Senador Pompeu. Assim, quanto às séries de medições pluviométricas que publica afirma:

A primeira série até junho de 1877, vem publicada nas obras já citadas, do Senador Thomaz Pompeu, intitulada – Memória sobre o clima e secas do Ceará – e quem não conhecer, por observação própria, este clima, lendo esse trabalho verificará que não são as secas ordinárias anuais que afligem o povo cearense e que prejudica, pois que aos períodos semestrais de seca, mais ou menos intensa, sucede sempre uma fertilidade bem compensadora e a criação de gado recupera rapidamente, logo após as primeiras chuvas, as forças perdidas (CARNEIRO, 1906: 05).

Assim, o engenheiro Piquet Carneiro acredita na forte fertilidade do solo cearense nos períodos entre as secas, justificando a idéia de que bastaria oferecer água para que essa província tudo produzisse. Como todos os demais engenheiros preocupados com as obras de açudagem e irrigação, Piquet Carneiro produz um longo estudo sobre as condições ambientais do Ceará, publicando dados sobre vento, chuva, temperatura, topografia, etc.

É interessante notar ainda que nos trabalhos desse engenheiro, não estão presentes as representações de aridez ou de esterilidade impostas pelo solo ou pelo clima. A justificativa das obras se faz por outro caminho, o de que a província é fértil e bastando apenas resolver o problema das secas esporádicas para que esta seja finalmente levada ao estágio de progresso a que teria direito em função de sua natureza pródiga.

As obras do açude prosseguem morosamente, parando ora pelo excesso de chuvas, ora pela falta de material, até que em 1899 cogita-se em sua transferência para a esfera do governo estadual, o que a mudança do ministério impede que se realize.

Com a seca de 1900, a pressão vinda de diversos setores do Ceará, após vários pedidos de socorros feitos pelo presidente do estado, Pedro Borges, ao presidente da república, senado e câmara dos deputados, é votado por esta última um socorro de 10.000 contos. Parte dessa verba era direcionada à retomada das obras do açude de Quixadá, para cuja chefia foi encarregado novamente o engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, então fiscal da estrada de ferro de Baturité⁴⁰, que retoma as obras do açude e ao mesmo tempo dá início às obras dos canais de irrigação. Ainda nesse ano, com o intuito também de dar trabalho à população flagelada, a mesma comissão de Quixadá coordena a construção de vários pequenos açudes espalhados pela província e o governo ainda encarrega o engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva das obras dos açudes de Acaraú-Mirim e Jordão. No entanto, com o início das chuvas em março de 1901 e estaque no envio de verbas, as obras são em grande parte paralisadas.

A comissão do açude de Quixadá passa então a trabalhar com um número reduzido de pessoas, concentrando-se nas obras dos canais de irrigação, realizadas lentamente e na realização de estudos de açudes localizados em pontos diversos no estado, tomando para si também os estudos de açudagem do vale do Acaraú-Mirim e do Acarape.

Sob o governo republicano, é somente a partir do governo Rodrigues Alves que são encontradas outras medidas (GUERRA, 1981). Em 1904, é dado o primeiro passo na criação de instituições efetivas de estudo e combate à seca, quando o ministro Lauro Muller reorganiza a antiga comissão do açude de Quixadá e cria a “Comissão de Açudes e Irrigação” com sede no Ceará, ainda sob a chefia de Piquet Carneiro, subordinada ao Ministério de Viação e Obras Públicas.

Nesse mesmo período eram criados no Rio Grande do Norte a “Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas” a cargo do engenheiro José Matoso

⁴⁰ Faziam parte da comissão ainda os engenheiros ajudantes João Franklin de Alencar Nogueira, Zózimo Barroso Filho e Alberto Rodrigues. Nas obras sob coordenação de Piquet Carneiro, com a verba votada para socorro público, foram empregados um total de 23.052 operários (BRASIL SOBRINHO, 1982: 1995).

Sampaio Correia e a “Comissão de Perfuração de Poços”, a cargo do engenheiro Pereira Reis. Assim, este é o momento em que pela primeira vez um outro estado, além do Ceará, passa a ser alvo de políticas públicas mais sistemáticas ligadas aos problemas acarretados pelas secas, número que aos poucos se ampliaria.

Em 1905, o governo baixa um decreto criando um fundo anual a ser repassado para os estados afetados pelas secas. Para ter direito de recebimento de tal fundo, os estados deveriam: 1) provar que é periodicamente afetado pelas secas; 2) que consigne em seus orçamentos verbas especiais para obras de combate à seca, não inferiores a 5% de sua receita anual; 3) que as verbas recebidas, escriturada à parte, constituam depósito especial e não sejam desviadas para outros fins⁴¹.

No ano de 1906, o mesmo ministro Lauro Muller fundiu as comissões criadas para o Rio Grande do Norte em uma única “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”, com direção do Dr. Antonio Olinto dos Santos Pires e sediada no Ceará, mas devendo operar nos estados entre o Piauí e a Bahia. Essa demarcação já representava um esboço do que mais tarde seria definido como o polígono das secas. Ela representa também um primeiro esboço de regionalização, abrangendo boa parte daquilo que a partir de então começaria a ser reconhecido como Nordeste. A Comissão de Açudes e irrigação, sob chefia de Piquet Carneiro é mantida.

Nesse mesmo ano, finalmente ficam prontas as obras do açude de Quixadá e de sua pequena rede de irrigação. É constatada, no entanto, a insuficiência hídrica da região para encher o açude até o ponto onde havia sido projetado, fato que se atribui aos invernos fracos que vieram a partir de 1900, tendo a comissão chegado a realizar estudos para transposição das águas do rio Quixeramobim para Quixadá, mas terminando por concluir pela inviabilidade do projeto. Também fica constatada a dificuldade de irrigação nas áreas planejadas em função da porosidade do solo. Em função do malogro das obras de Quixadá, o ministério resolve dar mais ênfase nos estudos e prospecções nas áreas afetadas pela seca e pequenas obras, do que nas grandes intervenções propriamente ditas. Apesar de possuir uma área de jurisdição maior, a superintendência passa atuar, de fato, nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, restringindo seu trabalho praticamente à perfuração de poços.

⁴¹ Como consta no Relatório do Ministério da Agricultura de 1905, página 631.

Em 1º de janeiro de 1908 a superintendência era extinta pelo Ministro Miguel Calmon que restaurava a “Comissão de Açudes e Irrigação” com jurisdição no Ceará e Rio Grande do Norte e regulamento preparado pelo engenheiro Piquet Carneiro, que permanece como o engenheiro-chefe da comissão.

As novas instruções para a Comissão de Açudes e Irrigação foram definidas por uma portaria, que indicava as suas finalidades:

- I. O estudo das condições dos açudes construídos pela União em épocas diversas e o de bacias ou vales apropriados a ser represados.
- II. Rever os orçamentos dos açudes já estudados, orçar os reparos dos estragados e as obras novas a construir.
- III. Fazer gratuitamente estudos, prestar informações, instruir as petições dos particulares que requererem prêmios ou auxílios e alugar materiais de terraplanagem, tudo de acordo com o regulamento que for expedido.
- IV. Fazer propaganda em favor do armazenamento de cereais e de forragens, assim como de processos de aperfeiçoamento de cultura, mantendo uma exposição de máquinas agrícolas, em serviço nos campos de experiência e de demonstração.
- V. Confeccionar uma relação geral das obras construídas, em reparo ou estudadas, com indicação do seu custo, tempo de execução, utilizada, situação em relação ao porto ou estação mais próxima e meios de transporte.
- VI. Propor a execução de serviços aprovados, indicando como devem ser de preferência executados, se por empreitada, por meio de prêmios, ou pelos Estados de acordo com o decreto n. 1396, de 10 de outubro de 1905; ou se pela União, dentro das verbas votadas.
- VII. Propor a construção de quaisquer outras obras ou serviços para o fim de facilitar os transportes, reduzir os custos de obras e simultaneamente debelar os efeitos das secas.
- VIII. Organizar e sujeitar à aprovação do Governo o projeto de regulamento que deva ser observado em cada açude que se concluir e nas respectivas terras irrigadas.
- IX. Manter e melhorar o serviço meteorológico. (Relatório do Ministério da Agricultura, 1907).

Todas essas comissões, bem como suas repetidas desarticulações e reorganizações, serviram como teste e modelo para a criação de um órgão com pretensões muito mais ambiciosas que seria criado em 1909 – a IOCS, tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

A institucionalização da diferença: a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas

A criação da IOCS em 1909, na verdade, representa apenas mais um ato dentre aqueles que o governo federal já vinha tomando desde os primeiros anos do século no sentido de criar mecanismos para intervenção sobre o espaço afetado pelo fenômeno da seca. No entanto, por seu caráter ambicioso, ela representa uma consolidação dentro do Estado brasileiro da idéia de que determinadas unidades da federação realmente necessitam de um combate contra a seca e não podem fazê-lo sozinhas. Representa também o coroamento daquilo que alguns periodizadores da ação contra as secas chamam de fase hidráulica (CARVALHO, 1988), na qual a solução do problema se resume ao acúmulo de água, uma vez que, apesar de não ser a única atribuição dada à IOCS quando de sua criação, a construção de açudes toma quase todas as ações da Inspeção nesse período.

Esse processo é fundamental para a difusão da idéia de um Ceará, e mais tarde Nordeste, árido, em oposição ao Nordeste úmido e opulento da Zona da Mata. Os primeiros estudos realizados pela Inspeção, sejam de caráter meteorológicos, sejam de caráter técnico visando intervenção, já produzem a idéia de um espaço árido e semi-árido, distinto do restante do país, que ela trata de consolidar.

Este capítulo pretende analisar o processo de criação da IOCS, bem como o caráter de seus primeiros trabalhos e estudos que serviram como base para o reconhecimento oficial da existência de um espaço semi-árido, distinto, dentro do país e também dentro da própria região Nordeste.

5.1. O processo de criação da IOCS

As bases gerais do que seria a futura Inspeção de Obras Contra as Secas já vinham sendo discutidas há algum tempo, antes de sua criação oficial em 1909. Alguns dias após a posse de Afonso Penna (15/11/1906), Eloy de Souza foi convidado para

reuniões com o presidente e o ministro Miguel Calmon, onde já teriam sido assentadas as linhas gerais da futura inspetoria. Em seguida, Eloy de Souza redigiu o regulamento e entregou à apreciação dos engenheiros Orville Derby, Euclides da Cunha, Gravatá, Paulo Queiroz, Francisco Sá e Sampaio Correio. Todos sugeriram alterações e esse último apresentou substitutivo, donde seguiram-se algumas discussões que atrasaram os trabalhos (SOUZA, 1983).

É somente em 1909, sob a Presidência da República de Nilo Peçanha que o decreto 7.619, de 21 de outubro, aprovava o regulamento e criava uma Divisão Especial no Ministério da Viação e Obras Públicas, a “Inspetoria de Obras Contra as Secas”, sendo nomeado diretor geral o engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. No entanto, é somente em 1911, com o decreto 9.256 de 28 de dezembro que a IOCS adquire caráter permanente como Repartição⁴².

O regulamento aprovado em 1909 (ver anexo II) trata dos “serviços de estudos e obras para prevenir e atenuar os efeitos das secas que assolam alguns estados do norte do Brasil”. Esses serviços são direcionados assim, apenas para os estados do norte, a despeito da existência eventual de secas em outras regiões do país. Dessa forma, os “estados do norte” já são assim considerados como aqueles merecedores de uma ação mais direta e constante para enfrentar os problemas da seca perante o Estado.

Uma comparação desse regulamento com as recomendação para a Comissão de Açudes e Irrigação analisadas no capítulo anterior revela o caráter ambicioso e muito mais amplo que se pretendia dar à Inspetoria. A IOCS, além da construção de açudes e perfuração de poços para a acumulação de água, deveria ser um órgão encarregado de promover infra-estrutura naquela região.

É interessante ressaltar que dentre os serviços que deveriam ser executados, o estudo e obras de açudes aparecem apenas em quarto lugar, ficando as estradadas de ferro principais, secundárias e estradas de rodagem com as três primeiras indicações. A despeito disso, das dez indicações, cinco correspondem a estudos e obras de caráter hídrico e meteorológico e é sobre elas que a Inspetoria concentrará seus trabalhos, ficando os estudos sobre estradas de ferro e de rodagem em posição secundária.

⁴² Em 1919 a IOCS tem o nome alterado para IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e finalmente e 1946 ganha status de departamento e seu nome é alterado novamente para DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Uma prova dessa orientação está presente já na própria regulamentação dos serviços, que traz consigo uma descrição detalhada de como devem se dar as seguintes ações: açudes, perfuração de poços, estradas de rodagem, barragens transversais no leito dos rios, drenagem dos vales, estações pluviométricas e observatórios meteorológicos e finalmente, prêmios. Assim, as obras de caráter hídrico recebem um detalhamento considerável, cabendo apenas ao item estradas de rodagem, apenas a delimitação de sua largura e declividade.

Era a Inspetoria composta por uma seção central, localizada junto ao Ministério e três seções distritais, a primeira no Ceará e Piauí, a segunda no Rio Grande do Norte e Paraíba e a terceira, *nas zonas secas* entre Pernambuco e o norte de Minas Gerais. Assim, ao contrário das comissões anteriormente compostas que se concentravam no Ceará e incluíam no máximo o Rio Grande do Norte, a Inspetoria tem sua área de abrangência a quase todos os estados que dentre em breve viriam a ser reconhecidos como o Nordeste.

O regulamento fala não só em *zonas afetadas pelas secas*, mas também em *zonas secas*, o que caracterizaria uma aceitação do caráter intrínseco da falta de água, não como mera adversidade temporária, mas como uma condição inerente daquele meio, o que auxilia mais ainda na compreensão diferenciada dessa área.

O caráter ambicioso da Inspetoria e sua intenção de ruptura com o que havia sido realizado até então, pode ser visto nas palavras do presidente Nilo Peçanha:

Desde a grande seca de 1877, que flagelou o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, consignou a União, quase permanentemente, verbas nem sempre despendidas, com o fim de melhorar as condições daqueles estados, que mais sofriam as conseqüências daquela calamidade.

Em tais condições, nunca foi possível dar a esses serviços a necessária sistematização nem a sua eqüitativa distribuição pela superfície do país desfavorecida das chuvas. Os inconvenientes das verbas assim votadas tornam-se patentes: ainda não haviam sido estabelecidos naquelas regiões serviços preparatórios e indispensáveis, tanto de ordem científica quanto técnica, para a solução racional, rápida e econômica do problema tão complexo das secas. Nesse caso estão as observações meteorológicas convenientemente distribuídas, o estudo do regime das águas superficiais e subterrâneas, a determinação das condições topográficas e geológicas das diferentes bacias hidrográficas, o reconhecimento da flora, tendo em vista a

influência que ela pode exercer nas regiões de clima semi-árido (Nilo Peçanha *apud* AGUIAR, 1983: 69-70).

A Inspetoria pretendia abarcar uma área e ações muito maiores do que as comissões anteriores. Ela representa uma resposta a uma demanda que se criara para atuação nesse sentido. A despeito de muitas de suas ações permanecerem apenas como intenções, sem alcançarem uma realização efetiva, o fato de o Estado sinalizar para isso já representa uma transformação na forma com que este pensa a sua atuação.

Outro aspecto do discurso de Nilo Peçanha que deve ser observado é a utilização do termo *semi-árido*, para a área de atuação da nova Inspetoria. É interessante notar que essa nova classificação do território afetado pelas secas, que assume um espaço de pouca água e no qual as estiagens são um fator interno a ele, é utilizada e difundida a partir da própria criação da Inspetoria. Nesse sentido, sua criação está associada à novas forma de representação daquele território, que culmina com a criação da região Nordeste, distinta do norte, como veremos adiante.

5.2 Os trabalhos da Inspetoria e a invenção do semi-árido e do Nordeste

A IOCS, com uma proposta ambiciosa, pretendia agrupar e organizar os trabalhos que haviam sido iniciados com as comissões anteriores, mas conferindo a estes uma nova ordem, uma harmonia que não havia com a dispersão anterior. Nesse sentido, ela pretende ser muito mais uma ruptura com aquilo que havia sido feito anteriormente, do que propriamente uma continuidade, daí também o caráter extremamente ambicioso de seus estatutos.

A continuação da quase exclusividade do trabalho sobre os açudes revela que muito daquilo que foi proposto como formas de ação da Inspetoria permaneceriam apenas como intenções, ou encenações como quer LIMA (1995: 95) para o caso do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Ao analisar a criação desse Ministério, fruto de uma reorganização do Estado, da qual também faz parte a criação da IOCS, este autor mostra como muito de suas idéias permaneceriam mais como encenações e

intenções do que efetividades. Esta, por sua vez, seria fruto do caráter dominado dos seus planejadores/implementadores dentre os aparelhos de poder do Estado.

Nesse sentido, muitas das intenções da IOCS permanecem também apenas no nível da encenação que, a despeito de sua não realização completa, revela uma certa compreensão do problema, associada é claro, com o jogo de interesses envolvidos.

No relatório apresentado ao Ministro da Viação e Obras Pública em 1912 o sub-inspetor em exercício José Ayres de Souza fornece um resumo detalhado sobre todos os trabalhos da Inspeção até aquela data. A ampliação dos serviços da Inspeção a nove estados, ao contrário do que ocorria com as comissões anteriores é um aspecto lembrado pelo autor deste relatório que, em conjunto com a pouca verba recebida, trouxe grande dificuldade para o início dos trabalhos. Somente com o aumento da verba a partir de 1912, segundo ele, é que a Inspeção poderia começar a realizar seu trabalho mais satisfatoriamente⁴³.

Uma característica dessa primeira fase da Inspeção, a prioridade sobre estudo do que sobre a ação propriamente dita, é justificada pelo sub-inspetor, uma vez que os estudos demandam uma quantidade bastante inferior de verba, e propiciaria uma atuação espacial muito maior do que se concentrasse seus esforços na construção de um único grande açude pontualizado. Assim, utilizando a verba recebida apenas sobre estudos, a despeito da grande quantidade de açudes e obras já projetados pelas comissões anteriores, a Inspeção poderia atuar sobre todo o território que lhe cabia, permanecendo assim, nos seus primeiros anos com a mesma posição de suas predecessoras, sem muitas realizações efetivas sobre o espaço.

No entanto, esses estudos serão os responsáveis por um reconhecimento da área, que marcam sua posição de *secura* e nos quais as primeiras definições daquele espaço como semi-árido aparecem, marcando assim, sua distinção do restante do país. É importante notar também que, ao mesmo tempo, aparecem as primeiras utilizações do termo *Nordeste*, ainda sem uma delimitação clara de quais áreas ele compreenderia. No entanto, fica bastante claro que esse *Nordeste* que surge primeiro é aquele da *seca*.

⁴³ As verbas votadas pelo Congresso Nacional para a IOCS foram as seguintes: 1.000:000\$000 em 1909, 1.000:000\$000 em 1910, 3.330:000\$000 em 1911 e 7.000:000\$000 em 1912.

A IOCS procura criar uma linha de publicações, em geral dos trabalhos dos membros da instituição, mas não exclusivamente deles, que seguia uma classificação previamente estabelecida (ver Anexo III). Esta classificação das publicações era dividida em duas séries, uma que visava o reconhecimento da região e de seus recursos, enquanto outra, mais técnica, dirigida para os estudos sobre as obras. Uma análise do que foi publicado nesse série até 1912, mostra uma clara predominância da primeira em detrimento da segunda. Nota-se também a predominância da realização de cartas e mapas dos estados afetados pelas secas, quase totalmente inexistentes até então, o que reforça o argumento de que trata-se de um período no qual se procede a um reconhecimento daquela área. Nos títulos dos trabalhos já se pode ver as referências às palavras *Nordeste do Brasil* e *semi-árido*, o que também revela a importância da IOCS na criação e difusão desses conceitos.

A finalidade ambiciosa da Inspetoria pode ser vista nas palavras do Ministro de Viação e Obras Públicas, que no seu relatório em que dá conta da criação desse órgão afirma:

O fim da Inspetoria é estabelecer, nessa região, os serviços preparatórios, e indispensáveis, tanto de ordem científica quanto técnica, para a solução racional, rápida e econômica do problema das secas; estabelecê-los de um modo sistemático, tendo em vista a obtenção dos dados de observação necessários à confecção dos projetos das obras de engenharia destinadas a corrigir as falhas do clima e, ao mesmo tempo, executá-las por um trabalho regular (Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1909: 506).

O caráter de exploração de reconhecimento geográfico das áreas afetadas pelas secas é também apresentado pelo Relatório. No entanto, ele também demonstra uma preocupação com a ação imediata, em detrimento dos longos e repetidos estudos que caracterizaram as comissões passadas.

Para se executarem obras úteis na região semi-árida, importa, primordialmente, conhecer-lhe os limites geográficos, conhecê-la fisicamente sob os seus vários aspectos, climatérico, topográfico, geológico e hidrológico, botânico, principalmente. Mas, adiar a execução de quaisquer obras, sob o pretexto de que feitas a esmo seriam todas as que não resultassem do vasto programa de estudos a serem empreendidos, equivaleria não somente a desconhecer uma série de contribuições modestamente

adquiridas pelas diversas comissões e profissionais que têm operado nesta últimas quatro décadas, em uma parte limitada do norte seco, como ainda a privar essa parte do país de uma porção de melhoramentos materiais que virão em benefício imediato das suas populações com a execução de certas obras de utilidade, conveniência e exequibilidade, já demonstradas (Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1909:506).

Nota-se de importante nessa citação a presença do termo semi-árido. Nesse momento, a área afetada pelas secas já era reconhecida como de ocorrência desse tipo climático, o que já revela sua diferenciação, que ocorre no mesmo momento de criação da IOCS.

Assim, por exemplo, no relatório de 1913, apresentado ao ministro José Barbosa Gonçalves pelo inspetor Aarão Reis, a ação da Inspetoria já é associada aos estados do *Nordeste*, realizando assim a distinção deste do genérico “norte”. É assim que os trabalhos da IOCS são apresentados ao Ministro:

Com o presente Relatório, referente aos seus trabalhos no decurso do exercício financeiro de 1913, vem, mais uma vez, a INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS – que periodicamente flagelam com tamanha crueldade o Nordeste brasileiro – prestar contas – a V. Exc. e ao país – do desempenho que pode dar, nesse curto período, à árdua e delicada missão para que foi instituída como um novo órgão indispensável – no Brasil – às modernas funções do Estado, que tendem fatalmente a ampliar-se sob a imperiosa influência, que dia a dia mais se acentua, do grande ideal social que os progressos da ciência e da indústria vão procurando transformar na mais brilhante realidade (REIS, 1914: 7).

No discurso do Inspetor, a Inspetoria é apresentada como fruto do moderno, da técnica e das atribuições do Estado no bem estar da população. Note-se a presença ainda daquele discurso tecnicista e positivista, marca característica que vai se acentuando no discurso dos engenheiros, sobretudo no final do século XIX e começo do XX.

O mais importante para se notar desse relatório é, entretanto, o início de uma nova regionalização do Brasil, do qual emerge o Nordeste, que é praticamente imediata à institucionalização do combate à seca, com a criação da IOCS e não apenas na década de 1920, como querem alguns autores, como ALBUQUERQUE JÚNIOR (1999). É verdade que sua expressão cultural ganha difusão pelo país a partir do movimento

regionalista de 20 e 30, mas este não cria a região, apenas se apropria dela, criada pela discussão em torno da seca.

A Inspetoria necessitava de um recorte espacial mais definido para a sua atuação do que simplesmente as *áreas afetadas pelas secas*, nesse sentido a classificação climática *semi-árido*, passa a ser utilizada nos meios técnicos que fundamentam a Inspetoria e ganham cada vez mais difusão. Essa nova forma de representar o território reforça sua distinção de outros. Fica cada vez mais difícil em colocar esse, agora reconhecidamente vasto, território semi-árido junto com a Amazônia em um único norte. Assim vai surgindo uma necessidade de distinção e com ela o Nordeste, apoiado nas secas, apoiado no semi-árido, em associação com a estatização do combate à seca.

A veiculação das idéias e conceitos da Inspetoria contou com a expressividade que alguns de seus membros contavam nos meios intelectuais da época. Assim essas pessoas, através da publicação de livros e artigos em jornais se encarregaram de difundir as idéias que orientavam a IOCS. Dentre eles podemos destacar os trabalhos publicados por Arrojado Lisboa e Pompeu Sobrinho.

Em discurso que Miguel Arrojado Lisboa realiza na Biblioteca Nacional em 1913, fica claro o projeto de difusão da obras da Inspetoria e da justificativa de sua existência. Nesse trabalho, publicado mais tarde, Arrojado Lisboa se encarrega de delimitar a área de abrangência do semi-árido e apontar para sua grande extensão.

Como região semi-árida ou das secas devemos considerar a dos rios não perenes, que vai da corrente do Parnaíba, o rio lindeiro do Piauí, aos mais setentrionais dos afluentes mineiros do grande São Francisco. É uma vez região, talvez a décima parte da superfície do país. (LISBOA, 1926: 07)

No projeto de Arrojado Lisboa, o reconhecimento da diferenciação do território nacional é um processo que teve início muito recentemente. No entanto, esse processo de diferenciação do território nacional é visto através do prisma do perigo separatista, cabendo ao governo atuar sobre as diferentes regiões, promovendo a integração de umas às outras, o que caberia uma ação específica sobre cada uma das regiões.

Só agora verdadeiramente começamos a despertar do nosso letargo, começamos a ter a consciência de que não habitamos uma terra, mas terras diferentes que estão também a afeiçoar-nos diferentemente aos

seus moldes. Ora, senhores, se o sentimento da unidade nacional ainda é bastante forte hoje em dia para impedir qualquer idéia germinadora de desmembramento, amanhã talvez não o seja (LISBOA, 1926: 29).

Além de apontar para o crescimento do reconhecimento da diferenciação regional dentro do país, Lisboa propõe que se estabeleçam políticas capazes de neutralizar essa diferenciação sob o risco de um separatismo interno. Sem dúvida, vê a IOCS como um dos mecanismos envolvidos em tal projeto. Assim, a justificativa de existência da Inspetoria se justifica através da diferenciação regional, que a própria repartição se encarrega de difundir através de seus estudos.

Thomaz Pompeu Sobrinho, foi um dos engenheiros da Inspetoria que mais publicou sobre a questão das secas no Ceará. Membro de uma família ilustre, era sobrinho do Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil e neto do Senador Pompeu, trabalhou na Comissão de Açudes do Ceará e desempenhou um papel relevante dentro da IOCS. Além dos trabalhos na IOCS, foi presidente vitalício do Instituto do Ceará (Histórico e Geográfico), e fundador do departamento de antropologia da Universidade do Ceará, tendo sido muito influenciado pela obra de F. Ratzel (ver ANDRADE, 1968).

Em trabalho publicado em 1916 para o Quinto Congresso de Geografia de Salvador, Pompeu Sobrinho aborda mais uma vez o problema da seca no Ceará, que afetara a região em 1915. Na verdade, trata-se de um preâmbulo do trabalho que publicaria bem mais tarde sobre a história das secas na primeira metade do século XX. Neste primeiro trabalho, Pompeu Sobrinho já chama as áreas afetadas pelas secas de áridas e semi-áridas, como segue:

Lutar contra as secas é, em última análise, assegurar às indústrias agropecuárias, **nesta região árida e semi-árida**, de precipitações tão irregulares, os meios seguros, uniformes e práticos de se desenvolverem com relativa rapidez, em extensão e qualidade, independentemente de todos os fatores que atualmente, as tornam arriscada e aleatórias (BRASIL SOBRINHO, 1916: 08).

É assim, em conjunto com os trabalhos da Inspetoria, que a utilização dos termo semi-árido em relação às áreas afetadas pelas secas ganha cada vez mais utilização,

sobretudo a partir do pessoal envolvido com a própria IOCS. É interessante notar ainda que a categoria *Nordeste* também é utilizada pelo autor.

Como uma surpresa estranha, a seca de 1915 voltou a flagelar este Estado e alguns outros do **Nordeste brasileiro**, trazendo consigo um cortejo de circunstâncias agravantes, que exacerbam os efeitos perniciosos do fenômeno (BRASIL SOBRINHO, 1916: 09).

Assim, mais uma vez, os termos semi-árido e Nordeste aparecem juntos. Neste mesmo trabalho, Pompeu Sobrinho oferece ainda um quadro assustador da paisagem do interior durante a ocorrência das secas:

No interior, é o sereno azul do céu, a superfície seca e gretada do solo, que se tingem de cores carregadas, a aspereza irritante das rochas nuas, a vegetação escassa da caatinga, despida e aparentemente morta, o tom cendrinho dos campos, a falta de vida e movimento, o zumbido plangente do vento açoitando o esqueleto esbranquecido das árvores, o triste e macabro espetáculo dos animais mortos – múmias ressequidas, algumas arrimadas aos troncos nus, em posição de derradeira súplica ao céu indiferente e belo; os ossos que pranteiam ao sol, espalhados pelos tabuleiros, atestando a derrocada da vida; e, excedendo a tudo isto, a odisséia emocionadora dos retirantes que tropeçadamente se arrastam na via dolorosa, nessas estradas péssimas e cobertas de pedregulho áspero e cortante do sertão (BRASIL SOBRINHO, 1916: 14).

Tal quadro, mesmo em um texto que trata sobre as potencialidades do Ceará, não deixa de trazer uma visão pessimista da natureza que, como vimos anteriormente, se populariza a partir do início do século XX e também é responsável pela identificação do caráter diferenciado daquela região. No entanto, este recurso também é utilizado para valorizar a necessidade de obras na região, uma vez que vem ampliar as benesses que seriam trazidas por uma intervenção contra o flagelo.

Uma vez resolvido este momentoso problema nacional, o vasto território do Nordeste, hoje teatro de tão emocionantes e vergonhosas tragédias, se transformaria numa região de fácil e abundantíssima produção. Todos os artigos da variada cultura tropical seriam aqui produzidos e assim concorreríamos permanentemente com valiosíssimo contingente para a riqueza nacional, e ao mesmo tempo os habitantes destas paragens, libertos

do pesadelo ameaçador das secas, gozariam de um bem estar e conforto que jamais experimentaram. O nível moral e intelectual se elevaria rapidamente e, *pari passu* com os Estados mais adiantados da União, acompanharíamos o concerto da civilização moderna (BRASIL SOBRINHO, 1916: 27).

Assim, mais uma vez as obras de combate à seca aparecem como a redenção do Nordeste. Sendo a seca a única causa de seu atraso, as obras de combate a ela seriam condição única para o progresso⁴⁴. O caráter essencial das obras fica mais patente quando o autor fala da necessidade de irrigação: “As obras de irrigação constituem a condição primordial de nossa prosperidade e até mesmo de nossa existência, se assim podemos exprimir-nos” (BRASIL SOBRINHO, 1916: 40).

A questão da solução das secas, ainda para Pompeu Sobrinho, se resumiria basicamente a três fatores: I – Fornecer umidade necessária ao cultivo; II – cultivar convenientemente e racionalmente essas terras; III – dispor da produção que exceder às necessidades do consumo interno para que haja uma exportação de produtos (POMPEU SOBRINHO, 1916).

A forma como Pompeu Sobrinho encara o problema representa muito bem a visão da IOCS, dominada nessa sua primeira fase pela solução hidráulica, na qual a causa dos problemas da região são todas debitadas na escassez de água crônica. Assim a solução sempre proposta é o acúmulo d’água, na qual a açudagem em massa representa o mecanismo sempre indicado. Ao transformar essa forma de atuação em uma questão vital para o progresso na região, a Instituição justifica a sua existência e almeja alcançar maiores verbas.

Em 1913 é publicado um estudo sobre as medidas necessárias à agropecuária cearense, fruto de uma exposição feita por Joaquim Torcápio Ferreira, que assina o trabalho como *agricultor*, ao presidente do estado Mário Franco Rabello, quando de sua posse. Apesar de ser uma obra desligada dos trabalhos da IOCS merece uma análise por suas impressões sobre o meio e por ser direcionada à administração provincial, apresentando uma visão bastante distinta da oficial representada por Pompeu Sobrinho e a IOCS.

⁴⁴ Não cabe aqui explorar a utilização desse recurso no mascaramento das desigualdades sociais e nos problemas de distribuição de terras na região, uma vez que este já foi extensivamente realizado por outros

A seca está presente em todo o trabalho de Ferreira, no entanto não desempenha um papel fundamental nos problemas da província. O primeiro de que trata são as enzootias, para ele o maior problema da pecuária, maior até que o da seca. Já na agricultura, além de se queixar da total falta de auxílio por parte do governo, reclama ainda quanto aos altos impostos, mas seu principal problema seria a falta de instrução profissional.

O agricultor cearense não pode tirar todo o proveito que a terra lhe oferece, porque lhe falta em geral a condição básica para isto – a instrução profissional.

São muito convenientes as Estradas de Ferro e de rodagem e esse conjunto de grande açudes e poços profundos para irrigação, de que o Governo, em boa hora, anda dotando o Ceará. Mas de que servem esses benefícios sem o ensino profissional que a essas medidas deve anteceder, para que o agricultor trabalhe metódica e racionalmente (FERREIRA, 1913: 13-14).

Outro grave problema por ele apontado está na falta de mão-de-obra e, com isso, em associação ao caráter indolente do trabalhador local, é identificado no colono estrangeiro a forma de trazer o trabalho organizado para o estado. Quanto à emigração dos cearense para fora da província, sobretudo no apogeu do ciclo da borracha afirma:

As secas, naquela época, concorreram para o êxodo e a situação do Ceará era, então, realmente, bem triste. Hoje, porém, essas causas não existem, e os mil recursos que a Inspetoria de Obras Contra as Secas tem espalhado pelo Ceará inteiro, a série de magníficos invernos que nos têm felicitado, modificaram totalmente a situação e tudo parece indicar uma época mais próspera e feliz.

No entanto, tudo no Ceará continua a fazer-se fora das épocas determinadas, principalmente os serviços de agricultura que, pela carência de braços para produzir, não se pode alargar como seria desejar (FERREIRA, 1913: 15-16).

Ferreira, como outros, revela um uma compreensão comprometida com as elites locais, já que havendo água não vê motivos para que o cearense continue migrando. No entanto, mostra que a posição que a IOCS toma em favor apenas das obras de açudagem em detrimento mesmo de outras medidas previstas em seus estatutos, não era um

autores (OLIVEIRA, 1977). Cabe apenas ressaltar o papel que essa utilização teve para a difusão dessa idéia.

consenso geral no Ceará, mas sem dúvida é que a acaba por ser preconizada durante um bom período de tempo.

Assim, a IOCS, enquanto um órgão do governo federal com uma atuação sobre uma área do espaço bem marcada, necessitava de uma distinção de seu território do restante do país, que justificasse sua ação e a própria existência do órgão. É nesse sentido que os termos *semi-árido* e *Nordeste* passam a ser utilizados logo nos primeiros anos de existência da instituição, que se encarrega de realizar sua difusão.

Nesse sentido, é possível afirmar que o semi-árido e o Nordeste, enquanto novas forma de ver e de representar o território brasileiro, são frutos do processo de institucionalização e estatização do combate à seca. Eles são frutos de um projeto bem sucedido de transformação da natureza, através da seca, em um problema do Estado no Brasil e das novas formas de representação que tal fato requeria.

CONCLUSÃO

O semi-árido nordestino é uma construção do início do século XX e seu reconhecimento guarda uma associação estreita com a organização das obras de combate à seca. Elas representaram um papel importante no (re)conhecimento deste território e os estudos implementados nesse sentido foram fundamentais para o estabelecimento da região Nordeste desvinculada do amplo norte.

As opções e estratégias ligadas à atuação sobre o espaço e a forma como o Estado se organizou para realizá-las são frutos também das próprias formas como aquele espaço era representado por aqueles envolvidos na administração pública. A ação sobre a seca, e conseqüentemente a distinção daquele território, é fruto do reconhecimento da natureza como um problema. As representações dos administradores locais, na figura dos presidentes de província e de estado aqui estudados, tiveram um papel importante na medida em que foram capazes de construir a idéia de um espaço carente de obras, com uma natureza áspera e portanto diferenciada do restante do país, o que justificaria a criação de organismos que atuassem apenas nessas áreas.

A construção de um espaço diferenciado do restante do país, em outras palavras, a implementação de uma nova regionalização, foi uma das principais conseqüências dessas reivindicações por obras. A IOCS depois viria a afirmar essa mesma estratégia, também como uma forma de comprovar a pertinência de seus trabalhos e de justificativa de sua própria existência.

É em função do processo de institucionalização de combate à seca que passa a existir a noção de semi-árido. O semi-árido, reconhecido como o espaço afetado pelas secas, fornece a essa área uma definição mais científica e sua abrangência espacial passa a ser melhor delimitada.

É em função dele também que surge a região Nordeste. A partir do momento em que essa região passa a ser vista de forma distinta do restante do país, a unidade do amplo norte é posta em questão e a distinção entre Nordeste e Amazônia se põe de forma mais nítida. Assim, não são as secas diretamente, mas o processo de reconhecimento delas como um problema do Estado que fazem emergir o Nordeste. O reconhecimento de que algumas províncias do norte eram afetadas pelas secas é

bastante antigo, mas foi somente a partir do momento em que se procura criar mecanismos de atuação sobre elas, que aquele espaço passa a ser diferenciado.

Nesse sentido, as constatações obtidas por este trabalho apontam para um sentido diferente daquele tomado por outros, em especial por ALBUQUERQUE JÚNIOR (1999), que em sua tese sobre a emergência da região Nordeste, incorre em alguns equívocos, como ao apontar para o final da década de 1910 e início da década de 1920 como o momento de “invenção do Nordeste”, a partir do movimento regionalista que então se intensifica. Apesar de reconhecer a importância do combate às secas na criação e utilização do termo Nordeste, ALBUQUERQUE JÚNIOR (1999: 68) subestima a importância das estruturas que são montadas por parte do Estado para tal fim na identificação do Nordeste como uma região do país.

Na verdade esta pesquisa revelou que o semi-árido e o Nordeste nascem na primeira década do século XX, fruto de uma estratégia, apoiada num discurso, de diferenciação de um espaço para que se justificasse uma ação também diferenciada. O movimento regionalista posterior apenas se apropria desse Nordeste que já havia sido inventado, também para uma estratégia de diferenciação, dando sim, maior visibilidade à esta regionalização, e criando inclusive “outros Nordestes”.

O Nordeste, por exemplo identificado por Gilberto Freyre pouco tempo depois, aquele da zona da mata, do canyial e da casa grande, é bastante distinto daquele primeiro Nordeste que se cria em conjunto com o semi-árido. No entanto, o próprio autor reconhece que sua descrição representa apenas “um Nordeste” e prevê no seu plano editorial a publicação de um outro livro, entregue a Djacir Menezes. Pouco tempo depois é publicado então *O outro Nordeste* (MENEZES, 1995), sobre a região de pastoreio, em alusão ao *Nordeste* publicado por Freyre. No entanto, na verdade, o primeiro Nordeste que surge é aquele representado por Djacir de Menezes, enquanto aquele de Gilberto Freyre, se reconhece como tal bem mais tarde⁴⁵.

A idéia de um Nordeste seco foi construída a partir da intervenção pública e para isso ela se manteve vitoriosa até hoje. O Nordeste do engenho, berço da sociedade

⁴⁵ O próprio Gilberto Freyre, no início do primeiro capítulo de seu livro, reconhece a associação imediata da palavra nordeste às obras de combate à seca e ao espaço onde estas ocorrem: “A palavra ‘nordeste’ é hoje uma palavra desfigurada pela expressão ‘obras do Nordeste’ que quer dizer: ‘obras contra as secas’. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo como medo do sol.” (FREYRE, 1967: 05).

brasileira, é construído sobre esse primeiro Nordeste, a partir do movimento regionalista, no qual uma ação contra a decadência da cultura do açúcar tem peso central.

Nesse sentido, a elite da zona-da-mata muito depois da do sertão, percebe as vantagens que poderia obter através da diferenciação regional, procurando assim, se incluir no Nordeste e provocando em parte seu redirecionamento, criando novas formas de representação. No entanto alguns elementos se mantêm em todos esses Nordestes, como a idéia de uma áreas necessitada, que funciona como justificativa para o envio de verbas por parte do governo federal (CASTRO, 1992).

Esse trabalho mostrou como as representações da natureza estão diretamente associadas às ações que são sobre ela implementadas. Mostrou também que o próprio processo de (re)conhecimento do país e sua regionalização que ao longo do século XX a geografia clássica tratou de naturalizar, estão intimamente ligados ao processo de formação do Estado no Brasil.

Assim como o Nordeste criado no início do século XX esteve ligado a uma forma de pensar e de agir de determinados grupos sobre essa região, a reinvenção e a criação de novas regionalizações sobre este Nordeste no futuro poderá estar ligada a novas utilizações e novas representações do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Pinto de (1983). *Nordeste – o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (1999). *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife, São Paulo: FJN, Ed. Massangana, Cortez.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1983). “A decadência da lavoura na versão dos administradores provinciais. Uma análise dos discursos e relatórios dos presidentes da província do Maranhão no transcurso do século XIX”. In: *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. São Luís: IPES, Estudos Monográficos, pp. 71-190.
- ALMEIDA, Maria Geralda de (1998). “Em busca da poética do sertão”. In: *Espaço e Cultura*, 6, jul-dez, pp. 35-46.
- ALVES, Joaquim (1982). *História das secas (século XVII a XIX)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2^a ed.
- ANDRADE, F. Alves de (1968). “Três Humanistas no Instituto do Ceará”. In: *Revista do Instituto do Ceará*, 82, pp. 25-40.
- ANDRADE, Manoel Correia de (1975). *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE.
- ARAGÃO, Raimundo Batista (1985). *História do Ceará*. Fortaleza: s/ed., 3^o vol.
- AZEVEDO, Fernando de (1943). “A cultura brasileira. Introdução ao estudo da Cultura no Brasil”. In: IBGE, *Recenseamento Geral do Brasil, 1^o de Setembro de 1940*. Série Nacional, Volume I. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE.
- BACHELARD, Gaston (1972). “A atualidade da História das Ciências.” In: *Tempo Brasileiro. Epistemologia*, 28, pp. 22-26.
- BARROSO, José Parsifal (1984). *Uma história política do Ceará; 1889-1954*. Fortaleza: banco do Nordeste do Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (1983a). “A economia das trocas lingüísticas”. In: Ortiz (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, pp. 156-183.

- (1983b) "O campo científico". In: ORTIZ (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, pp. 122-155;
- BOURDIEU, Pierre (1989) "Introdução a uma Sociologia Reflexiva". In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, pp. 17-58.
- (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP.
- BRASIL, Tomás Pompeu de Souza (1983) [1877]. "Memória sobre o clima e as secas do Ceará". In: ROSADO, Ving-un. *Nono livro das secas*. Mossoró: ESAM, Fund. Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, pp. 8-78.
- (1997) [1863]. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alacântara, ed. facsimilar, 2 vol.
- BRASIL SOBRINHO, Tomás Pompeu (1916). *O problema das secas no Ceará*. Fortaleza: Tipo-Litografia Gadelha.
- (1982). *História da secas (século XX)*. Mossoró: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Fund. Guimarães Duque, ESAM, Coleção Mossoroense.
- BUCKLE, Henry T. (1900). *História da Civilização na Inglaterra*. São Paulo: Tip. da Casa Eclética, 2^a ed.
- BURSZTYN, Marcel (1984). *O poder dos donos; planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes.
- CANGUILHEM, Georges (1972). "O objeto da História das Ciências". In: *Tempo Brasileiro. Epistemologia*, 28, pp. 7-21.
- CARVALHO, José Murilo de (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 2^a ed.
- CARVALHO, Otamar de (1988). *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro, Brasília: Campus, ABID.
- CASTRO, Iná Elias de (1992). *O Mito da Necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- (1994). "Da seca como tragédia à seca como recurso: velhos e novos recursos, velhos e novos territórios". In: *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, 17, pp. 1-13.
- CASTRO, Iná Elias de (1996). "Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 283-324.
- (1997). "Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação" In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 155-196.
- CLAVAL, Paul (1997). "As abordagens da geografia cultural" In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 89-118.
- COELHO, Edmundo Campos (1999). *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record.
- COELHO, Jorge (1985). *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis: Vozes.
- COSGROVE, Denis & DOMOSH, Mona (1993). "Author and authority: writing the new cultural geography". DUNCAN, James & LEY, David (org.). *Place/Culture/Representation*. London, New York: Routledge, pp. 25-38.
- COSTA, Wanderley Messias da (1992). *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucite, EdUSP.
- DAOU, Ana Maria (1998). *O teatro, a cidade e o 'paiz das seringueiras': práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX-XX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional /PPGAS/UFRJ, Tese de Doutorado.
- DRAENERT, Frederico Mauricio (1896). *O Clima do Brazil*. Rio de Janeiro, Typ. Lith. de Carlos Schmidt.

- DUNCAN, James & LEY, David (1993). "Representing the place of culture"
 DUNCAN, James & LEY, David (org.). *Place/Culture/Representation*. London,
 New York: Routledge, pp. 1-21.
- DURKHEIM, Émile (1983). *Lições de sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*. São
 Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo.
- ECO, Umberto (1993). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 10^a Ed.
- ESCOBAR, Arturo (1995). *Encountering development. The making and unmaking of the
 third world*. Princeton: Princeton University Press.
- FERREIRA, Joaquim Torcápio (1913). *Exposição de medidas de caráter agropecuário
 apresentada ao Exmo. Sr. Doutor Marcos Franco Rabello, presidente do Ceará*.
 Fortaleza: Tip. Minerva de Assis Bezerra.
- FOUCAULT, Michel (1972). "Resposta ao círculo epistemológico". In: *Estruturalismo
 e teoria da linguagem*. Petrópolis: vozes, pp. 9-55.
- (1986) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2^a ed.
- FRAZÃO, Manuel José Pereira (1883). *Noções de geografia do Brasil para uso da
 mocidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tip. Esperança de J. de Aguiar e Cia.
- FREYRE, Gilberto (1961). *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2 vol.
 3^a ed.
- (1967). *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do
 Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 4^a ed.
- GABAGLIA, Giacomo Raja (1878). "Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à
 prosperidade da província do Ceará." In: *Revista do Instituto Politécnico*, tomo X,
 pp. 1-59.
- GUERRA, Paulo de Brito (1981): *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS.
- GUERTZ, Clifford (1991). *Negara. O Estado teatro no século XIX*. Lisboa/Rio de
 Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (1988). "Nação e Civilização nos trópicos. Os
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional".
 In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1, pp. 5-27.

- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1989). *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco.
- GUMUCHIAN, Hervé (1991). *Représentation et aménagement du territoire*. Paris: Anthropos.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (1995). *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- LIRA NETO (1999). *O Poder e a peste; A vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha.
- LISBOA, Miguel Arrojado R. (1926). *O problema das secas. Conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti e Cia.
- LIVINGSTONE, David N. (1995). "The polity of nature: representations, virtue, strategy". In: *Ecumene*, 2 (4), PP. 353-377.
- LOUZEIRO, José (1968). *André Rebouças*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MACHADO, Lia Osório (1995). "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)." In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 309-353.
- MEDEIROS, Viriato de (1985) [1877]. "Ponderações sobre a memória do Dr. André Rebouças. A seca nas províncias do norte". In: ROSADO, Vingt-un (org.). *Sexto livro das secas*. Mossoró, Brasília: ESAM, CNPq, Fund. Guimarães Duque, pp. 59-82.
- MELO, Evaldo Cabral de (1999). *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2^a ed.
- MENEZES, Alípio Bezerra de (1986) [1877]. "Considerações sobre as secas no norte". In: *Oitavo livro das secas*. Mossoró: ESAM, Fund. Guimarães Duque, Ed. Universitária, pp. 127-149.
- MENEZES, Djacir (1995). *O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da 'civilização do couro' e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, Programa Editorial, 3^a ed.

- MERCHANT, C. (1992). *Radical ecology. The search for liaveble world*. London: Routledge.
- MONTENEGRO, Abelardo F. (1980). *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de (org.) (1990). *Ratzel*. São Paulo: Ática.
- MORALES, Lúcia Arrais (1999). *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da Borracha*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, tese de doutorado.
- MORIZE, Henrique (1922). "Introdução ao clima do Brasil" In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (comemorativo do 1º centenário da independência)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1º vol. Introdução Geral, pp. 75-189.
- OLIVEIRA, Francisco (1977). *Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste, 'planéiamento e coñflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª ed.
- PÁDUA, José Augusto de (1997). *A degradação do berço esplêndido. Um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira – 1786/1888*. Rio de Janeiro: IUPERJ, tese de doutorado.
- PEREIRA, Maurício Gomes (1995). *Epidemiologia, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Kooogan.
- PONTE, Sebastião Rogério (1999). *Fortaleza Belle Époque. Reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2ª ed.
- RAFFESTIN, Claude (1993). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- REBOUÇAS, André (1983) [1877]. "As secas nas províncias do norte". In: ROSADO, Vingt-un (org.). *Nono livro das secas*. Mossoró: ESAM, Fund. Guimarães Duque, pp. 79-139.
- RIBEIRO, Rafael Winter (1997). *Seca e Determinismo: a gênese do discurso da seca nordestina*. Rio de Janeiro: UFRJ/Monografia de Graduação em Geografia.
- RIBEIRO, Rafael Winter e SILVA, Mauro Gil Ferreira e (1999). "Debates entre o tradicional e o novo na geografia cultural". In: *Revista de pós-graduação em geografia – UFRJ*, 3 (3), pp. 94-114.

- SAID, Edward W. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda (1996). “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, pp. 41-58.
- SILVA, Alípio Pereira da (1985) [1885]. “Considerações gerais sobre as províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte.” In: ROSADO, Vingt-un (org.). *Sexto livro das secas*. Mossoró, ESAM: CNPq, Fund. Guimarães Duque, pp. 83-133.
- SIMMONS, I. G. (1993). *Interpreting nature: cultural constructions of the environment*. London: Routledge.
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (1997). *Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil*. São Paulo: USP/Depto. Geografia Humana, Dissertação de mestrado.
- SOUZA, Eloy de (1983). *O Calvário das secas*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL; Natal: Fund. José Augusto, 3^a ed.
- STUDART, Guilherme (1980) [1910-1915]. *Dicionário bio bibliográfico cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária, UFCE, 3 vol., 2^a ed.
- TEÓFILO, Rodolpho (1922). *História da seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 2^a ed.

Relatórios Consultados

Lista dos Relatórios de Presidentes de Província consultados, entre 1877 e 1889, em ordem de publicação

RPPCE-I, *Relatório com que o excelentíssimo senhor desembargador Francisco de Farias Lemos passou ao excelentíssimo senhor desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa a administração da província do Ceará, no dia 10 de janeiro de 1877*. Fortaleza, Tipografia Cearense, 1877.

- RPPCE-II, *Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa presidente da província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléia no dia 2 de julho de 1877.* Fortaleza: Tipografia do Pedro II, 1877.
- RPPCE-III, *Relatório com que o excelentíssimo senhor desembargador Caetano Estelita Pessoa passou a administração da província do Ceará ao excelentíssimo senhor conselheiro João José Ferreira de Aguiar presidente da mesma província no dia 23 de novembro de 1877.* Fortaleza: Tipografia do Pedro II, 1877.
- RPPCE-IV, *Relatório com que o excelentíssimo senhor conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao excelentíssimo senhor doutor Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província no dia 22 de fevereiro de 1878.* Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1878.
- RPPCE-V, *Fala com que o excelentíssimo senhor doutor José Júlio Albuquerque de Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 24ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 1 de novembro de 1878.* Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1878.
- RPPCE-VI, *Fala com que o excelentíssimo senhor doutor José Júlio Albuquerque de Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 1 de julho de 1880.* Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1880.
- RPPCE-VII, *Ofício com que o excelentíssimo senhor doutor José Júlio Albuquerque de Barros passou a administração da província do Ceará no dia 2 de julho do corrente ano, ao excelentíssimo senhor conselheiro André Augusto de Pádua Fleuri, presidente da mesma província, 1880.*
- RPPCE-VIII, *Relatório com que o excelentíssimo senhor conselheiro André Augusto de Pádua Fleuri passou a administração da província do Ceará ao excelentíssimo senhor senador Pedro Leão Veloso no dia 1 de abril de 1881.* Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881.
- RPPCE-IX, *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881 pelo presidente da província Senador Pedro Leão Veloso.* Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881
- RPPCE-X, *Relatório com que o excelentíssimo senhor senador Pedro Leão Veloso, presidente da província do Ceará, passou a administração ao excelentíssimo*

senhor doutor Torquato Mendes Viana, primeiro vice-presidente, no dia 26 de dezembro de 1881. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881.

RPPCE-XI, *Relatório com que o excelentíssimo senhor 1º vice-presidente da província do Ceará, doutor Torquato Mendes Viana passou a respectiva administração ao excelentíssimo senhor doutor Sancho de Barros Pimentel, no dia 22 de março de 1882. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1882.*

RPPCE-XII, *Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Ceará na sessão ordinária de 1882 pelo presidente da província doutor Sancho de Barros Pimentel. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1882.*

RPPCE-XIII, *Relatório com que o excelentíssimo senhor comendador doutor Sancho de Barros Pimentel passou a administração da província do Ceará ao 2º vice-presidente, excelentíssimo senhor coronel Antônio Teodorico da Costa no dia 31 de outubro de 1882. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1882.*

RPPCE-XIV, *Fala com que o excelentíssimo senhor coronel Antônio Teodorico da Costa, 1º vice-presidente abriu no dia 28 de novembro de 1882 a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará e Relatório com que o mesmo excelentíssimo senhor passou a administração da província ao excelentíssimo senhor doutor Domingos Antônio Raiol, no dia 12 de dezembro de 1882. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1882.*

RPPCE-XV, *Relatório com que o excelentíssimo senhor Barão de Guajará [Antônio Raiol] passou a administração da província do Ceará ao respectivo 2º vice-presidente excelentíssimo comendador Antônio Teodorico da Costa, no dia 17 de maio de 1883. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1883.*

RPPCE-XVI, *Relatório com que o excelentíssimo senhor comendador Antônio Teodorico da Costa, 2º vice-presidente da província do Ceará passou a respectiva administração ao excelentíssimo senhor doutor Satiro de Oliveira Dias, em 21 de agosto de 1883. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1883.*

RPPCE-XVII, *Fala com que o excelentíssimo senhor comendador doutor Satiro de Oliveira Dias dirigiu à Assembléia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1883. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1883.*

RPPCE-XVIII, *Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Satiro de Oliveira Dias passou a administração da província ao 2º vice-presidente excelentíssimo*

senhor comendador doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli no dia 31 de maio de 1884. Fortaleza: Tipografia da Gazeta do Norte, 1884.

RPPCE-XIX, *Fala com que o excelentíssimo senhor comendador doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli, 2º vice-presidente da província do Ceará, abriu a 27ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de julho de 1884.* Fortaleza: Tipografia da Gazeta do Norte, 1884.

RPPCE-XX, *Relatório com que o excelentíssimo senhor comendador doutor Carlos Honório Benedito Otoni passou a administração da província do Ceará ao excelentíssimo senhor conselheiro Sinval Odorico de Moura no dia 19 de fevereiro de 1885.* Fortaleza: Tipografia da Gazeta do Norte, 1885.

RPPCE-XXI, *Fala com que o excelentíssimo senhor conselheiro Sinval Odorico de Moura, presidente da província do Ceará dirigiu à Assembléia Legislativa no dia 2 de julho de 1885 por ocasião da instalação de sua sessão ordinária.* Fortaleza: Tipografia da Gazeta do Norte, 1885.

RPPCE-XXII, *Relatório com que o excelentíssimo senhor conselheiro Sinval Odorico de Moura passou a administração da província ao excelentíssimo senhor desembargador Antônio de Souza Mendes, 2º vice-presidente desta província no dia 12 de setembro de 1885.* Fortaleza: Tipografia da Gazeta do Norte, 1885.

RPPCE-XXIII, *Relatório com que o excelentíssimo senhor desembargador Miguel Calmon du Pin Almeida passou a administração da província do Ceará ao excelentíssimo senhor desembargador Joaquim da Costa Barradas, no dia 9 de abril de 1886.* Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1886.

RPPCE-XXIV, *Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador Joaquim da Costa Barradas, presidente da província do Ceará dirigiu à respectiva Assembléia Legislativa no dia 1º de setembro de 1886 por ocasião da sessão ordinária e ofício com que o mesmo excelentíssimo senhor passou a administração da província ao excelentíssimo senhor doutor Enéas de Araújo Torreão no dia 21 do referido mês.* Fortaleza: Tipografia Econômica, 1886.

RPPCE-XXIVa, *Relatório sobre a situação da agricultura e da pecuária na província do Ceará, pelo Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, anexo à Fala do presidente da província, excelentíssimo senhor desembargador Joaquim da Costa Barradas, em 1º de setembro de 1886.*

RPPCE-XXV, *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Ceará na Segunda sessão da 26^o Legislatura pelo presidente da província doutor Enéas de Araújo Torreão*. Fortaleza: Tipografia Econômica, 1887.

RPPCE-XXVI, *Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Enéas de Araújo Torreão passou a administração da província do Ceará ao excelentíssimo senhor doutor Antônio Caio da Silva Prado, no dia 21 de abril de 1888*, Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1888.

RPPCE-XXVII, *Fala com que o excelentíssimo senhor Senador Henrique Francisco d'Áquila, presidente da província do Ceará abriu a 2^a sessão da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de julho de 1889*. Fortaleza: s/ed., 1889.

RPPCE-XXVIII, *Relatório com que o excelentíssimo senhor conselheiro Henrique d'Áquila, senador do Império e presidente do Ceará passou a administração desta província ao excelentíssimo senhor ...*. Fortaleza: s/ed., 1889.

Lista dos Relatórios de Presidentes de Estado consultados entre 1891 e 1910, em ordem de publicação.

RPECE-I, *Mensagem apresentada ao Congresso Constituinte do Ceará pelo excelentíssimo senhor general de divisão José Clarindo de Queiroz em 6 de maio de 1891*. Fortaleza: Tipografia Econômica, 1891.

RPECE-II, *Mensagem que o excelentíssimo senhor general de divisão José Clarindo de Queiroz, governador do estado do Ceará, leu perante o respectivo congresso em sessão ordinária de 1^o de outubro de 1891*. Fortaleza, s/d, 1891.

RPECE-III, *Mensagem do presidente de estado tenente coronel dr. José Freire Bezerril Fontenelle à assembléia legislativa do Ceará em sua 2^a sessão ordinária da 1^a legislatura*. Fortaleza: Tip. da República, 1893.

RPECE-IV, *Mensagem do presidente do estado coronel dr. José Freire Bezerril Fontenelle à assembléia legislativa em sua 3^a sessão da 2^a legislatura*. Fortaleza: Tip. da República, 1894.

- RPECE-V, *Mensagem do presidente do estado do Ceará cel. José Freire Bezerril Fontenelle à respectiva assembléia legislativa em sua 4ª sessão ordinária da 1ª legislatura*. Fortaleza: Tip. da República, 1895.
- RPECE-VI, *Mensagem do presidente do estado do Ceará cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à respectiva assembléia legislativa em sua 5ª sessão ordinária da 1ª legislatura*. Fortaleza: Tip. da República, 1896.
- RPECE-VII, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, em 1º de julho de 1897*. Fortaleza: Tip. da República, 1897.
- RPECE-VIII, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioly em 4 de julho de 1898*. Fortaleza: Tip. Econômica, 1898.
- RPECE-IX, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará pelo presidente do estado excmo. Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli em 1º de julho de 1899*. Fortaleza: Tip. da República, 1899.
- RPECE-X, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará pelo presidente do estado excm. Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli em 1º de julho de 1900*. Fortaleza: Tip. da República, 1900.
- RPECE-XI, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1901 pelo presidente do estado dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Tip. Econômica, 1901.
- RPECE-XII, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1902 pelo presidente do estado dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Tip. Minerva, 1902.
- RPECE-XIII, *Mensagem apresentado à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1903 pelo presidente do estado dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Tip. Minerva, 1903.
- RPECE-XIV, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1904 pelo presidente do estado dr. Pedro Augusto Borges*. Fortaleza: Tip. Minerva, 1904.

- RPECE-XV, *Mensagem apresentada à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1905 pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor, 1905.
- RPECE-XVI, *Mensagem dirigida à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1906 pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor, 1906.
- RPECE-XVII, *Mensagem dirigida à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1907 pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli*. Fortaleza: Tipo-litografia, 1907.
- RPECE-XVIII, *Mensagem dirigida à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1908 pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor, 1908.
- RPECE-XIX, *Mensagem dirigida à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1909 pelo presidente do estado dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor, 1909.
- RPECE-XX, *Mensagem dirigida à assembléia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1910 pelo presidente do estado dr. Antônio Nogueira Acioli*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor, 1910.

Relatórios das comissões de engenheiros

- CARNEIRO, B. Piquet. *Comissão de açudes e irrigação no Ceará, açude de Quixadá. Projeto de canalização das águas para irrigação no vale do Satiá (estudo justificativo) apresentado ao exm. Sr. Dr. Severino dos Santos Vieira, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo engenheiro chefe da comissão B. Piquet Carneiro*. Fortaleza: Tipo-litografia a vapor.
- REIS, Aarão (1914). *Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1913, apresentado ao ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. José Barbosa Gonçalves*. Rio de Janeiro: IOCS.

REVY, J. J. (1890). *Relatório da Comissão de açudes e irrigações, Comissão da comarca de Quixeramobim, Comissão de socorros da cidade e serra de Baturité, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1889, apresentado ao exm. Sr. tenente-coronel Luiz Antônio Ferraz, governador do estado do Ceará, etc., etc., etc., por J. J. Revy, ex-chefe das referidas comissões, ex-chefe da comissão de saneamento da capital do Brasil, membro do Instituto de Engenheiros Civis de Paris, etc., etc., etc.* Fortaleza: Tipografia Econômica.

Anexo I

Presidentes da província do Ceará (1877-1889)

NOME	TÍTULO	ENTRADA	SAÍDA
Francisco de Farias Lemos	Desembargador		10/01/1877
Caetano Estellita Cavalcanti pessoa	Desembargador	10/01/1877	23/11/1877
João José Ferreira d'Aguiar	Conselheiro	23/11/1877	22/02/1878
Paulino Nogueira Borges da Fonseca	Dr., 3 ^o Vice-Presidente	22/02/1878	04/03/1878
Nogueira Accioly	1 ^o Vice-Presidente	04/03/1878	08/03/1878
Albuquerque Barros	Dr.	08/03/1878	02/07/1880
André Augusto de Pádua Fleury	Conselheiro	02/07/1880	01/04/1881
Pedro João Leão Velloso	Senador	01/04/1881	26/12/1881
Torquato Mendes Viana	Dr., 1 ^o Vice-Presidente	26/12/1881	22/03/1882
Sancho de Barros Pimentel	Dr., depois Comendador	22/03/1882	31/10/1882
Antonio Teodorico da Costa	Coronel, 2 ^o Vice-Presidente	31/10/1882	12/12/1882
Domingos Antonio Raiol	Dr., Barão de Guajará	12/12/1882	17/05/1883
Antonio Theodorico da Costa	Comendador, 2 ^o Vice-Presidente	17/03/1883	21/08/1883
Dr. Satyro de Oliveira Dias	Dr.	21/08/1883	31/05/1884

Antonio Pinto Nogueira Acioly	Comendador, 2 ^o vice- Presidente	31/05/1884	12//07/1884
Carlos Honório Benedicto Ottoni	Dr., Comendador	12/07/1884	19/02/1885
Sinval Odorico de Moura	Conselheiro	19/02/1885	12/09/1885
Antonio deSouza Mendes	Desembargador, 2 ^o Vice-Presidente	12/09/1885	01/09/1885 ? (essa data corresponde à nomeação do próximo presidente, não existe data certa da posse.
Miguel Calmon do Pin Almeida	Desembargador	01/09/1885 ?	09/04/1886
Joaquim da Costa Barradas	Desembargador	09/04/1886	21/09/1886
Eneas de Araújo Torreão	Dr.	21/09/1886	21/04/1888
Antonio Caio da Silva Prado	Dr.	21/04/1888	
Américo Militão de Freitas Guimarães	Desembargador		10/07/1889
Henrique Francisco d'Áquila	Senador	10/07/1889	29/09/1889

ANEXO II

Decreto n 7.619 de 21/10/1909 – Aprova o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas.

Capítulo I

Dos serviços contra os efeitos das secas

Art. 1º Os serviços de estudos e obras, destinados a prevenir e a atenuar os efeitos das secas que assolam alguns Estados do Norte do Brasil, são os seguintes:

- I. Estradas de ferro de penetração;
- II. Estradas de ferro afluentes das estradas principais;
- III. Estradas de rodagem e outras vias de comunicação entre pontos flagelados e os melhores mercados e centros produtores;
- IV. Açudes e poços tubulares, os artesianos e canais de irrigação;
- V. Barragens transversais submersas e outras obras destinadas a modificar o regime torrencial dos cursos de água;
- VI. Drenagem dos vales desaproveitados no litoral e melhoramento das terras cultiváveis do interior;
- VII. Estudo sistematizado das condições meteorológicas, geológicas e topográficas das zonas assoladas;
- VIII. Instalação de observatórios metodológicos e de estações pluviométricas;
- IX. Conservação e reconstituição de florestas;
- X. Outros trabalhos cuja utilidade contra os efeitos das secas a experiência tenha demonstrado.

(...)

Art. 6º A União será obrigada, sempre que o Estado o solicitar, nos termos da citada lei n 1.396, a prestar o seu concurso e auxílio, que não poderá ser inferior a 200:000\$000, anualmente.

Art. 7º O Estado que pretender o auxílio da União deverá requerê-lo ao Ministério da Viação e Obras Públicas, comprovando:

- a) que é periodicamente assolado pela seca;

- b) que em seus orçamentos consigna verbas especiais para a construção de obras preventivas e atenuantes dos efeitos da seca, não sendo as quantias votadas inferiores a 5% da sua receita ordinária;
- c) que tais verbas, escriturada a parte, constituem depósito especial e não desviadas para outros fins (lei citada, art. 2º).

(...)

Capítulo II

Da execução das obras

a) Açudes

Art. 16. Os açudes serão grandes, médios e pequenos.

Art. 17. São considerados grandes açudes aqueles que ofereçam capacidade superior a dez milhões de metros cúbicos e profundidade média maior de seis metros.

Art. 18. São considerados médios os açudes cuja capacidade seja de seis milhões de metros cúbicos, no mínimo, e que tenham profundidade não inferior a cinco metros.

Art. 19. São considerados pequenos os açudes de capacidade não inferior a meio milhão de metros cúbicos e de profundidade de quatro metros, no mínimo.

Art. 20. Os grandes açudes serão construídos de preferência à margem das estadas de ferro, ou nas suas proximidades, e só poderão sê-lo em terras públicas ou previamente desapropriadas.

Art. 21. Os grandes açudes serão, em regra, construídos por empreitadas, totais ou parciais, mediante concorrência pública.

Excepcionalmente, quando a urgência da obra ou a necessidade de socorro à população o reclamar, ou quando a concorrência não houver dado resultado satisfatório, serão construídos por administração.

Art. 22. Concluída a construção, o Governo da União estabelecerá o regime que lhe parecer mais conveniente para a utilização das águas e dos canais, ou entregará o açude ao governo do Estado mediante condições que assegurem conservação da barragem e das obras complementares.

Art. 23. Os açudes médios ou pequenos serão construídos pelo Estado ou pelos particulares.

Art. 24. Os projetos dos açudes médios e pequenos, já aprovados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, serão igualmente remetidos aos Estados para terem execução.

Art. 25. No períodos de calamidade, se conhecida a urgência de multiplicar os trabalhos públicos, a União poderá tomar a seu cargo a construção de açudes médios.

b) Perfuração de poços

Art. 26. Além dos poços construídos por iniciativa da administração pública, a Inspetoria de Obras mandará construir os que lhe forem solicitados por municipalidades, agricultores ou criadores, nos lugares onde se houver verificado a existência de água no sub-solo.

Art. 27. Os indivíduos a quem o poço houver de beneficiar pagarão apenas as despesas de mão-de-obra no revestimento, de manejo e de instalação.

Art. 28. O modo de pagamento será por anuidades, conforme for convencionado.

Art. 29. No contrato, a cláusula de fornecimento de água para fins domésticos às populações circunvizinhas é essencial.

c) Estradas de rodagem

Art. 30. As estradas de rodagem a serem construídas entre os pontos flagelados e os melhores mercados e centros produtores terão, no mínimo, quatro metros de largura e vinte metros de raio nas curvas, a sua declividade máxima será de 5%.

d) Barragens transversais nos leitos dos rios

Art. 31. As barragens transversais no leito dos rios têm por fim corrigir-lhes o regime torrencial e conservar a umidade.

Art. 32. Estas barragens deverão ser acompanhadas da proteção das margens dos rios, já guarnecendo-as pelos meios que a ciência e a experiência indicarem, já proibindo-se a destruição das árvores marginais e outros obstáculos que impeçam a corrosão das mesmas.

e) Drenagem dos vales

Art. 33. A drenagem e dessecamento dos vales dos vales desaproveitados do litoral e o melhoramento das terras cultiváveis do interior serão feitos para o fim de localizar famílias de retirantes que o requerem.

Art. 34. Feito o melhoramento a que se refere o artigo precedente, as terras drenadas se forem de propriedades da União, serão entregues ao Ministério da Agricultura, para providenciar sobre a localização nelas das famílias retirantes.

f) Estações pluviométricas e observatórios meteorológicos

Art. 35. As estações pluviométricas serão instaladas pela União e ficarão a cargo dos agentes do Correio e empregados do Telégrafo, e os observatórios serão confiados a observadores idôneos.

g) Prêmios

Art. 36. Serão distribuídos prêmios aos indivíduos ou sindicatos agrícolas que construírem açudes médios ou pequenos.

Art. 37. Os projetos e orçamentos de tais açudes serão organizados gratuitamente, a requerimento do proprietário do terreno, instruídos com a demonstração das vantagens do açude a construir, certidão afirmativa da municipalidade de ser agricultor ou criador o requerente; prova legal de que nenhum ônus real grava a propriedade onde o açude houver de ser construído.

Art. 38. O prêmio será conferido mediante novo requerimento do proprietário do Governo Federal, acompanhando o atestado do fiscal da União de haver sido o açude construído de acordo com o projeto previamente organizado e aprovado, e de que a barragem e obras complementares satisfazem as exigências da utilidade a que se destinam.

Art. 39. O proprietário requerente comprometer-se-a a fornecer água para as necessidades domésticas das populações circunvizinhas.

Art. 40. O prêmio será conferido na razão da metade da importância do orçamento aprovado.

Art. 41. Os açudes existentes, quando melhorados, conforme o projeto organizado nos termos do art. 37, serão também premiados na razão da metade do preço dos melhoramentos executados

Parágrafo Único. As obrigações dos proprietários serão as mesmas e idênticas às exigências para realização das obras e obtenção do prêmio.

Art. 42. Se aquele que houver construído ou melhorado um açude fizer junto a este a plantação e conservação ulterior, por três anos, de árvores em áreas não inferior a dois hectares, terá um prêmio suplementar correspondente à metade da despesa feita com este trabalho.

(...)

Capítulo II

Da direção dos serviços

Art. 48. A direção e fiscalização das obras contra os efeitos das secas serão executadas pela União, ou com o concurso desta, ficarão a cargo de uma divisão especial do Ministério da Viação e Obras Públicas, intitulada Inspetoria das Obras Contra as Secas.

Art. 49. A essa inspetoria incumbe:

1º, organizar o serviço de levantamento das zonas mais assoladas pelas secas e a coleta dos dados meteorológicos, geológicos, topográficos e outros necessários à sistematização doserviço de estudos e de construção de obras contra os efeitos das secas;

2º, o estudo, projeto, orçamento e execução das obras especiais que forem ordenadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas;

3º, a conservação e exploração das obras que ficarem a cargo do Governo Federal;

4º, a fiscalização das obras executadas pelos Estados, pelas municipalidades ou pelos particulares, com auxílio ou prêmios da União;

5º, a celebração de contratos e acordos relativos ao concurso da União nas obras por este executadas.

Art. 50. A Inspetoria das Obras Contra as Secas se comporá de uma seção central e três seções distritais. Estas serão designadas por 1ª, 2ª e 3ª seções.

Art. 51. A seção central, que funcionará junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, será constituída pelo inspetor, sub-inspetor, um secretário e um servente.

Art. 52. O inspetor percorrerá, ao menos duas vezes por ano, as zonas em que houver trabalhos contra os efeitos das secas.

Art. 53. Cada uma das seções distritais será constituída por engenheiros chefe de seção, engenheiros de 1ª classe, engenheiros de 2ª classe, condutores de 1ª classe, condutores de 2ª classe, um desenhista-escriturário, um pagador e um almoxerife.

Art. 54. A 1ª seção terá a seu cargo os trabalhos a executar nos Estados do Ceará e Piauí. A 2ª seção terá a seu cargo os trabalhos a executar nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. A 3ª seção terá a seu cargo os trabalhos a executar nas zonas secas compreendidas entre Pernambuco e o norte de Minas Gerais.

Art. 55. As sedes das seções serão estabelecidas nos pontos indicados pela intensidade do fenômeno das secas e pela importância das obras em execução. Constarão assim como o quadro do pessoal e a distribuição dos trabalhos deste, de instruções especiais.

Os quadros não são fixos, mas serão preenchidos a medida da necessidade do serviço.

(...)

Art. 59. Não se compreende nas atribuições da Inspetoria de Obras Contra as Secas a direção de estradas de ferro, as quais ficarão sob o regime especial estabelecido para as outras estradas de ferro da União.

Art. 60. Os vencimentos dos empregados serão os fixados na tabela anexa.

O governo poderá contratar pessoa idôneas para serviços compreendidos neste regulamento, sendo-lhe fixados os vencimentos não superiores aos da tabela anexa ou aos que já perceberam em outros cargos oficiais.

(...)

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1909 – Francisco Sá.

Anexo III

Publicações da IOCS até 1912

Classificação das publicações da IOCS:

SÉRIE I

A – Referentes a botânica (vegetação, florestação);

B – Referentes ao clima

C – Referentes a hidrologia e geologia

E – Referentes a assuntos gerais relacionados com o problema das secas e especialmente às condições agrícolas, econômicas, sociais e estatísticas da região flagelada;

F – Publicações destinadas a divulgar entre as populações flageladas meios e medidas que atenuem os efeitos das secas;

G – Plantas, mapas, cartas das bacias fluviais dos estados ou das regiões flageladas;

SÉRIE II

H – Memórias, projetos e orçamentos relativos a barragem, açudagem e irrigação;

I – Memórias, projetos e orçamentos relativos a drenagem e dessecação;

J – Memórias, projetos e orçamentos relativos a abertura de poços;

K – Memórias, projetos e orçamentos relativos a vias de transporte;

L – Publicações referentes à processos técnicos de trabalhos e a execução de obras;

M – Relatórios dos serviços da Inspetoria.

Listas da Publicações

- 1) I, F – O problema das secas sob seus variados aspectos, por Miguel Arrojado Lisboa, Alberto Löfgren, Roderic Candall, Horace Willians e Webber
- 2) I, A – Notas botânicas (Ceará) por Alberto Löfgren. Outubro de 1910.
- 3) I, G – Mapa dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, com partes dos estados limítrofes, pelo serviço geológico e Inspetoria de Obras Contra as Secas, na escala de 1:1.000.000. Outubro de 1910.
- 4) I, D, E – Geografia, geologia e suprimento d'água, transporte e açudagem nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, por Roderic Crandall, do serviço geológico. Outubro de 1910.
- 5) I, G – Mapa botânico do estado do Ceará, por Alberto Löfgren, botânico da IOCS, Escala 1:3.000.000. Outubro de 1910.
- 6) I, G – Mapa do estado do Ceará, ampliado da publicação n.3 na escala de 1:650.000 com a colaboração do Sr. Antônio Bezerra de Menzes. Outubro de 1910.
- 7) I, G – Mapa geológico dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, por Horace Willianms e Roderic Crandall, do serviço geológico. Escala 1:3.000.000. Outubro de 1910.
- 8) II, H – Memórias e projetos de açudes estudados e elaborados pelas comissões do 'Açude de Quixadá' e de 'Açudes e Irrigação', chefiadas pelo engs. B. Piquet Carneiro e José Ayres de Souza. Outubro de 1910.
- 9) II, H – Memórias e projetos de barragens elaborados, em parte ou totalmente pela IOCS. Outubro de 1910.
- 10) I, B, D – Chuvas e climatologia da região das secas, pluviometria do norte do Brasil e duas relações com a vazão das correntes e com a açudagem, por Horace Williams e Roderic Crandall, do Serviço Geológico.

Anexo à publicação 10: Série I, B, D – Carta hipsométrica da região semi-árida do Brasil, por Horace Williams e Roderic Crandall, do serviço geológico. Outubro de 1910.

- 11) I, G, B – Carta pluviométrica da região semi-árida do Brasil, por Horace Williams e Roderic Crandall, do Serviço Geológico. Outubro de 1910.
- 12) I, E – Estudos e trabalhos relativos aos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, pelo engenheiro Raymundo Pereira da Silva, chefe da 2^a seção da IOCS. Outubro de 1910.
- 13) I, A – A tamareira e seu cultivo, por Alberto Löfgren, chefe botânico da IOCS. Março de 1912.
- 14) I, G – Mapa de parte dos estados de Pernambuco, Piauí e Bahia, por Guilherme Lane, chefe topógrafo da IOCS. Março de 1912.
- 15) I, G – Mapa da bacia do rio Itapicura, estado da Bahia, por Guilherme Lane, chefe topógrafo da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Março de 1912.
- 16) I, D – Notas sobre as medições de descarga de rios, por G. A. Waring, hidrólogo da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Março de 1912.
- 17) II, H – Açudes particulares no Rio Grande do Norte e Paraíba. Novembro de 1912.
- 18) I, A – Contribuições para a questão florestal da região do Nordeste do Brasil, por Alberto Löfgren, chefe botânico da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Dezembro de 1912.
- 19) II, H – Açudes no Ceará. Estreito, Riacho do Sangue, Poços dos Paus. Dezembro de 1912.
- 20) II, H – Açudes públicos e particulares em Pernambuco, Sergipe e Bahia. Dezembro de 1912.
- 21) II, H – Açudes públicos no Rio Grande do Norte e Paraíba. Dezembro de 1912.
- 22) II, H – Açudes públicos e particulares no Piauí e Ceará. Dezembro de 1912.